

docs

DOCUMENTOS DE TRABALHO | 8

ENTIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS EM PORTUGAL

Rui Telmo Gomes
Vanda Lourenço
Teresa Duarte Martinho

Projecto co-financiado pela União Europeia



docs

DOCUMENTOS DE TRABALHO

- 1 DESPESAS DOS MUNICÍPIOS COM CULTURA
José Soares Neves e Jorge Alves dos Santos
- 2 ASSOCIATIVISMO CULTURAL EM CASCAIS
João Pinheiro e Rui Telmo Gomes
- 3 O CENTRO CULTURAL DE CASCAIS
ESTUDO DE UM EQUIPAMENTO MUNICIPAL
Teresa Duarte Martinho e Rui Telmo Gomes
- 4 O FESTIVAL ESTORIL JAZZ
CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM DE MARCA
Vanda Lourenço e Rui Telmo Gomes
- 5 AS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE CASCAIS
Joana Saldanha Nunes e José Soares Neves
- 6 OS MUSEUS MUNICIPAIS DE CASCAIS
POLÍTICAS CULTURAIS LOCAIS E PATRIMÓNIO MÓVEL
Jorge Alves dos Santos e José Soares Neves
- 7 CASCAIS E A 'MEMÓRIA DOS EXÍLIOS'
Maria João Lima e José Soares Neves
- 8 ENTIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS EM PORTUGAL
Rui Telmo Gomes, Vanda Lourenço e Teresa Duarte Martinho

ENTIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS EM PORTUGAL

*Rui Telmo Gomes
Vanda Lourenço
Teresa Duarte Martinho*

*com a colaboração de
Natália Gomes
Sara Cristiana Duarte
Catarina Fraga
Bárbara Almeida*

Projecto co-financiado pela União Europeia



docs

DOCUMENTOS DE TRABALHO

DIRECTORA

Maria de Lourdes Lima dos Santos

TÍTULO

Entidades Culturais e Artísticas em Portugal

AUTORES

Rui Telmo Gomes, Vanda Lourenço e Teresa Duarte Martinho

EDIÇÃO

Observatório das Actividades Culturais

Rua Garrett, 80 - 1º C, 2º A e C — 1200-204 LISBOA – PORTUGAL

Tel.: 213 219 860 – Fax: 213 429 697 – E-mail: oac@oac.pt – www.oac.pt

COORDENAÇÃO EDITORIAL

José Soares Neves

CONCEPÇÃO GRÁFICA DA COLECÇÃO

Carlos Vieira Reis

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Textype, Artes Gráficas, Lda.

DATA / TIRAGEM

Junho de 2006 / 500 exemplares

ISBN / DEPÓSITO LEGAL

972-8488-37-8 / 244820-06

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
1. SECTOR PÚBLICO	15
1.1. OS ORGANISMOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DEPENDENTES DO MINISTÉRIO DA CULTURA	15
1.2. DEPARTAMENTOS DA CULTURA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL	26
2. SECTOR PRIVADO	55
3. TERCEIRO SECTOR	79
3.1. ASSOCIAÇÕES	85
3.2. COOPERATIVAS	102
3.3. FUNDAÇÕES	109
REFLEXÕES FINAIS – Transformações e Continuidades	117
BIBLIOGRAFIA	137
ANEXOS	
ANEXO A – Fontes Consultadas	141
ANEXO B – Entidades do Sector Privado por Regime Jurídico	145
ANEXO C – Localização Geográfica das Entidades Culturais e Artísticas	147
ANEXO D – Classificação das Actividades Culturais (Domínios e Funções)	151
ANEXO E – Questionário	155

INTRODUÇÃO

OBJECTIVOS

O estudo que agora se apresenta tem como objecto as entidades culturais e artísticas em Portugal situadas em cada um dos sectores económicos: Público, Privado e Terceiro Sector. Entende-se por entidades culturais e artísticas os sujeitos colectivos que desenvolvem actividade no campo cultural e artístico, incluindo estruturas diversificadas quanto aos domínios (dos mais 'clássicos' aos mais emergentes) e às funções (criação, produção, difusão, formação, entre outras).

O objectivo principal do estudo consiste em apresentar uma caracterização institucional das referidas estruturas, mediante uma análise exploratória e extensiva do objecto mas sem carácter exaustivo. Para tal, adopta-se como instrumento central de abordagem o inquérito por questionário, visando a recolha de dados que possam contribuir para um conhecimento destas organizações e das suas dinâmicas, tendo em conta a diversidade de inscrição sectorial, domínios e funções. O estudo possibilita, assim, o desenvolvimento de aproximações a campos de acção não confinados à esfera da tutela da cultura e que são, também devido a essa circunstância, habitualmente menos estudados e conhecidos, em particular o Terceiro Sector e a Administração Local. No caso particular das entidades do Terceiro Sector – associações, cooperativas, fundações – elas constituem uma alternativa intermédia da actuação do Estado e mercado que detém crescente protagonismo no campo cultural e artístico.

O tecido cultural e artístico que integra as entidades em causa não constitui uma realidade de todo desconhecida. Para além da informação sobre as estruturas existentes, especialmente promovida pelos agentes do sector¹, têm sido produzidas análises que privilegiam

¹ Casos, entre outros, do *Guia das Artes do Espectáculo* (Cassefaz/MC), *Guia de Filmagens/Portugal Film Commission* (ICAM), Pisa-Papéis 2005 (Procur.Arte).

abordagens centradas na oferta cultural, designadamente quanto a levantamento e caracterização de agentes, instituições e equipamentos existentes em diferentes domínios culturais. Assim, os estudos que têm vindo a ser realizados nos últimos anos incidem preferencialmente em intervenções culturais ao nível local² ou mesmo em perfis de agentes específicos (como é o caso das associações culturais³, principalmente as que se dedicam à cultura de tipo ‘ocupacional’).

Neste conjunto de estudos, a especificidade do que agora se apresenta, bem como os seus potenciais contributos para um melhor conhecimento das entidades culturais e artísticas em Portugal, assenta fundamentalmente no facto de se tratar de uma análise exploratória ao nível de cada um dos sectores económicos, abordando as entidades culturais inscritas no Terceiro Sector (em especial do associativismo cultural), do Sector Público (em particular da Administração Local) – segmentos institucionais com particular representatividade entre os respondentes ao Inquérito – e do Sector Privado, permitindo reconstituir as respectivas dinâmicas. Quanto aos limites de uma abordagem como a que agora é proposta, eles advêm: i) da própria natureza compósita e heterogénea do universo contemplado; ii) da própria natureza do principal instrumento de recolha de informação utilizado – o inquérito por questionário – que não propicia uma análise mais fina, sobretudo quando dirigido a um conjunto muito diferenciado de estruturas.

Tendo em conta as finalidades do estudo, optou-se por estruturar este questionário às entidades culturais e artísticas nas seguintes secções, que contemplam dimensões centrais numa caracterização predominantemente institucional como a que se pretende (ver Anexo E).

2 Ver, entre outros, Silva, Augusto Santos (2002) “A dinâmica cultural das cidades médias: uma sondagem do lado da oferta” in Carlos Fortuna e Augusto Santos Silva (orgs.), *Projecto e circunstância. Culturas urbanas em Portugal*, Edições Afrontamento; Santos, Maria de Lourdes Lima (coord.), Lima, Maria João e Neves, José Soares (2005), *Cartografia Cultural do Concelho de Cascais*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais; Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) e outros (2004), *Políticas Culturais e Descentralização: Impactos do Programa Difusão das Artes do Espectáculo*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

3 De que são exemplo estudos sobre o associativismo cultural a nível concelhio: Banha, Rui (org.) e outros (1994), *O Associativismo em Loures*, Loures, Câmara Municipal de Loures/Departamento Sociocultural; Pinheiro, João e Gomes, Rui Telmo (2005), *Associativismo Cultural em Cascais*, Documentos de Trabalho nº 2, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais; Silva, Carlos Alberto da (coord.) (2005), *As Instituições Culturais do Distrito de Évora*, Observatório Social do Alentejo-Fundação Eugénio de Almeida; Pires, Ana (coord.), *Associativismo Cultural na Região Centro*.

Em 1995, o INE realizou, com o apoio do Ministério da Cultura, um inquérito com o propósito de “pela primeira vez, caracterizar o complexo universo das associações culturais e recreativas” no Continente e Regiões Autónomas (INE, Resultados Definitivos do Inquérito a *Associações Culturais e Recreativas 1995*. Informação à Comunicação Social, 1998). O Inquérito a *Associações Culturais e Recreativas* apresenta resultados para 3 300 entidades, tendo o universo de inquirição sido construído com base em ficheiros do INE, complementados com informação proveniente de outras fontes institucionais, incluindo as Delegações Regionais da ex-Secretaria de Estado da Cultura.



INTRODUÇÃO

Um primeiro bloco de questões visa recolher elementos de identificação das estruturas, incluindo determinadas variáveis em que assenta a definição de perfis, nomeadamente localização geográfica, data de constituição e domínio(s) de actividade.

De seguida, apresenta-se um conjunto de perguntas em torno do regime jurídico das organizações, convocando variáveis como a data em que foram constituídas, o formato jurídico que revestem, as relações de autonomia ou dependência orgânica relativamente a outras organizações.

Numa terceira parte do questionário, inquire-se um dos aspectos mais estruturantes e identificadores das entidades: a actividade desenvolvida e os domínios culturais e artísticos por ela abrangidos – assim será possível apreciar o grau de abrangência/especialização das estruturas.

Segue-se uma secção especificamente dedicada aos recursos humanos das estruturas, averiguando-se aspectos que concorrem para o conhecimento das suas estratégias organizacionais: o contingente de pessoas ao serviço durante o ano de 2004 e a dimensão média das equipas; a distribuição dos recursos humanos de acordo com sexo, grupo etário, funções desempenhadas, vínculo; a existência (ou não) de necessidades de formação e as áreas em que se fazem sentir. Para além da caracterização demográfica das pessoas ao serviço nas organizações culturais e artísticas, poder-se-á, assim, averiguar a expressão do trabalho temporário e da acumulação de funções.

O espaço de funcionamento das entidades, bem como as valências que lhe poderão estar associadas (auditório, biblioteca, sala de exposições, entre outras), é igualmente abordado pelo Inquérito, por via de um conjunto de perguntas em torno da configuração desse espaço e ainda do estatuto das entidades quanto a este tipo de recursos, no que especificamente se refere à posse e à exclusividade do seu uso.

Outra secção do questionário detém-se nas fontes de financiamento das estruturas, de modo a poder identificar estratégias de sustentabilidade. O Inquérito contempla ainda um conjunto de perguntas dedicadas à participação das entidades em iniciativas de cooperação com outras estruturas, indagando-se a abrangência territorial que essas ligações assumem, as finalidades que visam e o tipo de apoios angariados. Simultaneamente, inquirem-se os motivos que conduzem ao envolvimento na prática de parcerias ou, por outro lado, à sua ausência.

PROBLEMÁTICAS

Como acima se mencionou, a elaboração do questionário levou em conta um conjunto de dimensões que se afiguraram centrais para uma caracterização das estruturas culturais e artísticas e que remetem para um elenco de problemáticas e hipóteses que integram os actuais debates em torno das transformações em curso no sector cultural e artístico e que de seguida se apresentam.

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO SECTOR CULTURAL

Convém reter, desde já, alguns traços que têm sido evidenciados em estudos dedicados às profissões culturais e artísticas e às condições do seu exercício, ou seja, a que se relaciona



com a organização do trabalho neste sector. Relativamente aos protagonistas, trata-se de uma população maioritariamente jovem e possuidora de créditos escolares superiores (Pais e outros, 1995; Santos e outros, 2003). No que respeita às formas dominantes de funcionamento destes mercados, ressalta o auto-emprego, o *free-lancing*, o trabalho intermitente e em regime de pluriactividade, para o que tem contribuído a tendência de substituição do emprego pelo trabalho ao projecto (Grefe, 1999), assente em equipas de dimensão reduzida e reunindo especializações diversas. A flexibilidade que ressalta como nota dominante daquelas características tem como efeitos concomitantes a descontinuidade e alternância entre períodos de trabalho e desemprego (Menger, 2005).

Uma hipótese a avançar, e que o Inquérito pode ajudar a esclarecer, é a de que as lógicas que atravessam as novas configurações do sistema de emprego nas artes e na cultura manifestam-se diferenciadamente de acordo com os sectores e os domínios de actividade. É, pois, de supor que não sejam apropriadas em idêntico grau pelas entidades dos sectores Público, Privado e Terceiro Sector, uma vez que, apesar de todas se relacionarem com a oferta de bens e serviços culturais, concorrem para ela desempenhando funções diferenciadas e em contextos organizacionais diversos.

A dimensão e a composição dos recursos humanos das entidades culturais e artísticas representa um dos ângulos de abordagem frequentemente accionado em estudos sobre o sector cultural. No caso do presente trabalho, o Inquérito pode apontar alguns elementos de caracterização como a composição por género⁴ e grupo etário, bem como averiguar os tipos de vínculo, a afectação por funções, a expressão do trabalho temporário e as suas relações com o sector económico em que as estruturas se inserem (Público, Privado, Terceiro Sector).

ARTICULAÇÕES ENTRE ENTIDADES DE DIFERENTES SECTORES

Uma tendência que se tem verificado nas últimas décadas refere-se à gestão das organizações ser participada por estruturas públicas e privadas, como forma de, em muitos casos, colmatar lacunas de recursos de variada natureza (técnicos, financeiros, espaciais). Perpassa aqui a temática dos novos modelos de intervenção e financiamento do sector cultural e

4 A propósito da composição do sector cultural por sexo e da feminização em alguns domínios de actividade, ver os seguintes estudos: Conde, Idalina (coord.) e Pinheiro, João (2000), "Portugal: Feminisation Trends: Profiling the Future", in AAVV, *Pyramid or Pillars – unveiling status of women in arts and media professions in Europe*, Bona, ARCult Media; Conde, Idalina (coord.), Pinheiro, João e Martinho, Teresa Duarte (2003), "Making Distinctions: Conditions for Women Working in Serious Music and in (New) Media Arts in Portugal", in AAVV, *Exposing Professional 'Gate-Keeping Processes in Music and New media Arts*, Bona, ARCult Media; Gomes, Rui Telmo, Lourenço, Vanda e Martinho, Teresa Duarte (2005), "A Feminized Labour Market: Professional Opportunities and Constraints in Book Publishing in Portugal" e Gomes, Rui, Martinho, Teresa Duarte e Lourenço, Vanda (2005), "Professional Careers in Cinema Production in Portugal: Different Contexts, Generations and Gender" in AAVV, *Culture Biz: Locating Women as Film and Book Publishing Professionals in Europe*, Bona, ARCult Media.



INTRODUÇÃO

artístico, na continuidade de um cada vez maior incentivo do sector público à descentralização de actividades e responsabilidades. Estão em causa formas de cooperação institucional no interior de um mesmo sector económico ou entre entidades de diferentes sectores – de que dá conta, no segundo caso, por exemplo, o formato ‘fundação’, que pode congrega apoios públicos (nível central e local) e privados (mecenias).

ESPECIALIZAÇÃO E DIVERSIDADE DA ACTIVIDADE

Um factor significativo da distinção entre perfis das diferentes entidades culturais e artísticas corresponde à amplitude da actividade desenvolvida, dos domínios e das funções contempladas no seu funcionamento. Relativamente a esta dimensão, o estudo pode contribuir para identificar: i) a presença de entidades especializadas e abrangentes, umas e outras incorporando, porventura, diferentes dinâmicas de adaptação às necessidades do mercado artístico e cultural; ii) os domínios e funções predominantes nas entidades dos diversos sectores, indicadores de posicionamentos preferenciais das diferentes estruturas culturais e artísticas no processo de produção e circulação de bens e serviços culturais.

COMPONENTE PEDAGÓGICA NA INTERVENÇÃO DAS ENTIDADES

Apesar de ainda representarem um défice no tecido cultural e artístico português, as actividades no domínio da sensibilização para as artes têm vindo a conhecer um progressivo incremento, o que pode observar-se sobretudo ao nível do funcionamento dos equipamentos e do cada vez maior reconhecimento da importância que, na sua gestão, é atribuída à acção dos sectores de educação, tendo em vista objectivos como o alargamento e a diversificação social de públicos. As próprias dinâmicas culturais locais têm vindo a conferir maior atenção ao papel das actividades pedagógicas na sua oferta cultural, detectável na integração de tais iniciativas na programação dos espaços por que são directamente responsáveis.

Na medida em que se dirige a um universo diversificado de entidades, o Inquérito permite averiguar a expressão da componente formativa na intervenção das estruturas inquiridas. Procura-se perceber em que domínios surge mais recorrentemente integrada e até que ponto se verifica uma conjugação preferencial por parte de diferentes entidades em determinados domínios – tendo em conta o facto de algumas estruturas terem aí desenvolvido especiais competências, até como efeito da maior solicitação do mercado e das orientações das políticas culturais.

PARTICIPAÇÃO EM PARCERIAS

A participação em parcerias – que podem, ou não, configurar-se em redes de âmbito territorial diferenciado (regional, nacional, internacional) – constitui uma prática crescentemente accionada pelas entidades culturais e artísticas, em nome do alargamento de recursos financeiros para o desenvolvimento da actividade e de uma mais ampla visibilidade



das obras. Trata-se de um fenómeno que não deixa também de sublinhar a importância dos processos de cooperação, principalmente para aqueles domínios culturais e artísticos onde a criação colectiva e a transversalidade de linguagens são componentes fortemente constitutivas.

O Inquérito procura averiguar a intensidade desta prática nas organizações, de acordo com os diferentes sectores e domínios, indagando a sua abrangência territorial e quais as finalidades visadas no estabelecimento de parcerias. Por outro lado, importa identificar os motivos da não participação neste tipo de iniciativas.

METODOLOGIA

Na constituição do universo do Inquérito foram consideradas em primeiro plano as organizações culturais representadas em fontes oficiais – designadamente as fontes do Ministério da Cultura através dos organismos por si tutelados (ver quadro nº 1 em Anexo A relativo a fontes consultadas).

Este trabalho assentou genericamente em três fases: i) levantamento das ditas fontes de informação; ii) expedição e recepção de questionários; iii) tratamento e análise de dados.

O levantamento de informação em fontes oficiais (sobretudo registos de contactos de entidades culturais) resultou de um trabalho continuado – com início em Novembro de 2004 – que permitiu reunir o conjunto de registos de onde se extraiu posteriormente o universo de inquirição – 3129 entidades que apresentavam a informação necessária para a expedição do questionário por via postal (quadro nº 1).

A expedição dos questionários foi concretizada em duas fases distintas (Junho e Setembro de 2005). A segunda expedição de questionários procurou fundamentalmente colmatar o défice de respostas obtidas no primeiro momento – na altura a taxa de resposta correspondia a 24% do universo inquirido – mas também alargar o universo de inquirição através de

Quadro nº 1

Relação entre questionários expedidos, recebidos e validados

	Número
Universo inquirido	3129
Questionários recebidos	980
Questionários validados – dos quais:	886
<i>Entidades dotadas de personalidade jurídica</i>	658
<i>Serviços dependentes</i>	228

Nota: O universo de inquirição, composto por 3129 estruturas culturais e artísticas, corresponde a um total de 2944 inquiridas na primeira fase de expedição e a um total de 185 na segunda.

novos contactos entretanto recenseados. A necessidade de aumentar a taxa de respostas levou também à definição de estratégias complementares que passaram pela realização de contactos telefónicos visando sensibilizar potenciais respondentes. Foram recebidos no total 980 questionários, correspondendo a uma taxa de resposta de 31%.

Do conjunto de questionários recebidos considerou-se como informação válida – questionários adequadamente preenchidos e completos – a que se reporta a 886 estruturas culturais e artísticas. A informação que se apresentou incompleta e/ou incoerente – e cujos contactos empreendidos para validação das respostas não foram bem sucedidos – não foi considerada no presente estudo. Houve ainda lugar à verificação, via telefónica, de questionários que apresentavam lacunas ou incongruências.

Todavia, no conjunto das 886 respostas validadas, somente 658 correspondem a *Entidades Culturais e Artísticas* dotadas de personalidade jurídica, sendo fundamentalmente sobre estas que incide a análise do presente estudo. O restante número de respostas (228) corresponde maioritariamente a equipamentos dependentes de Entidades Culturais e Artísticas de diferentes domínios e sectores institucionais⁵. Neste conjunto destaque-se o peso dos serviços municipais da cultura (174) (ver quadro nº 2, em Anexo A) correspondendo a 76% do conjunto dos serviços respondentes.

O conjunto de *Entidades Culturais e Artísticas* respondentes (658 entidades) distribui-se pelos três grandes sectores institucionais, destacando-se o maior volume de respostas nas que se inscrevem no Terceiro sector – nomeadamente Associações – e na Administração local – correspondendo aos núcleos/departamentos da cultura das autarquias (quadro nº 2).

Os resultados apurados são apresentados seguidamente de acordo com uma análise sectorial. Assim, cada um dos três sub-conjuntos de entidades recenseadas – correspondentes aos três grandes sectores institucionais: Sector Público (a Administração Central e a Administração Local), Sector Privado e Terceiro Sector – é abordado em capítulos distintos. A lógica de exposição é, porém, comum, explorando-se a informação recolhida para as entidades dos três sectores segundo três eixos. Em primeiro lugar, procura-se traçar os *perfis* das entidades, considerando a data de constituição, os domínios da actividade e funções a que se dedicam⁶ e a distribuição territorial. Em segundo lugar, analisam-se as *estratégias organizacionais* e de gestão, à luz da informação sobre recursos humanos (a dimensão – número médio de pessoas ao serviço – composição sociográfica, tipo de vínculo) e espaço (propriedade ou não, tipo de uso, valências disponíveis). Por último, aprecia-se a expressão que as *parcerias e o trabalho em cooperação* assumem no sector das entidades culturais,

5 Nas bases de dados que servem de fonte ao presente estudo incluem-se tanto as entidades que têm personalidade jurídica como as que são serviços dependentes, razão pela qual foram ambas consideradas no universo de inquirição.

6 Utilizou-se, para efeitos de classificação de actividades, uma grelha adaptada dos domínios, funções e actividades culturais e artísticas definida pelo Eurostat (2000), com os objectivos de permitir a sistematização de informação sobre o sector cultural e garantir análises comparativas de diferentes realidades nacionais. A grelha consta do Anexo D.

Quadro nº 2
Entidades Culturais e Artísticas
 n= 658

Entidades	Número	%
Terceiro sector		
Associações	234	35,6
Fundações	35	5,3
Cooperativas	28	4,3
Entidades Colectivas Religiosas	7	1,1
Sector público		
Organismos da Administração central	53	8,1
Organismos da Administração regional	8	1,2
Câmaras/departamentos da cultura	152	23,1
Empresas municipais	8	1,2
Sector privado		
Empresas	133	20,2
<i>Total geral</i>	658	100,0

averiguando-se as causas que desencadeiam (ou não) a participação nessas iniciativas, o grau de abrangência territorial, o tipo de agentes culturais implicados. Ainda neste eixo procura-se identificar o *tipo de financiamentos* a que as entidades recorrem para garantir as suas actividades. Refira-se que outro traço transversal aos diferentes capítulos, para além da exposição desenvolvida segundo idênticos eixos, consiste na inclusão de informação complementar – sobretudo dados de fontes oficiais, quando estes existem disponíveis – que permita contextualizar resultados e estabelecer eventuais comparações.

O estudo encerra com um capítulo contendo reflexões finais, onde são retomadas as problemáticas de partida acima enunciadas e se analisam, à luz dos resultados do Inquérito, algumas tendências que atravessam o sector cultural e artístico, designadamente *flexibilidade, intermediação, participação, internacionalização e articulação intersectorial*.

1. SECTOR PÚBLICO

1.1. OS ORGANISMOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DEPENDENTES DO MINISTÉRIO DA CULTURA

ENQUADRAMENTO

A crescente visibilidade que a cultura tem vindo a assumir na sociedade portuguesa encontra-se estreitamente relacionada com o lugar cada vez mais destacado das políticas culturais no plano da acção governamental – lugar indissociável da autonomização da cultura na orgânica dos Governos Constitucionais. Até meados dos anos 90, esta área surgia agregada ora à educação ora à ciência, tendo apenas no IX Governo, entre 1983 e 1985, sido tutelada por um Ministério da Cultura (MC). Em 1995, com a tomada de posse do XIII Governo, procedeu-se a uma reforma institucional da administração da cultura, com o objectivo de reforçar o estatuto desta área no campo mais alargado das práticas políticas. Tal reforma traduziu-se na (re)criação de um Ministério da Cultura e na reconfiguração dos respectivos serviços, concretizando, assim, um dos princípios defendidos pelo Programa do XIII Governo que enfatizava a necessidade de “uma desconcentração institucional num conjunto de organismos flexíveis e dotados de autonomia¹, com a finalidade de assegurar maior eficácia na intervenção da tutela.

Da reestruturação orgânica do MC então operada resultou uma distinção principal entre serviços dependentes do Ministro (serviços centrais de apoio e delegações regionais) e organismos (pessoas colectivas de direito público) dotados de maior grau de autonomia, sob a tutela do Ministro². Tal configuração mantém-se ainda no organograma do actual

1 Programa do XIII Governo Constitucional.

2 Decreto-Lei nº 42/96, de 7 de Maio.

MC, distribuindo-se pelos diversos organismos a intervenção da tutela em vários domínios culturais e artísticos – património, arquivos, bibliotecas, livro e imprensa, artes performativas, artes visuais, audiovisual e multimédia. Apesar do domínio cultural constituir o eixo de orientação dominante neste modelo da orgânica, é de notar que as estratégias dos organismos contemplam algumas dimensões transversais: promoção internacional da cultura portuguesa, desenvolvimento de equipamentos e redes culturais, valorização patrimonial, apoio à criação, educação artística e formação de públicos, entre outras³.

Os *orçamentos* do Ministério da Cultura têm, como pode verificar-se no quadro nº 1, permanecido aquém de 1% do valor total dos Orçamentos Gerais do Estado, notando-se uma tendência de crescimento entre 1998 (0,6%) e 2002 (0,7%), enquanto os dois anos seguintes assinalaram um decréscimo do orçamento da tutela e 2005 registou uma recuperação (0,6%). Sem que aqui se pretenda proceder a uma análise da evolução da repartição do orçamento da tutela por domínios, são de destacar linhas principais que denotam, por parte dos sucessivos Governos, idênticas prioridades. Assim, e tendo em consideração os anos de 1995, 1999 e 2003⁴ (gráfico nº 1), evidencia-se, desde logo, o investimento

Quadro nº 1
Evolução do orçamento do Ministério da Cultura
no Orçamento Geral de Estado por ano (1998-2005)
(percentagem e milhões de euros)

Ano	Percentagem	Valor
1998	0,6	198,1
1999	0,6	210,2
2000	0,6	249,1
2001	0,6	293,8
2002*	0,7	293,5
2003	0,5	255,2
2004	0,5	273,4
2005	0,6	285,1

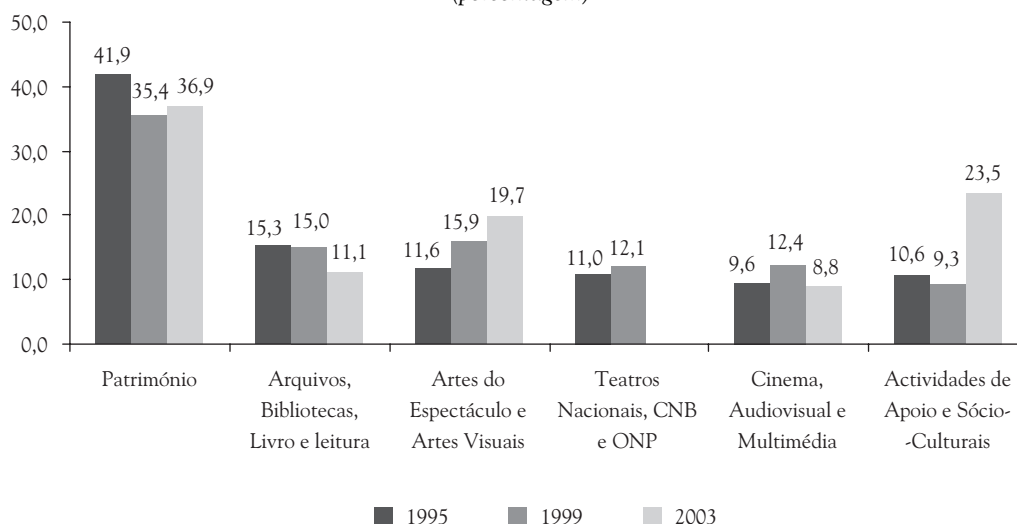
Fontes: MC/SG; MF/DGO/Relatório do Orçamento de Estado (2005).

* não inclui Comunicação Social.

3 Um dos objectivos enunciados no Programa do actual Governo Constitucional consiste no alcance de um “equilíbrio dinâmico” entre essas diversas dimensões, acrescentando-se que a “opção política fundamental do Governo é qualificar o conjunto do tecido cultural, na diversidade de formas e correntes (...) do património à criação, promovendo a sua coesão e as suas sinergias” (Programa do XVII Governo Constitucional).

4 No que respeita a 2004, as fontes ministeriais não apresentam informação desagregada por domínios.

Gráfico nº 1
Orçamento do Ministério da Cultura por domínios em 1995, 1999 e 2003
(percentagem)



Fonte: Ministério da Cultura (MC)/Secretaria Geral (SG).

Nota: Em 2003, a fonte não aponta valores para 'Teatros Nacionais, CNB e ONP'.

maioritariamente dirigido a actividades de defesa e valorização do património, absorvendo cerca de 40% dos orçamentos da cultura naqueles anos. Repare-se que também no orçamento de 2004 os organismos⁵ com incumbências no domínio patrimonial concentravam uma parcela (41%) aproximada à registada em anos anteriores⁶.

É em torno do conjunto de organismos do Ministério da Cultura com estatuto de pessoas colectivas de direito público, detendo níveis distintos de autonomia financeira e administrativa, que se centra a seguinte caracterização, procurando apreender dinâmicas

5 Os organismos são: Instituto Português do Património Arquitectónico (IPAAR) e serviços dependentes (22,8% e 1,5 %, respectivamente), Instituto Português de Museus (IPM) e serviços dependentes (9,8% e 3,7%, respectivamente), e Instituto Português de Arqueologia (IPA, 2,7%). Dados provenientes de Ministério da Cultura (MC)/Secretaria Geral (SG).

6 Embora a despesa da Administração Central com a cultura não se esgote na parcela da tutela, esta tende a concentrá-la fortemente – em 1995, representava cerca de 80% da totalidade de gastos com a cultura (Santos e outros, 1997:100). Por outro lado, numa perspectiva sobre a despesa das administrações públicas com cultura, observava-se, naquele mesmo ano, que os municípios assumiam 53% da despesa, na continuidade de uma cada vez mais elevada participação financeira das autarquias, registada desde 1990 (Santos e outros, *Ibidem*). Para além da decisiva intervenção da tutela enquanto agente definidor de políticas culturais e respectivos instrumentos, importa não perder de vista a importância do aumento do investimento autárquico em cultura (ver ponto 3.1.2) como condição favorecedora do desenvolvimento de projectos participados pelas Administrações Central e Local, numa lógica de funcionamento em parceria.

de funcionamento das instâncias tuteladas pelo MC, a que se confinam as entidades da Administração Central aqui consideradas. Importa notar que a caracterização assenta na informação que o Inquérito faculta para 16 das 20 entidades que, em 2005, compunham aquele bloco da orgânica do Ministério, no que constitui um conjunto significativo não só do ponto de vista quantitativo mas também no que se refere à própria diversidade de domínios culturais e artísticos abrangidos⁷. O Inquérito detém-se, pois, no cenário orgânico anterior ao projecto de uma redefinição da orgânica do Ministério da Cultura, anunciado em Março de 2006, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) do XVII Governo. Esta redefinição implica fundamentalmente uma redução do número de organismos sob a tutela⁸.

PERFIL INSTITUCIONAL

As entidades respondentes ao Inquérito que integravam a orgânica do MC em 2005 registam situações diferenciadas quanto aos seus históricos na estrutura da tutela. Distingue-se, em primeiro lugar, um grupo de organismos reestruturados entre 1996 e 1997 – em nome de intervenções com maior grau de autonomia e articulação – que actualizam entidades instituídas pela tutela em 1992. Neste conjunto integram-se institutos com incumbências nas áreas do livro e do património, duas das cinco “causas fundamentais” na estratégia do XIII Governo na cultura (a criação, a descentralização e a internacionalização completavam o leque das cinco coordenadas principais). Trata-se dos seguintes organismos: i) Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e Instituto Português de Arqueologia (IPA) – cuja criação resultou da necessidade de reconfigurar o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico; ii) Biblioteca Nacional e Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, ambos constituindo derivações do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro; iii) Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), reformulação de um organismo designado por Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Igualmente no período entre 1996 e 1997, é objecto de uma redefinição de natureza jurídica um segundo conjunto de estruturas orientadas para a produção e criação artísticas, tratando-se de entidades que já anteriormente contavam com significativa participação financeira da tutela. É o caso do Teatro Nacional S. João (TNSJ), da Companhia Nacional de Bailado (CNB), da Orquestra Nacional do Porto (ONP), do Teatro Nacional São Carlos

7 Conjunto constituído por: Instituto Português do Património Arquitectónico, Instituto Português de Museus, Instituto Português de Arqueologia, Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, Centro Português de Fotografia, Instituto das Artes, Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, Academia Nacional de Belas Artes, Biblioteca Nacional, Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, Teatro Nacional São Carlos, Teatro Nacional S. João, Teatro Nacional D. Maria II, Orquestra Nacional do Porto, Companhia Nacional de Bailado.

8 À data da redacção do presente estudo, as novas leis orgânicas encontravam-se em preparação, anunciando-se a sua publicação para Junho de 2006.



(TNSC) e do Teatro Nacional D. Maria II⁹. A decisão de equiparar tais entidades a institutos e pessoas colectivas de direito público visava assegurar simultaneamente a gestão eficaz de bens públicos e a flexibilidade de funcionamento, considerada “indispensável” a organizações com funções de produção e criação artísticas¹⁰.

Para além dos organismos mencionados, encontram-se entre os respondentes ao Inquérito: o Centro Português de Fotografia, instituído entre 1996 e 1997 e sem qualquer estrutura antecedente; o Instituto Português de Museus (IPM), criado em 1991; a Academia Nacional de Belas Artes e a Academia Internacional de Cultura Portuguesa, surgidas, respectivamente, nas décadas de 1930 e 1960. O organismo mais recente no grupo de institutos do Ministério da Cultura – o Instituto das Artes (IA) – data de 2003, tendo resultado da fusão do Instituto Português das Artes do Espectáculo (IPAE) e do Instituto de Arte Contemporânea (IAC). Trata-se do primeiro exemplo de uma nova orientação na orgânica ministerial no sentido da tentativa de racionalização de custos e de funcionamento.

As designações dos organismos indiciam, desde logo, os *domínios* onde possuem incumbências próprias. Perante, como acima se verificou, as sucessivas redefinições orgânicas no sentido de garantir uma maior autonomia de intervenções, o domínio do património passou a deter um número superior de organismos (IPPAR, IPA, IPM). Constam ainda entre os institutos dependentes do Ministério da Cultura estruturas com atribuições específicas nos domínios dos arquivos, bibliotecas, artes performativas e visuais, livro e cinema.

Em termos de *funções* predominantemente desempenhadas por este leque de organismos, ressalta a centralidade da função de conservação nos institutos responsáveis pelas áreas do património, arquivos e bibliotecas. Já no caso dos teatros nacionais e outras organizações artísticas (orquestra, companhia de bailado), a criação e a produção representam funções estruturantes da actividade. Enquanto para os institutos que regulam políticas nos domínios das artes e do livro a difusão constitui a função mais distintiva.

9 Decreto-Lei nº 88/98 de 3 de Abril. O TNSC foi transformado, em 1980, pela tutela em empresa pública. Em 1993, atribuiu-lhe um modelo de fundação de direito privado e utilidade pública. Em 1998 o TNSC foi equiparado a organismo de direito público.

10 A enunciação articulada dos dois objectivos é transversal aos diversos Decretos-Leis que instituíram as referidas estruturas de criação e produção enquanto pessoas colectivas de direito público. Porém, como pode ler-se no diploma (Decreto-Lei nº 65/2004 de 23 de Março) que converte o TNDM em sociedade anónima de capitais públicos, o modelo assente “na figura do instituto público, tem-se revelado limitativo e frequentemente incompatível com a gestão de natureza empresarial baseada em pressupostos de eficácia, racionalidade e competitividade que se pretende ver prosseguida nos teatros portugueses”.

No âmbito da reestruturação orgânica anunciada pelo Governo em Março de 2006, os organismos de produção artística passarão a ter o estatuto de empresas públicas, buscando-se por via desta alteração uma “maior adequação às suas necessidades enquanto organismos de produção artística, ao nível da programação e dos recursos humanos pontuais”, de acordo com a Ministra da Cultura (in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 12 de Abril de 2006, p. 13).



A concentração dos organismos do Ministério da Cultura em Lisboa reproduz um traço característico da *distribuição territorial* da Administração Central. É sobretudo por via dos serviços dependentes dos institutos com incumbências no domínio do património que se opera a disseminação das estruturas da tutela pelo país, nele marcando, de modo emblemático, a presença particularmente relevante daquela área nas políticas culturais da Administração Central, quer em termos orçamentais do MC quer no que se refere à sua estrutura orgânica. Quanto ao IPM, tutela 29 entidades museais, de arte, arqueologia e etnologia. Relativamente ao IPPAR, os seus 14 serviços dependentes correspondem aos principais monumentos nacionais (palácios, mosteiros e outros), por que é responsável. No caso do IAN/TT, os 16 arquivos distritais que tem a cargo constituem os serviços dependentes. De notar que a estrutura mais descentralizada dos organismos no domínio do património e arquivos poderá, por um lado, favorecer a aproximação entre a tutela e agentes culturais locais no estabelecimento de projectos comuns, e, por outro, incentivar o desenvolvimento de serviços, ao nível local, em áreas relacionadas – design, arquitectura, audiovisual –, contribuindo, pois, para a dinamização do seu tecido cultural e artístico¹¹.

ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS

As entidades dependentes do Ministério da Cultura correspondem maioritariamente a grandes estruturas, tendo ao serviço mais de 50 pessoas, para o que concorre a orgânica ministerial e as lógicas de funcionamento da administração pública – contrastantes com as dinâmicas organizacionais do Sector Privado e do Terceiro Sector, aí predominando equipas de menor vulto (ver pontos 3.2. e 3.3.). A maior dimensão das estruturas do MC é especialmente notória em institutos com atribuições no domínio do património, pela estrutura de serviços dependentes, e em organismos como os teatros nacionais, dedicados à criação e produção artísticas e reunindo corpos residentes de intérpretes (bailarinos, músicos, cantores).

No quadro nº 2 apresentam-se algumas variáveis de caracterização sociográfica dos recursos humanos dos organismos do MC. Em termos de *composição sexual*, repare-se, desde logo, no superior contingente de Mulheres, representando 58% das pessoas ao serviço. Trata-se de uma distribuição em consonância com uma tendência de feminização verificada nas profissões culturais, reflectindo a entrada das mulheres no mercado de trabalho e o aumento das suas qualificações escolares. Desagregando a presença de mulheres ao serviço do MC, por *tipo de organismo*, verifica-se (quadro nº 3) a sua mais levada presença (68%) em institutos responsáveis pelos domínios do património, arquivos, bibliotecas, artes

11 É referido no Decreto-Lei nº 120/97 de 16 de Maio – o qual altera o quadro de funcionamento do IPPAR – que as suas atribuições implicam “um diálogo permanente entre os agentes envolvidos: os organismos do Estado detentores do património cultural, as autarquias, a Igreja e os privados, além de outras instituições”, propiciando o “exercício de uma pedagogia do património no quadro de um amplo projecto de cidadania”.

SECTOR PÚBLICO

Quadro nº 2
Número de pessoas ao serviço por Sexo, Idade, Vínculo e Função
 n = 1707

Variáveis	Número de pessoas	%
Sexo		
Homens	712	41,7
Mulheres	995	58,3
<i>Total</i>	<i>1707</i>	<i>100,0</i>
Idade		
Até 24	27	1,6
25-34	410	24,0
35-44	553	32,4
45-54	456	26,7
55-64	233	13,6
Mais de 65	28	1,6
<i>Total</i>	<i>1707</i>	<i>100,0</i>
Vínculo		
Contrato individual de trabalho	728	42,6
Funcionário público	750	43,9
Contrato a prazo	18	1,1
Aquisição de serviços/avença	151	8,8
Voluntariado	0	0,0
Outros	60	3,5
<i>Total</i>	<i>1707</i>	<i>100,0</i>
Funções*		
Administração e gestão	63	3,7
Programação	19	1,1
Artistas (criação/interpretação)	380	22,0
Produção	36	2,1
Divulgação	40	2,3
Serviços Educativos	5	0,3
Serviços Técnicos	495	28,7
Serviços Administrativos	240	13,9
Café/Restaurante	1	0,1
Limpezas	55	3,2
Outras Funções	81	4,7
Nr	311	18,0
<i>Total</i>	<i>1726</i>	<i>—</i>

* Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

Quadro nº 3
Número de pessoas ao serviço por sexo e organismo
 (percentagem em linha)
 n = 1707

Organismos	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
Organismos de criação e produção artísticas em artes performativas (teatros nacionais e outros)	56,2	43,8	673
Organismos responsáveis pelos domínios do património, arquivos, bibliotecas, artes visuais, artes performativas, livro e cinema	32,3	67,7	1034
<i>Total</i>	<i>41,7</i>	<i>58,3</i>	<i>1707</i>

Nota: No grupo de organismos não dedicados à criação e produção artísticas, figura o Instituto das Artes incumbido de estruturar a intervenção do Estado no âmbito das artes do espectáculo e das artes visuais.

visuais, artes performativas, livro e cinema. Esta é uma distribuição afim da verificada num estudo sobre emprego no sector cultural (Conde, 2000), em que se evidenciava, a partir de informação do Recenseamento da População de 1991, que as mulheres representavam cerca de 59% dos empregados num grupo de profissões em instituições culturais como arquivos, bibliotecas, museus.

Quanto ao *vínculo* dos trabalhadores com os organismos (quadro nº 2), quase metade (44%) encontram-se na situação de Funcionário público, enquanto outra parte significativa (43%) tem um Contrato individual de trabalho com a entidade onde desempenha funções. Outras modalidades de vínculo assumem baixa expressão, principalmente o Contrato a prazo (1%). É interessante reparar como, novamente, o tipo de organismos coloca em evidência dinâmicas próprias, denotando a coexistência de universos distintos na orgânica MC – o que remete, entre outros factores, para especificidades das profissões artísticas, inclusivamente no que se refere à estruturação de carreiras. Como pode observar-se no quadro nº 4, os teatros nacionais e outras estruturas de criação e produção possuem um reduzido número de funcionários públicos, destacando-se o contrato individual de trabalho como modalidade de vínculo quase exclusiva. Já no respeitante aos restantes institutos do Ministério da Cultura, prevalecem os funcionários públicos e os trabalhadores noutros regimes, como a Aquisição de serviços.

As particularidades dos universos em presença reafirmam-se, como seria esperável, ao considerar-se a composição das pessoas ao serviço por *função*, na medida em que a área funcional mais preenchida, Artistas (criação/interpretação) (56%), é exclusiva das estruturas de produção e criação (quadro nº 5). Já os Serviços técnicos constituem funções mais transversais aos diferentes organismos do MC. Note-se que os Serviços técnicos, bem como a Administração e gestão, são as áreas onde os inquiridos declaram existir mais *necessidades de formação* (quadro nº 6). Outro aspecto a destacar é o que diz respeito à acumulação de

SECTOR PÚBLICO

Quadro nº 4
Número de pessoas ao serviço por vínculo e organismo
(percentagem em linha)
 n = 1707

Organismos	Vínculo			Total
	Funcionário Público	Contrato individual de trabalho	Outros	
Organismos de criação e produção artísticas em artes performativas (teatros nacionais e outros)	3,6	90,6	5,8	673
Organismos responsáveis pelos domínios do património, arquivos, bibliotecas, artes visuais, artes performativas, livro e cinema	70,2	11,4	18,4	1034
<i>Total</i>	43,9	42,6	13,4	1707

Nota: No grupo de organismos não dedicados à criação e produção artísticas, figura o Instituto das Artes incumbido de estruturar a intervenção do Estado no âmbito das artes do espectáculo e das artes visuais.

Quadro nº 5
Número de pessoas ao serviço por função e organismo
(percentagem em coluna)
 n = 1726

Funções*	Organismos		Total
	Organismos de criação e produção artísticas em artes performativas (teatros nacionais e outros)	Organismos responsáveis pelos domínios do património, arquivos, bibliotecas, artes visuais, artes performativas, livro e cinema	
Administração e gestão	1,6	5,0	3,7
Programação	0,4	1,5	1,1
Artistas (criação/interpretação)	56,1	0,0	22,0
Produção	3,5	1,1	2,1
Divulgação	1,5	2,9	2,3
Serviços Educativos	0,0	0,5	0,3
Serviços Técnicos	20,4	34,0	28,7
Serviços Administrativos	11,4	15,5	13,9
Café/Restaurante	0,1	0,0	0,1
Limpezas	4,4	2,4	3,2
Outras Funções	0,4	7,4	4,7
Nr	—	29,6	18,0
<i>Total</i>	677	1049	1726

* Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

Nota: No grupo de organismos não dedicados à criação e produção artísticas, figura o Instituto das Artes incumbido de estruturar a intervenção do Estado no âmbito das artes do espectáculo e das artes visuais.

Quadro nº 6
Necessidades de formação dos recursos humanos, por área
n = 16

Áreas	Número
Serviços técnicos	12
Administração e gestão	12
Divulgação	5
Serviços educativos	5
Produção	3
Programação	2
Outras	4
<i>Total</i>	<i>16</i>

funções que, como pode apreciar-se a partir do quadro nº 2, é inexpressiva nos organismo ministeriais, dada a diferença mínima entre o número total de pessoas ao serviço (1707) e o volume de trabalhadores contabilizados em funções desempenhadas (1726), o que se explicará tendo em conta uma mais provável especialização de desempenhos nas estruturas do Sector Público.

FONTES DE FINANCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PARCERIAS

A centralidade dos *financiamentos* públicos nacionais no funcionamento da actividade das entidades em causa representa, como era de esperar, um traço constitutivo da sua natureza, sendo este tipo de apoio recorrentemente apontado pelos respondentes. Refira-se, no entanto, que denotam estratégias de mobilização de outros recursos, na medida em que fontes de financiamento como as Receitas próprias (venda de bens e prestação de serviços) e os apoios obtidos de mecenas são frequentemente assinaladas. Estruturas como os teatros nacionais – designadamente, TNSJ, TNSC e TNDM II – e alguns institutos que não se dedicam à produção e criação artísticas mas que intervêm em áreas de especial valor simbólico, como o património, têm contado com o apoio de grandes empresas e fundações com intervenção mecenática, isto para efeitos tanto do seu funcionamento regular como da realização de eventos regulares (designadamente, festivais) e projectos específicos incidindo na preservação de monumentos. O recurso a subvenções do Sector Privado ocorre no quadro de uma tendência de maior ligação entre o tecido empresarial e as entidades culturais e artísticas.

No que respeita ao recurso ao apoio de programas comunitários, é detectável apenas num reduzido grupo de entidades, que, porventura, terão uma especial percepção da importância da participação nesses circuitos, quer pelo apoio que por essa via podem angariar, quer

Quadro nº 7
Modos de financiamento da actividade
n = 16

Modos de financiamento	Número
Financiamentos públicos nacionais	16
Receitas próprias (venda de bens e prestação de serviços)	13
Financiamento Lei Mecenato	9
Financiamentos públicos comunitários	5
Financiamentos entidades privadas	3
Receitas próprias (quotas)	2
Financiamentos particulares	1
Outros financiamentos	2

Nota: Pergunta de resposta múltipla.

pela mais valia na promoção da dimensão internacionalização, considerada pelos diversos Governos entre os desígnios principais das políticas culturais.

A prática de projectos de parcerias, termo que habitualmente cobre realidades muito diversas, encontra-se integrada por quase todos estes organismos dependentes do Ministério da Cultura, embora se desenvolva predominantemente com interlocutores nacionais (quadro nº 8). O leque de projectos e entidades envolvidas em parcerias permite detectar situações diferenciadas, podendo tal dever-se, entre outros factores, a opções estratégicas de cada instituto nos domínios por que são responsáveis. Organismos há em que as parcerias estabelecidas revelam maior diversidade de interlocutores, em termos de inscrição sectorial e territorial. Para outros institutos, as parcerias assumem um carácter marcadamente internacional, visando fundamentalmente a presença da cultura portuguesa em circuitos internacionais (por exemplo, bienais de arte). Noutros casos ainda, ressaltam as respectivas atribuições quanto ao desenvolvimento de projectos de redes de equipamentos, surgindo as autarquias como parceiro privilegiado – embora, note-se, o trabalho em parceria não se esgote na gestão do funcionamento de redes. Finalmente, por parte de teatros nacionais e outras entidades de criação e produção artísticas observa-se o desenvolvimento de parcerias com outros equipamentos, resultantes, em grande parte, do trabalho de definição da programação destes organismos culturais e artísticos.

Quanto aos agentes implicados nos projectos em parceria, para além dos organismos do MC, é de notar a presença significativa das autarquias (em projectos de ampliação de redes e construção de equipamentos), logo seguidas de entidades do Terceiro Sector (fundações e algumas associações), outros organismos da Administração Central e equipamentos (privados e outros a cargo da administração pública).

Quadro nº 8
Abrangência das parcerias
n = 16

Abrangência	Número
Apenas nacional	6
Nacional e internacional	7
Apenas internacional	1
Não realizam parcerias	2
<i>Total</i>	<i>16</i>

Divulgação, cooperação e qualificação constituem dimensões em destaque no conjunto dos projectos que os organismos declaram pretender levar a cabo nos próximos anos. Deste modo, para além de um conjunto de iniciativas mais equiparadas a atribuições inerentes (por exemplo, conservação de colecções e outras formas de património sob guarda), verifica-se uma notória convergência na divulgação de conteúdos, evidente na recorrente referência a projectos de digitalização de acervos e disponibilização *on line*, bem como outras iniciativas de divulgação das actividades. Nos planos dos organismos dependentes do Ministério da Cultura ressalta igualmente o trabalho em torno das redes, seja pelos objectivos de as promover, qualificar ou nelas ter presença intensificada.

1.2. DEPARTAMENTOS DA CULTURA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

ENQUADRAMENTO

Não existe em Portugal informação que avalie de forma extensiva e alargada as transformações do sector cultural na Administração local. É inegável, no entanto, que este tem ganho uma notoriedade crescente na gestão autárquica de muitos concelhos do país, perceptível tanto ao nível organizativo/funcional, como no que toca aos investimentos realizados.

De facto, os estudos de caso que tiveram como objecto alguns municípios são reveladores da progressiva autonomia orgânica conquistada pela cultura na estrutura organizacional camarária e do avolumar do seu peso absoluto e relativo nos orçamentos das autarquias (Silva, 2002; Santos e outros, 2004; Santos e outros, 2005; Neves, 2005). A construção de equipamentos culturais diversos, a recuperação de edifícios de valor patrimonial para a instalação de serviços de cariz cultural, a programação regular de actividades em diferentes domínios artísticos, assim como promoção de eventos culturais de dimensão nacional ou internacional, são alguns exemplos da intervenção nas artes e na cultura a este nível da administração pública.

A progressiva importância que esta esfera de acção assume na gestão pública local, embora estando relacionada com perspectivas ligadas à coesão social – democratização e acesso das populações aos bens e serviços da cultura – não pode dissociar-se também das estratégias de desenvolvimento económico dos concelhos. As acções ligadas à cultura, a sua articulação com o turismo local e com modelos de regeneração urbana são, para algumas autarquias, pólos de competitividade económica e de promoção de uma ‘imagem’, ou da afirmação de uma identidade local (Lopes, 1998; Fortuna, 1997).

Um outro efeito do espaço e relevo que a cultura progressivamente ocupa na Administração Local reflecte-se nos modelos organizacionais encontrados para gerir as actividades e equipamentos culturais. Neste âmbito refira-se a implementação de diferentes estratégias adoptadas por algumas autarquias para suprimir limitações decorrentes quer de escassos meios de financiamento público, quer de recursos humanos e logísticos inadequados. A constituição de parcerias com agentes de outros sectores institucionais, sobretudo associações com trabalho reconhecido no seio das comunidades locais, a adopção de lógicas empresariais – realçando-se a criação de empresas municipais e de outros figurinos institucionais, tais como as fundações – ou o recurso externo a serviços privados, representam algumas das configurações que a gestão cultural autárquica vem assumindo e que se traduzem num crescente cruzamento de lógicas organizacionais.

Não obstante o facto da cultura adquirir, genericamente, maior importância na gestão pública local, nem todas as autarquias do país apresentam o mesmo grau de desenvolvimento neste domínio. Para algumas, a intervenção cultural assume ainda um estatuto intermitente, com a programação de acções avulsas e esporádicas. Pesem embora os investimentos realizados em equipamentos culturais, é notória, em alguns casos, a ausência de estratégias de longo prazo que visem uma oferta regular e diversificada (Santos e outros, 2004).

Antes de analisar os principais resultados deste Inquérito no que se reporta especificamente à Administração Local, são apresentados alguns elementos de contextualização com recurso a indicadores estatísticos que permitem perceber a evolução das despesas com cultura na administração pública local.

Considerando a distribuição dos gastos, a este nível, desde meados dos anos 80 até 2003, destaca-se o crescimento muito acentuado do seu volume, representando uma taxa de variação real de 613% (quadro nº 9) (Neves, 2005). Embora se verifique um aumento progressivo ao longo dos anos – excepção feita a 1998 – esta tendência inverte-se porém em 2002, fruto, certamente, das dificuldades económicas por que atravessa o país. São as autarquias das regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte as que registam despesas mais acentuadas ao longo da série analisada, destacando-se nos últimos anos, sobretudo em 2002, as despesas efectuadas pelas câmaras do Norte (gráfico nº 2).

Se se atender ao peso da cultura nos orçamentos gerais dos municípios, verifica-se que não só as despesas absolutas aumentam como a importância deste sector no total dos gastos das autarquias ganha maior relevância (quadro nº 10). Com efeito, tendo como referência o valor global das despesas, verifica-se que a distribuição percentual dos gastos com a cultura passa de 3% em 1986 para 6,4% em 2001. Os dois últimos anos do intervalo considerado

sinalizam uma quebra relativamente à tendência crescente. A análise deste indicador por regiões destaca as autarquias do Alentejo por evidenciarem globalmente valores mais elevados entre 1992 e 2001.

No que se reporta à evolução das despesas de acordo com os domínios artísticos, destacam-se algumas das áreas de investimento privilegiadas pelas administrações locais ao longo do recorte temporal definido (gráfico nº 3), nomeadamente o Património; as Publicações e literatura; as Actividades sócio-culturais, os Recintos culturais e Outras despesas com cultura – estas últimas comportando essencialmente despesas de carácter administrativo. O leque de áreas de investimento privilegiadas reflecte as funções predominantemente exercidas pelos serviços culturais das administrações locais, concentradas na conservação e salvaguarda do património; na difusão de obras e eventos, e na formação/sensibilização cultural.

Quadro nº 9
Despesa dos municípios com Cultura
(milhares de euros e percentagem)

Ano	A preços correntes	A preços constantes de 2003	Taxa de variação real
1986*	19.932	55.368	—
1987	28.806	73.113	32,0
1988	34.673	80.261	9,8
1989	42.309	86.877	8,2
1990	52.767	95.766	10,2
1991	71.819	117.351	22,5
1992	92.235	137.664	17,3
1993	121.094	169.362	23,0
1994	133.638	177.238	4,7
1995	143.880	183.287	3,4
1996	169.436	209.438	14,3
1997	220.192	265.932	27,0
1998	220.701	259.648	-2,4
1999	301.927	347.042	33,7
2000	339.878	379.752	9,4
2001	402.115	430.070	13,3
2002	406.606	420.047	-2,3
2003	394.887	394.887	-6,0

Fonte: INE/OAC

Notas: * Continente; Preços constantes de 2003 com recurso a INE, IPC geral, série de base 100 em 2002 compatibilizada com outras bases, designadamente 1997; taxa de variação real refere-se aos preços constantes.

Quadro nº 10
Despesa com Cultura na despesa total dos municípios por Região
(1986-1988 e 1992-2003)
(percentagem)

Região	Ano														
	1986	1987	1988	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Portugal	3,0*	3,3*	3,1*	3,4	4,4*	4,7*	4,7	4,8	5,0	4,9	5,9	6,1	6,4*	6,0	5,9
Continente	3,0	3,3	3,1	3,5	4,4	4,6	4,7	4,9	5,1	4,9	5,9	6,1	6,4	6,1	6,0
Norte	3,0	2,6	3,3	3,8	4,4	4,1	4,7	4,7	4,9	4,8	6,7	5,8	6,4	6,5	5,8
Centro	2,0	3,2	3,5	2,9	4,0	3,8	3,7	4,3	5,1	5,3	5,2	6,6	7,1	5,0	4,4
Lisboa e VT	3,6	2,8	2,7	3,0	4,0	5,3	4,9	4,9	5,1	4,7	5,2	5,7	5,7	7,0	6,6
Alentejo	4,0	2,7	3,3	6,1	7,3	6,7	7,7	8,0	7,7	7,3	8,7	9,4	9,8	5,8	7,1
Algarve	2,0	2,0	2,7	2,4	3,5	3,6	2,5	2,5	2,6	3,0	5,1	4,8	4,8	4,5	8,7
R. A. Açores	n/d	n/d	n/d	3,5	n/d	n/d	5,6	3,8	4,6	4,8	6,8	8,9	n/d	5,3	5,1
R. A. Madeira	n/d	n/d	n/d	2,8	2,7	2,3	4,0	3,8	2,5	3,0	4,1	3,6	4,2	4,3	4,5

Fontes: 1986: SEC/GP, *Despesas culturais dos municípios do Continente 1986*, p. 66.

1987 e 1988: SEC/GP, *Despesas culturais dos municípios do Continente 1987 e 1988*, p. 35.

1992: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio (ECCR)* 1993, p. 91.

1993 e 1994: INE, *ECCR* 1994, p. 95

1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002: INE, *ECCR* dos respectivos anos.

2003: INE, <www.ine.pt>.

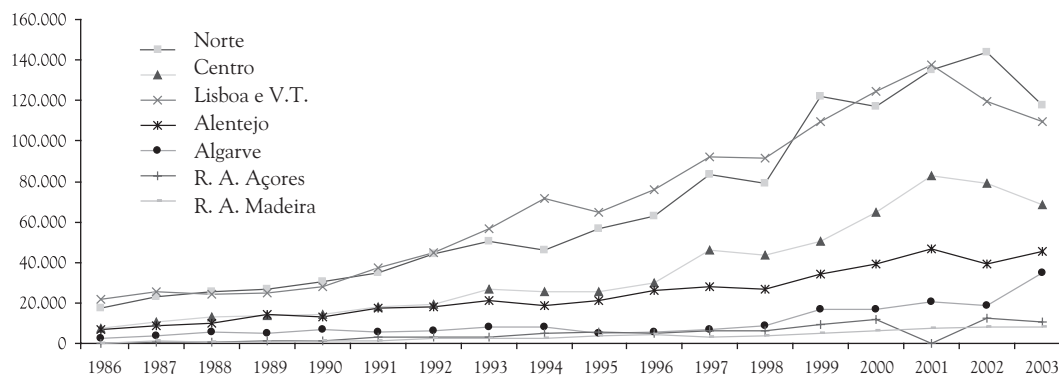
Nota: * uma vez que nestes anos não está disponível informação para uma ou mesmo para as duas Regiões Autónomas e portanto, em rigor, não se trate de valores para Portugal, opta-se, ainda assim, por assimilar os apuramentos possíveis ao país dado o muito baixo impacto das RA, em geral da ordem de 0,1%.

Legenda: n/d, não disponível.

As actividades de natureza criativa, que incluem as Artes cénicas, as Artes plásticas, e também o audiovisual (Cinema e fotografia; Radiodifusão e televisão), têm menor expressão no total das despesas camarárias. A excepção vai para o domínio da Música, embora não assumindo o mesmo volume de despesas das actividades enquadradas nas funções de conservação e difusão.

Refira-se, por último, a crescente importância atribuída nos últimos anos ao Património e aos Recintos Culturais, estando estas despesas associadas a investimentos em infra-estruturas. A criação de equipamentos culturais e a recuperação de edifícios/monumentos de valor patrimonial têm sido, efectivamente, áreas de volumosos investimentos das autarquias, sustentados, em muitos casos, por fundos comunitários. Parece verificar-se algum paralelismo entre a Administração Central e Local no que respeita às principais áreas de investimento. Com efeito, da observação aos sectores que obtiveram mais elevado financiamento através do Programa Operacional da Cultura no triénio 2000-2006 (programa de financiamento comunitário sob alçada da Administração Central) ressalta o claro predomínio de

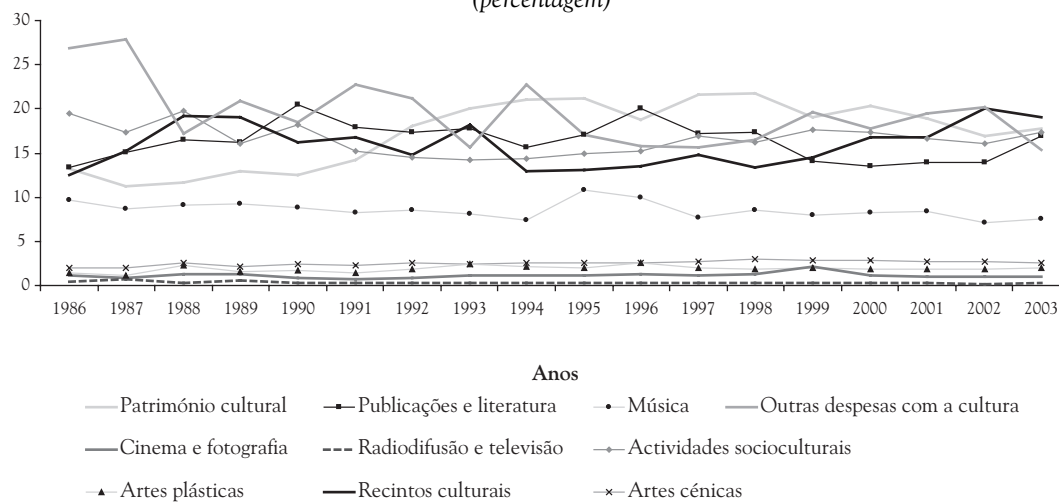
Gráfico nº 2
Despesa dos municípios com Cultura por Região
(milhares de euros a preços constantes de 2003)



Fonte: INE/OAC.

Notas: 1986 não inclui regiões autónomas; 2001 não inclui Açores.

Gráfico nº 3
Despesas dos municípios com Cultura por Domínio
(percentagem)



projectos que visaram a Recuperação de Monumentos e Património Histórico e a Construção, Recuperação em Equipamentos de Museus (quadros n.ºs 11 e 12). Com efeito, a importância dirigida à cultura pelas administrações públicas manifestou-se sobretudo através de investimentos realizados em infra-estruturas. No entanto, ultrapassadas as principais carências no que respeita a equipamentos culturais, faz-se agora sentir a necessidade presente de direccionar investimentos para a consolidação de dispositivos de programação.

SECTOR PÚBLICO

Quadro nº 11
Despesa dos municípios com Património (1995-2003)
(milhares de euros e percentagem)

Ano	A preços correntes	A preços constantes de 2003	Taxa de variação real	Percentagem no total das despesas na cultura
1995	30.510	38.866	—	21,2
1996	31.694	39.177	0,8	18,7
1997	47.605	57.494	46,8	21,6
1998	47.991	56.460	-1,8	21,7
1999	57.366	65.937	16,8	19,0
2000	69.101	77.208	17,1	20,3
2001	75.847	81.120	5,1	18,9
2002	69.078	71.362	-12,0	17,0
2003	70.441	70.441	-1,3	17,8

Fonte: INE/OAC

Notas: Preços constantes de 2003 com recurso a INE, IPC geral, série de base 100 em 2003 compatibilizada com outras bases, designadamente 1997; taxa de variação real e a percentagem das despesas do património no total das despesas com cultura referem-se aos preços constantes.

Quadro nº 12
Tipologia dos Projectos (“Hard” e “Soft”) no Programa Operacional da Cultura (POC)
(montantes em milhares de euros e percentagem em coluna)

Tipo de projecto	Investimento total	Estrutura (%)	Número Projectos
Intervenções “Hard”	185.056	71,0	95
Recuperação Monumentos e Património Histórico	71.040	27,3	48
Construção, Recuperação em Equipamentos de Museus	63.175	24,3	40
Construção e Recuperação de Cineteatros e Centros Culturais	50.841	19,5	7
Intervenções “Soft”	71.001	27,3	110
Valorização e Animação do Património	50.848	19,5	64
Inventariação e Digitalização	7.979	3,1	11
Animação Artística	12.174	4,7	35
Intervenções de Suporte Técnico	4.442	1,7	6
Estudos	983	0,4	2
Assistência Técnica	3.460	1,3	4
<i>Total</i>	260.499	100,0	211

Fonte: POC, Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Cultura do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006 (QCA III), Relatório Final, 24 de Outubro de 2003. Base: Dados a 30/06/2003.

Ainda relativamente aos investimentos em infra-estruturas, note-se também os esforços financeiros das autarquias no referente à construção ou recuperação de bibliotecas no âmbito da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP). De acordo com dados do IPLB, este dispositivo abrange já 84% dos concelhos do país (quadro nº 13).

As câmaras municipais são entidades incontornáveis na apreciação das dinâmicas culturais locais. Podendo assumir um estatuto mais passivo ou activo quanto à intervenção no domínio da cultura, são responsáveis por um vasto número de equipamentos culturais e de serviços específicos, e pela promoção/apoio às actividades de outros agentes locais (designadamente do Sector Privado lucrativo e não lucrativo).

Conforme seguidamente se verá, o presente estudo, ao incluir no seu universo de inquirição os departamentos/núcleos da cultura das câmaras municipais, permite identificar algumas das novas dinâmicas geradas bem como algumas limitações persistentes na gestão cultural autárquica. Dada a forte incidência de respostas por parte de museus e bibliotecas municipais foi também possível uma abordagem a equipamentos afectos aos departamentos/núcleos da cultura, mobilizando indicadores relativos à caracterização dos espaços e equipas desses mesmos equipamentos.

Quadro nº 13
Situação das Bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP)
(números absolutos)

Situação	Número
Abertas ao público	133
Protocoladas	125
Total na RNBP	258
% de concelhos abrangidos	84%

Fonte: IPLB, <www.iplb.pt>, 2005.

PERFIL INSTITUCIONAL

Uma primeira nota de destaque é dirigida ao significativo número de respostas proveniente da Administração Local, – 152 autarquias (ver georeferenciação em Anexo C) – representando perto de metade (49%) do universo de concelhos do território nacional que, no seu conjunto, abarcam 57% do total da população do país. Os quadros n.ºs 14 e 15 permitem observar a representatividade das autarquias respondentes quanto a um conjunto de indicadores sócio-demográficos. Em geral, a distribuição da amostra reproduz a encontrada para o total dos concelhos existentes no país.

Considerando os dados do Inquérito, a maioria das autarquias respondentes assinala ter na sua dependência entre dois e três *Equipamentos* (24% e 20%, respectivamente), tratando-se

sobretudo de Bibliotecas (90%) e de Museus (71%) (quadros n.ºs 16 e 17). A significativa predominância destes equipamentos culturais nos concelhos do país não poderá dissociar-se do desenvolvimento e impacto que tanto a Rede Nacional de Leitura Pública (RNLP), como, mais recentemente, a Rede Portuguesa de Museus (RPM) tiveram em muitos municípios. Estas duas Redes de equipamentos constituem, num primeiro plano, importantes pólos de articulação entre a Administração Central e Local, funcionando fundamentalmente sobre a forma de parcerias. Estas iniciativas, protagonizadas pela Administração Central através dos organismos que tutelam o Livro (Instituto Português do Livro e da Leitura – IPLB) e os Museus (Instituto Português dos Museus – IPM), enquadram-se no conjunto de orientações políticas que visam equilibrar territorialmente a oferta no domínio da cultura, corrigindo assimetrias regionais.

A RNLP teve início em 1987, – tendo sido pioneira nas orientações políticas que visam a criação de redes de equipamentos e serviços – e conta actualmente com um número assinalável de concelhos aderentes (258, entre os quais 133 com bibliotecas abertas ao público e 125 já protocoladas com o IPLB, representando 84% do universo dos concelhos do país).

O modelo de biblioteca que o IPLB preconiza estende-se muito para lá do domínio estrito do Livro, associando-lhe complementarmente um conjunto diversificado de actividades de várias disciplinas artísticas, designadamente as Artes Performativas; as Artes Plásticas; o Cinema; o Multimédia, etc. Com efeito, a Rede não se limita somente à concretização física dos equipamentos¹², promovendo também actividades de animação através do Programa

Quadro n.º 14

Administrações locais por NUTS II

n = 152

NUTS II	Concelhos da Amostra	Concelhos de Portugal	Percentagem concelhos inquiridos
Norte	47	86	54,7
Centro	33	78	42,3
Lisboa e Vale do Tejo	32	51	62,7
Alentejo	25	47	53,2
Algarve	9	16	56,3
R. A. Madeira	3	19	15,8
R. A. Açores	3	11	27,3
<i>Total de concelhos</i>	152	308	49,4

12 Recorde-se que a Administração Central (IPLB) pode comparticipar até 50% do investimento físico inicial. À autarquia compete lançar a obra e gerir o equipamento respeitando especificações técnicas em termos de programa de construção, recursos técnicos e condições de funcionamento. A Administração Central apoia também a formação de pessoal e as actividades de animação.

Quadro nº 15
**Indicadores de caracterização dos Concelhos respondentes
 e dos Concelhos do Continente**
 n = 146*

Indicadores	Concelhos da Amostra	Concelhos do Continente	Percentagem concelhos inquiridos
Zona			
Interior	78	149	52,3
Litoral	68	129	52,7
Território			
Metropolitano	18	28	64,3
Urbano	65	119	54,6
Rural	63	131	48,1
Dimensão (população residente)			
Grande (superior a 100.000 hab.)	13	23	56,5
Média (entre 10.000 e 99.999 hab.)	85	163	52,1
Pequena (inferior a 9.999 hab.)	48	92	52,2
Despesa média com cultura (2001-2003)			
Até 499 mil euros	44	91	48,4
Entre 500 e 999 mil euros	42	81	51,9
Entre 1000 e 1999 mil euros	34	56	60,7
Entre 2000 e 9999 mil euros	23	47	48,9
Mais de 10000 mil euros	3	3	100,0
Despesa média com cultura per capita (2001-2003)			
Até 24,9 euros	39	67	58,2
Entre 25,0 e 99,9 euros	83	174	47,7
Mais de 100,0 euros	24	37	64,9
<i>Total</i>	146	278	52,5

* Não foi possível apurar informação para os seis concelhos respondentes pertencentes aos Arquipélagos da Madeira e dos Açores.
 Fonte: OAC a partir do INE.

Quadro nº 16
Equipamentos culturais tutelados por Autarquias
 n = 152

Equipamentos culturais dependentes	Autarquias	
	Nº	%
Um equipamento	20	13,2
Dois equipamentos	37	24,3
Três equipamentos	30	19,7
Quatro equipamentos	23	15,1
Cinco equipamentos	6	3,9
Seis equipamentos	6	3,9
Mais de seis equipamentos	11	7,2
Sem equipamentos dependentes	2	1,3
Sem informação	17	11,2
<i>Total</i>	152	100,0

Quadro nº 17
Tipo de equipamentos tutelados pelas Autarquias
 n = 152

Tipo de Estruturas dependentes	Autarquias	
	Nº	%
Museus	108	71,1
Bibliotecas	136	89,5
Monumentos	4	2,6
Galerias	17	11,2
Centros culturais/Casas da cultura/Fóruns culturais	41	27,0
Teatros/Cine-teatros	32	21,1
Cine-clubes/Cinemas	6	3,9
Auditórios	31	20,4
Arquivos	22	14,5
Espaços arqueológicos	4	2,6
Escolas de arte	2	1,3
Fonotecas/Videotecas/Mediatecas entre outras	7	4,6
Outros equipamentos	40	26,3

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

Nacional de Promoção da Leitura – consubstanciado em itinerâncias de escritores, investigadores ou formadores, constituição de grupos informais de leitores e na realização de espectáculos ou exposições.

As bibliotecas da Rede de Leitura Pública e a variedade de actividades por elas desenvolvidas desempenham um papel central na dinamização cultural de muitos concelhos assumindo por vezes a exclusividade da intervenção pública local no domínio da cultura (Santos e outros, 2004).

No que respeita à RPM, iniciada no ano 2000, conta actualmente com a adesão de 120 museus, atribuindo-se à Administração Local a maior representação neste universo (42%). Na base da criação da Rede está a percepção de um tecido museológico com muitas fragilidades, atendendo aos parâmetros internacionais usados para aferir a qualidade dos museus (Camacho, 2001). Nesse sentido, a criação da RPM teve como preocupação principal melhorar e ampliar os desempenhos culturais e sociais destes equipamentos (Silva, 2002), investido privilegiadamente na qualificação de espaços e serviços e na formação profissional de técnicos.

O crescente empenhamento de algumas autarquias na qualificação destes equipamentos ganha maior relevo se se atender à progressiva articulação entre o turismo e as actividades culturais. Para alguns concelhos o turismo cultural tem constituído uma aposta central nas dinâmicas concelhias, criando fortes oportunidades para o desenvolvimento económico local.

Sublinhe-se ainda a importância que equipamentos pluri-disciplinares e multi-funcionais como Centros culturais, Casas da cultura ou Fóruns assumem no conjunto das infra-estruturas indicadas pelas autarquias respondentes. A escassez de salas de espectáculo adequadas para apresentação de produções mais exigentes será, porventura, uma das principais razões para os investimentos neste tipo de equipamentos. Em alguns casos, porém, os investimentos realizados na edificação não são posteriormente complementados com outros investimentos relacionados com a qualificação de recursos de natureza distinta, designadamente, os que implicam a uma programação cultural regular – técnicos especializados e actividades diversificadas e de qualidade.

Uma última nota para referir também o relevo dos teatros e cine-teatros no total dos equipamentos apontados pelas autarquias respondentes. Estes equipamentos foram também alvo de um projecto de constituição de rede em 1999 (Rede de Teatros e Cine-teatros), embora a capacidade de resposta das autarquias nessa data tenha sido reduzida face aos prazos estabelecidos para a apresentação de propostas. No entanto, a disponibilização de verbas do Programa Operacional da Cultura (POC) a partir do ano 2000, o recurso ao apoio mecenático e o próprio esforço financeiro de algumas autarquias permitiram ir estabilizando o processo de implantação da referida Rede, vindo esta a ser assumida politicamente em 2001. Note-se que, contrariamente ao verificado para as restantes redes mencionadas, a Rede de Teatros e Cine-teatros não chegou a atingir o mesmo grau de formalização, dado que não foram definidos critérios de adesão e de permanência na rede (relativos a aspectos de construção, de dotação de recursos humanos e logísticos, de programação, entre outros).

Contudo, vários municípios, mesmo à margem da Rede Nacional de Teatros e Cine-teatros, terminaram ou em têm curso investimentos de recuperação ou construção de auditórios para as artes do espectáculo, fruto de esforço financeiro próprio ou de cooperação com a Administração Central¹³ (Silva, 2004).

O predomínio das actividades ligadas aos Museus e Bibliotecas no conjunto das acções promovidas pelas Câmaras Municipais é também perceptível quando se analisam os *domínios artísticos* (quadro nº 18). Das câmaras respondentes (88%) refere actividades no âmbito das Bibliotecas e 78% sinalizam o Património, destacando-se neste conjunto os Museus.

Quadro nº 18
Autarquias por Domínio artístico das actividades
n = 152

Domínios e Sub-domínios artísticos	Número	%
Património	118	77,6
Monumentos Históricos	62	40,8
Museus	92	60,5
Sítios Arqueológicos	65	42,8
Outras formas de Património	37	24,3
Arquivos	78	51,3
Bibliotecas	134	88,2
Arquitectura	41	27,0
Artes Visuais	67	44,1
Artes Performativas	110	72,4
Música	102	67,1
Dança	63	41,4
Teatro	81	53,3
Outras formas de Artes Performativas	30	19,7
Livro e Imprensa	82	53,9
Audiovisual e Multimédia	85	55,9
Educação	107	70,4
Centro de estudos	10	6,6
Ns/nr	1	0,7

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

13 Refira-se a constituição da Artemrede em 2005 fruto da cooperação de 16 municípios de Região de Lisboa.

O projecto surgiu na sequência do esforço financeiro realizado na qualificação e modernização de um conjunto de cine-teatros da Região de Lisboa.

Estes equipamentos assumem hoje uma função distinta da que lhes era reservada no passado. As Bibliotecas da RNLP, mantendo, evidentemente, uma função ligada à Educação através do Livro e da Leitura, estão dotadas de uma diversidade de acessórios de multimédia e de materiais para realização de trabalhos de artes plásticas e de outras actividades (teatro, dança, cinema) desenvolvidas sob a forma de ateliês ou oficinas de artes, aliando deste modo à sua função pedagógica uma função lúdica.

Aos Museus estão também hoje associadas dinâmicas diversas, não só relativamente a uma maior pluridisciplinaridade das actividades desenvolvidas, mas também a uma crescente ampliação das suas funções. A integração de serviços educativos com acções e materiais preparados para diferentes segmentos de públicos bem como a inclusão de espaços de convívio e sociabilidade – como são os cafés e restaurantes – e de lojas com o *merchandising* de produtos com a marca alusiva aos museus vieram acrescentar novas funcionalidades a estes equipamentos.

Considerando ainda os domínios da actividade cultural das Câmaras municipais note-se, por último, o relevo que a Educação assume no conjunto das actividades das administrações locais no âmbito da cultura – 70% dos municípios respondentes assinala actividades ligadas à Educação. Este resultado vai ao encontro das orientações das políticas públicas para a cultura cujos objectivos visam promover a participação social e a democratização dos bens e serviços culturais. Acresce o facto dos próprios equipamentos culturais predominantes – Bibliotecas e Museus – integrarem como se viu, uma forte componente educativa, com acções vocacionadas para a sensibilização para as artes. O relevo que a componente pedagógica tem vindo progressivamente a assumir em muitas das actividades culturais promovidas pelas autarquias estará associado à necessidade de fomentar hábitos culturais em populações pouco familiarizadas com as actividades culturais e artísticas. Em muitos casos, o esforço financeiro das autarquias na criação de equipamentos culturais e de uma oferta diversificada depara-se posteriormente com a ausência de públicos para as actividades programadas. Neste cenário, as acções que visam uma progressiva aproximação da população às artes e cultura ganham um relevo significativo.

ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS

A progressiva importância que a cultura tem vindo a assumir na gestão cultural autárquica tem igualmente reflexos nas estratégias organizacionais adoptadas. Algumas destas estratégias procuram fazer face aos constrangimentos associados à administração pública, muitas vezes enredada em processos excessivamente burocráticos e inadequados para gerir actividades de natureza cultural e artística. Mas a adopção de novos modelos organizacionais por parte da administração pública local estará também relacionada com as novas tendências que marcam o espaço cultural e artístico e que passam pela assunção de que a cultura é também um importante factor de competitividade económica e de promoção de uma cidade ou região. Nesse sentido, a gestão das actividades culturais requer competências especializadas e estratégias organizacionais mais próximas do sector empresarial, designadamente as

ligadas ao marketing, à comunicação, ao design gráfico. Um dos exemplos ilustrativos das alterações verificadas neste domínio é a atenção prestada pelas autarquias às suas agendas culturais – algumas já graficamente muito cuidadas – e às extensas redes de distribuição que alguns municípios adoptam para comunicar e difundir a sua programação cultural.

Não obstante a progressiva alteração das lógicas organizacionais adoptadas por algumas autarquias, subsistem ainda muitas fragilidades no modo como se gerem as actividades culturais e artísticas. Entre os problemas mais frequentemente apontadas à gestão cultural autárquica sobressai o reduzido número de técnicos com competências adequadas que possam garantir uma programação cultural com qualidade. Esta limitação ganha ainda maior visibilidade quando os investimentos aplicados na criação e recuperação de equipamentos culturais não têm continuidade – por restrições orçamentais ou simplesmente por negligência – no recrutamento de técnicos especializados. Repare-se que 84% das autarquias inquiridas referem existir necessidades de formação ao nível dos serviços da cultura em áreas muito diversificadas. Salientam-se os Serviços técnicos; a Administração e gestão e a Programação de actividades (quadro nº 19).

O número de pessoal que compõe as equipas da cultura das autarquias pode depender de diferentes factores. Num primeiro plano estão aspectos de natureza institucional ou política relacionada com a importância atribuída à cultura nas orgânicas camarárias e com o maior ou menor volume de actividades culturais programadas. Por norma, as unidades orgânicas das autarquias que desenvolvem actividades no sector cultural não apresentam autonomia administrativa, estando integradas em diferentes níveis da estrutura organizacional do município. As autarquias de maior dimensão e com elevado grau de desenvolvimento e estruturação das actividades culturais enquadram a cultura ao nível do Departamento,

Quadro nº 19

Áreas com necessidade de formação nos serviços da cultura por Autarquias
n = 128*

Áreas com necessidade de formação	Autarquias	
	Número	%
Administração e gestão	81	63,3
Programação	80	62,5
Produção	52	40,6
Divulgação	65	50,8
Serviços educativos	71	55,5
Serviços técnicos	84	65,6
Outra	14	10,9

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

* Do total de 152 autarquias recenseadas, 128 afirmaram necessitar de formação no sector da cultura.

abarcando diferentes Divisões administrativas focalizadas em sub-domínios específicos (Divisão de museus, Divisão de património arquitectónico, Divisão de bibliotecas, Divisão de animação cultural, etc.). Em câmaras de média ou pequena dimensão a cultura surge, por norma, ao nível da Divisão, em Departamentos que representam simultaneamente outros sectores, tais como o desporto, a acção social, entre outros. Noutros casos ainda, a cultura está organicamente representada ao nível da Secção – sobretudo em câmaras de muito pequena dimensão onde a actividade cultural e artística promovida pela Administração Local tem uma expressão diminuta. Enquanto estas últimas parecem tender a assumir uma função de natureza essencialmente reguladora e de apoio às iniciativas de agentes culturais locais, as primeiras, dado o relevo que a cultura assume nos seus quadros orgânicos, tenderão a desenvolver, paralelamente, funções de produção/difusão com a programação de eventos de natureza regular.

A dimensão das equipas da cultura dependerá, obviamente, do grau de importância e estruturação das actividades culturais desenvolvidas pelos municípios. Decorrente também do relevo que a cultura assume no seio da gestão autárquica, note-se que o maior número de equipamentos culturais sob tutela municipal e o pessoal que lhe está directamente afecto, poderá contribuir para engrossar as equipas deste sector.

Atendendo à *dimensão média das equipas da cultura* de acordo com as autarquias que responderam ao Inquérito, verifica-se que o número de pessoal ao serviço apresenta oscilações expressivas de autarquia para autarquia. Embora predominem as equipas compostas por 10 a 19 elementos (23%), mais de 1/3 dos municípios têm menos de 10 pessoas a trabalhar no sector da cultura (quadro nº 20). Sublinhe-se o facto das câmaras respondentes com mais pessoal nas equipas da cultura (13 autarquias que apresentam 50 ou mais elementos nas suas equipas da cultura) absorverem mais de metade do total de trabalhadores na Administração Local recenseados no Inquérito (57%). Considerando apenas o total de pessoas ao serviço neste grupo note-se que 53% dos trabalhadores aí indicados pertencem a duas

Quadro nº 20
Equipas da cultura e Número de pessoas ao serviço por autarquia
n = 152

Dimensão das equipas	Equipas da cultura	%	Pessoas ao serviço	%
1-4 elementos	23	15,1	54	1,6
5-9 elementos	29	19,1	188	5,7
10-19 elementos	35	23,0	460	13,9
20-49 elementos	22	14,5	729	22,0
50 e Mais elementos	13	8,6	1878	56,8
Ns/nr	30	19,7	—	—
<i>Total</i>	152	100,0	3309	100,0

câmaras. Aos municípios com mais elevado número de elementos nas equipas da cultura correspondem sobretudo concelhos em território Metropolitano e Urbano (quadro nº 21)

No que se reporta à distribuição por *género*, verifica-se que as equipas da cultura das autarquias respondentes são maioritariamente compostas por elementos do sexo feminino (68%) (quadro nº 22) – uma tendência semelhante à verificada para a administração pública central mas distinta do que se verifica para o Sector Privado ou para o Terceiro Sector. Nestes, a repartição em função do sexo é mais equilibrada entre homens e mulheres – como se verificará mais adiante quando se abordarem as respostas das entidades pertencentes ao sector privado e terceiro sector.

Ainda comparando com outros figurinos institucionais mas focalizando agora a *distribuição etária*, verifica-se que as equipas da cultura da administração pública local – à semelhança do que se passa nas equipas da Administração Central – é globalmente menos juvenilizada do que o pessoal ao serviço no sector privado (lucrativo e não lucrativo). Enquanto nestes últimos a faixa etária predominante é a dos 25-34 anos, o pessoal ao serviço das equipas da Administração Local concentra-se maioritariamente na categoria dos 35-44 anos (33%).

Uma outra nota distintiva entre a gestão pública da cultura e a gestão privada recai no tipo de *vínculo laboral* dos seus recursos humanos. Verifica-se, sem surpresa, que o grosso do pessoal afecto às equipas da cultura nas autarquias tem um vínculo com a administração pública (80% são Funcionários públicos). Uma percentagem mais volumosa para a Administração Local do que para a Central – como atrás se viu – e que estará certamente relacionada com o facto desta última ter na sua dependência um conjunto de estruturas vocacionadas para a criação onde os contratos individuais de trabalho, dada a natureza das actividades aí desenvolvidas, são mais frequentes.

Quadro nº 21
Equipas da cultura por Tipo de território
(números absolutos)
n = 146*

Dimensão das equipas	Tipo de território			Total
	Metropolitano	Urbano	Rural	
1-4 elementos	0	10	12	22
5-9 elementos	0	7	21	28
10-19 elementos	5	16	12	33
20-49 elementos	3	11	8	22
50 e Mais elementos	6	6	0	12
Ns/nr	4	15	10	29
<i>Total</i>	18	65	63	146

* Foram apenas contemplados os concelhos do Continente.

Quadro nº 22
 Número de pessoas ao serviço nos Departamentos de cultura das autarquias
 por Sexo, Idade, Vínculo e Função
 n = 3309

Variáveis	Número de pessoas	%
Sexo		
Homens	1061	32,1
Mulheres	2248	67,9
<i>Total</i>	3309	100,0
Idade		
Até 24	146	4,4
25-34	971	29,3
35-44	1092	33,0
45-54	562	17,0
55-64	206	6,2
Mais de 65	28	0,8
Nr	304	9,2
<i>Total</i>	3309	100,0
Vínculo		
Contrato individual de trabalho	92	2,8
Funcionário público	2657	80,3
Contrato a prazo	222	6,7
Aquisição de serviços/avença	236	7,1
Voluntariado	1	0,0
Outro	101	3,1
<i>Total</i>	3309	100,0
Funções*		
Administração e gestão	244	7,4
Programação	150	4,5
Artistas (criação/interpretação)	11	0,3
Produção	225	6,8
Divulgação	185	5,6
Serviços Educativos	273	8,3
Serviços Técnicos	1076	32,5
Serviços Administrativos	449	13,6
Café/Restaurante	17	0,5
Limpezas	182	5,5
Outras funções	694	21,0
<i>Total</i>	3506	—

* Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

Não obstante a menor representação de trabalhadores com contratos temporários na Administração Local – Contrato a prazo e Aquisição de serviços (perfazendo 14% do total de trabalhadores recenseados) – a presença de pessoal ao serviço com este tipo de vínculo, indicia, uma vez mais, a adopção de novas estratégias organizacionais para gerir os recursos humanos das equipas autárquicas da cultura. A importância que o sector cultural adquiriu em muitos municípios com o incremento do número de equipamentos e a ampliação do conjunto de actividades culturais promovidas pelas câmaras, levou certamente à indispensabilidade de aumentar o número de profissionais e as competências das equipas. A contratação de pessoal com um vínculo temporário, maugrado a precariedade que implica para os profissionais em causa, permite ultrapassar as dificuldades inerentes à sua integração nos quadros da administração pública face ao esforço financeiro que este processo representa para os orçamentos camarários. Este tipo de lógicas organizacionais, mais próximas das estratégias preconizadas pelo sector privado, denota uma tendência para a administração pública local adoptar modelos de gestão que cruzam e articulam os planos público e privado.

Nesse aspecto, a criação de *Empresas municipais* no domínio da cultura por parte algumas câmaras do país – estruturas autonomizadas relativamente às orgânicas das câmaras – reflecte a predisposição para encontrar novas soluções institucionais e organizativas, porventura mais expeditas para a contratação de profissionais especializados (artistas, produtores, programadores, técnicos) e a gestão mais eficaz de equipamentos culturais.

Do conjunto de oito empresas municipais recenseadas no Inquérito, verifica-se que todas foram criadas nos últimos cinco anos (duas delas em 2005). Situam-se predominantemente em concelhos urbanos/metropolitanos mas também se encontram em territórios rurais, o que se reflecte, porventura, nas variações que apresentam quanto ao volume de recursos humanos que recrutam (quadro nº 23), à semelhança do que foi possível verificar para as equipas das câmaras (rever quadro nº 21). De facto, embora algumas empresas municipais estejam associadas a câmaras com equipas numerosas e a um vasto número de equipamentos e serviços culturais, existem outras em concelhos que não apresentam estas mesmas características. Nestes casos, as empresas municipais são criadas fundamentalmente para

Quadro nº 23

Dimensão das Empresas municipais e Número de pessoas ao serviço
(número absolutos)

Dimensão	Empresas	Pessoas ao serviço
5-9 elementos	2	8
10-19 elementos	4	30
20-49 elementos	1	123
50 e Mais elementos	1	135
<i>Total</i>	8	296

gerir um equipamento central na dinamização cultural do concelho – sobretudo teatros – cuja gestão privada agilizará, provavelmente, a contratação de profissionais com competências adequadas.

No que se reporta ao tipo de *vínculo laboral* evidenciam-se diferenças significativas, comparativamente com o verificado para as câmaras. Embora o maior colectivo seja o dos trabalhadores com contratos individuais de trabalho (47%), é igualmente expressivo o de trabalhadores com contratos temporários (30%) (quadro nº 24).

A adopção de estratégias empresariais na gestão das actividades culturais e artísticas passa também por assumir formatos organizacionais mais flexíveis, semelhantes às estruturas culturais do sector privado onde vigora frequentemente a figura do trabalho ao projecto. Também no caso das autarquias que evidenciam dinâmicas mais significativas, designadamente na promoção e produção de eventos como festivais, bienais e outros certames com um carácter regular e sazonal, tendem a adoptar-se lógicas organizacionais semelhantes, contratando profissionais especializados por um período de tempo delimitado – as empresas municipais apresentam configurações mais adequadas à adopção deste tipo de estratégias.

Uma outra diferença entre as autarquias e as empresas municipais respondentes reside nos *domínios artísticos* que caracterizam as actividades desenvolvidas por umas e outras. Embora o contingente de empresas municipais seja muito reduzido e as leituras devam ser feitas com as devidas cautelas, verifica-se que estas concentram mais a sua actividade nas Artes Performativas, e também no Audiovisual e Multimédia (quadro nº 25).

Uma das explicações possíveis poderá estar relacionada com o facto das empresas municipais estarem mais vocacionadas para a gestão e programação de espaços polivalentes ligados sobretudo às artes do espectáculo – teatros, auditórios, centros culturais.

Retomando um último elemento de caracterização dos recursos humanos das câmaras municipais, refira-se que as *funções* desempenhadas pelas equipas das autarquias estão

Quadro nº 24

Número de pessoas ao serviço nas Empresas municipais por Vínculo

n = 296

Variáveis	Número de pessoas	%
Vínculo		
Contrato individual de trabalho	138	46,6
Funcionário público	38	12,8
Contrato a prazo	79	26,7
Aquisição de serviços/avença	10	3,4
Outro	31	10,5
<i>Total</i>	296	100,0

Quadro nº 25
Empresas municipais por Domínios artísticos
n = 8

Domínios artísticos	Número
Património	1
Arquivos	1
Bibliotecas	2
Artes Visuais	2
Artes Performativas	6
Música	6
Dança	5
Teatro	5
Outras formas de artes performativas	4
Audiovisual e Multimédia	5
Educação	3

Nota: Pergunta de resposta múltipla.

sobretudo ligadas a Serviços técnicos (33%) e Serviços administrativos (14%) (rever quadro nº 22). O tipo de trabalho desenvolvido pelas equipas da cultura das câmaras dá conta de funções maioritariamente vocacionadas para a promoção/difusão de actividades e, eventualmente para um trabalho de mediação com outros agentes culturais locais. Mas o elevado número de trabalhadores em Serviços técnicos é também indiciador de uma reduzida segmentação e especialização das actividades desempenhadas dada a fraca diferenciação de funções assinaladas.

FONTES DE FINANCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PARCERIAS

O aumento do número de equipamentos e das dinâmicas culturais promovidas pelas autarquias conduzirá previsivelmente a uma maior diversificação dos modos como estas financiam as suas actividades. Embora a totalidade das câmaras respondentes indique, como é esperado, o financiamento proveniente dos orçamentos camarários (quadro nº 26), regista-se também o recurso a outros fundos, designadamente os provenientes de programas comunitários (52%) e de Receitas próprias com a venda de bens e serviços (49%).

Com efeito, o apoio financeiro concedido por parte de alguns programas comunitários para a criação de equipamentos e recuperação de património histórico e cultural (tais como

Quadro nº 26
Modos de financiamento das actividades culturais nas Autarquias
 n = 152

Modos de financiamento	Número	%
Receitas próprias – quotas	24	15,8
Receitas próprias – venda de bens e serviços	75	49,3
Financiamentos públicos (nacionais)	145	95,4
Financiamentos públicos (comunitários)	79	52,0
Financiamentos de entidades privadas	17	11,2
Financiamentos ao abrigo da Lei do Mecenato	11	7,2
Financiamentos particulares	2	1,3
Outros	1	0,7
Ns/nr	6	3,9

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

o POC – 17% – e Outros programas comunitários, de onde se destacam os Programas Operacionais Regionais – 41%) constituirá, eventualmente, um dos principais recursos das autarquias para a qualificação de monumentos, museus e outras infra-estruturas. Recorde-se, tal como se verificou no quadro nº 12 e a título de exemplo, as principais áreas dos projectos apoiados pelo Programa Operacional da Cultura, destacando-se precisamente os relativos à Recuperação de monumentos e património histórico; Construção e recuperação em equipamentos de Museus; Construção e recuperação de cine-teatros e centros culturais.

Embora revelando uma representação diminuta no conjunto das fontes financiamento das autarquias, o recurso a subsídios privados, sobretudo de empresas através de eventuais patrocínios, concorre igualmente para financiar as actividades culturais de algumas autarquias.

As parcerias criadas entre os dois níveis da administração pública para a construção e qualificação de equipamentos municipais (através, por exemplo, da RNLP, RPM das redes de Arquivos e de Cine-teatros) ou para a programação de eventos culturais, como foi o caso do Programa de Difusão das Artes do Espectáculo implementado pelo então IPAE (Instituto Português das Artes do Espectáculo) entre 2000 e 2002, procuram corrigir assimetrias regionais e constituem importantes suportes financeiros das actividades culturais autárquicas.

Mas é sobretudo com o Terceiro Sector (associações culturais), e em segundo lugar com a Administração Central, que os departamentos da cultura das câmaras municipais referem estabelecer parcerias mais frequentemente (quadro nº 27). Com efeito, muitas associações culturais são agentes determinantes na dinamização cultural de comunidades locais e o seu trabalho é reconhecido e apoiado – por vezes através de parcerias – pelas instâncias públicas locais.

Quadro nº 27
Grupo institucional dos Parceiros das Autarquias
 n = 116*

Tipo de parceiros	Nº	%
Terceiro Sector	113	97,4
Público Central	78	67,2
Entidade Colectiva Religiosa	3	2,6
Privado	10	8,6
Público Regional	1	0,9
Público Local	30	25,9
Outros	40	34,5
Não identificável	23	19,8

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

* Número de entidades que realizaram parcerias

A realização de parcerias é uma prática corrente para um número elevado de câmaras inquiridas (76%). Estabelecem privilegiadamente relações com entidades nacionais – muito embora quase metade das câmaras inquiridas afirme concretizar parcerias tanto com entidades nacionais como internacionais (quadro nº 28). As parcerias realizadas destinam-se preferencialmente à realização de eventos – 92% das câmaras respondentes elegem esta a razão mais frequente para o estabelecimento de parcerias (quadro nº 29).

Quadro nº 28
Autarquias por Parcerias realizadas
 n = 152

Parcerias	Nº	%
Realizou parcerias	116	76,3
Só Âmbito nacional	73	62,9
Âmbitos nacional e internacional	35	47,9
Só Âmbito Internacional	8	22,9
Não realizou parcerias	32	21,1
Ns/nr	4	2,6
<i>Total</i>	<i>152</i>	<i>100,0</i>

Quadro n.º 29
Autarquias por Objectivos das parcerias realizadas
 n = 116

Objectivos das parcerias realizadas	N.º	%
Realização de eventos culturais	107	92,2
Redes de programação	31	26,7
Encontros/seminários	45	38,8
Edição	28	24,1
Formação	39	33,6
Outras	17	14,7
Ns/Nr	6	5,2

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

Os apoios recebidos para o estabelecimento de parcerias são maioritariamente provenientes do Sector Público, embora metade das câmaras afirme receber apoios igualmente de estruturas do Sector Privado. A larga maioria dos apoios, contudo, consubstancia-se na concessão de financiamentos (quadros n.ºs 30 e 31).

Note-se por último, que apesar da realização de parcerias parecer ser uma prática cada vez mais frequente para os agentes autárquicos da cultura – dadas as vantagens que as relações exteriores com outros agentes culturais e artístico trazem não só do ponto de vista do apoio financeiro mas também dos benefícios provenientes do contacto com outras formas de produzir, programar ou gerir as actividades culturais e artísticas – para alguns dos

Quadro n.º 30
Autarquias por Apoios recebidos para o estabelecimento de parcerias
 n = 116

Apoios para as parcerias realizadas	N.º	%
Entidades do Sector Público	45	62,5
Entidades do Sector Privado	36	50,0
Fundos comunitários	4	5,6
Não contou com apoios	10	13,9
Ns/Nr	8	11,1

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

Quadro nº 31
**Autarquias por tipo de Apoios públicos e tipo de Apoios privados
 para a realização de parcerias**
 n = 116

Tipo de Apoios	Número	%
Apoios públicos		
Apoio financeiro	61	52,6
Cedência de espaço	8	6,9
Contribuições em espécie	11	9,5
Cedência de meios técnicos	18	15,5
Cedência de recursos humanos	17	14,7
Outros	11	9,5
Ns/Nr	12	10,3
Apoios privados		
Apoio financeiro	22	19,0
Cedência de espaço	12	10,3
Contribuições em espécie	16	13,8
Cedência de meios técnicos	15	12,9
Cedência de recursos humanos	14	12,1
Outros	2	1,7
Ns/Nr	16	13,8

Nota: Perguntas de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

municípios respondentes esta prática não se encontra suficientemente difundida (21%) (rever quadro nº 28).

As razões mais frequentes para não terem realizado parcerias referem-se sobretudo à Falta de esclarecimentos/acompanhamento institucional (28%) (quadro nº 32), o que parece apontar para a necessidade de se constituírem estruturas de mediação que promovam e favoreçam os intercâmbios entre agentes culturais.

Quadro nº 32
Razões para a não realização de parcerias
 n = 32

Razões	Nº	%
Falta de interesse	1	3,1
Desconhecimento da possibilidade	3	9,4
Falta de incentivos económicos	7	21,9
Falta de capacidade técnica/administrativa	4	12,5
Falta de capacidade orçamental	6	18,8
Falta de esclarecimento/accompanhamento institucional	9	28,1
Outros	6	18,8
Ns/nr	8	25,0

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL: AS BIBLIOTECAS E OS MUSEUS

Os Museus e as Bibliotecas municipais assumem em muitos concelhos um estatuto quase exclusivo no âmbito dos equipamentos e serviços culturais, sendo-lhes reservada a promoção e programação da actividade cultural concelhia. Foram os equipamentos mais referidos pelos próprios departamentos da cultura das autarquias, revelando, portanto, uma importância assinalável na gestão cultural camarária. Tal como atrás foi referido, ao poderem integrar as redes nacionais (RNLP e RPM) estes equipamentos beneficiaram de progressos significativos nos últimos anos, sendo eventualmente esta uma razão da centralidade que assumem em muitos concelhos do país. Dada a maior incidência de respostas por parte de Museus e Bibliotecas (quadro nº 33) é sobre estes que se apresentarão alguns dos principais resultados do Inquérito.

Considerando as valências dos dois tipos de equipamentos, são perceptíveis as diferentes funções coexistentes nestes espaços. Embora centralizados numa função principal – a de Conservação, no caso dos museus – e da Educação – no que respeita às bibliotecas – estes equipamentos foram progressivamente acumulando funções diferenciadas e ampliando o leque de actividades a vários domínios artísticos (quadro nº 34).

Veja-se que, além das valências que reflectem as atribuições dos equipamentos (Espaço de exposições e Biblioteca) e das Áreas técnicas, sobressai um conjunto abrangente de outros espaços que promovem actividades lúdicas e de convivialidade. O Espaço multimédia é referido por 70% dos serviços de Biblioteca, sendo, como se sabe, um dos espaços que integram as bibliotecas da RNLP. Refiram-se ainda o Auditório em ambos os equipamentos;

Quadro nº 33
Serviços da Administração Local respondentes
(números absolutos)

Serviços da Administração Local	Nº	%
Museus	80	46,0
Bibliotecas	82	47,1
Outros	12	6,9
<i>Total</i>	<i>174</i>	<i>100,0</i>

Quadro nº 34
Valências dos Museus e das Bibliotecas municipais

Valências	Museus		Bibliotecas	
	Nº	%	Nº	%
Auditório	33	41,3	49	59,8
Espaço de exposições	76	100,0	59	72,0
Biblioteca	47	58,8	75	100,0
Espaço Multimédia	19	23,8	57	69,5
Áreas técnicas	51	63,8	58	70,7
Cafeteria	16	20,0	29	35,4
Restaurante	1	1,3	1	1,2
Loja	32	40,0	2	2,4
Outras valências	29	36,3	16	19,5

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

os espaços de convívio (sobretudo a Cafeteria) e também espaços de comercialização nos Museus – lojas com a venda de produtos associados à marca do museu.

Detendo a análise nos recursos humanos destas estruturas e procurando evidenciar algumas distinções entre ambas, verifica-se que as Bibliotecas apresentam, regra geral, equipas mais volumosas (entre 5 a 20 elementos) do que as verificadas para os Museus (quadro nº 35).

As semelhanças são evidentes quando se afere a composição sexual e etária do pessoal ao serviço. Os colectivos que compõem os recursos humanos destes equipamentos são tendencialmente mais feminizados, tal como se verifica globalmente para o Sector Público (ver também a prevalência de mulheres na Administração Central) em domínios como os arquivos, museus e bibliotecas (quadros n.ºs 36 e 37). Entre os dois equipamentos analisados, o número de mulheres parece ainda ser mais sensível para as Bibliotecas (77%).

A composição etária dos recursos humanos dos Museus e das Bibliotecas realça um outro traço transversal ao Sector Público e que se caracteriza por ter trabalhadores ligeiramente mais velhos do que os recrutados no Sector Privado e no Terceiro Sector.

As similitudes mantêm-se, como é natural, para o tipo de vínculo laboral mais praticado e para as funções mais frequentemente desempenhadas. Para os dois equipamentos são as equipas com Funcionários públicos e os Serviços técnicos que prevalecem. Refira-se no entanto, a maior percentagem de trabalhadores com contratos temporais no caso do Museus. A necessidade de aumentar o contingente de trabalhadores nestas estruturas – face aos progressivos investimentos da Administração Local na qualificação dos Museus – levará, porventura a equacionar diferentes estratégias de recrutamento.

Quadro nº 35

Dimensão das equipas da cultura e Número de pessoas ao serviço nos Museus e Bibliotecas
(números absolutos)

Dimensão das equipas	Museus		Bibliotecas	
	Equipas da cultura	Pessoas ao serviço	Equipas da cultura	Pessoas ao serviço
1-4 elementos	31	85	13	36
5-9 elementos	26	177	26	180
10-19 elementos	19	264	23	303
20-49 elementos	4	135	19	524
50 e Mais elementos	—	—	1	60
Ns/nr	—	—	—	—
<i>Total</i>	80	661	82	1103

SECTOR PÚBLICO

Quadro nº 36
 Número de pessoas ao serviço nos Museus municipais por Sexo, Idade, Vínculo e Função
 n = 661

Variáveis	Número de pessoas	%
Sexo		
Homens	190	28,7
Mulheres	419	63,4
Nr	52	7,9
<i>Total</i>	661	100,0
Idade		
Até 24	35	5,3
25-34	220	33,3
35-44	225	34,0
45-54	131	19,8
55-64	31	4,7
Mais de 65	14	2,1
Nr	5	0,8
<i>Total</i>	661	100,0
Vínculo		
Contrato individual de trabalho	21	3,2
Funcionário público	459	69,4
Contrato a prazo	83	12,6
Aquisição de serviços/avença	54	8,2
Voluntariado	6	0,9
Outro	20	3,0
Nr	18	2,7
<i>Total</i>	661	100,0
Funções*		
Administração e gestão	61	9,2
Programação	52	7,9
Artistas (criação/interpretação)	1	0,2
Produção	43	6,5
Divulgação	57	8,6
Serviços Educativos	94	14,2
Serviços Técnicos	250	37,8
Serviços Administrativos	90	13,6
Café/Restaurante	3	0,5
Limpezas	60	9,1
Outras funções	88	13,3
<i>Total</i>	799	—

* Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

Quadro nº 37
Número de pessoas ao serviço nas Bibliotecas municipais por Sexo, Idade, Vínculo e Função
 n = 1103

Variáveis	Número de pessoas	%
Sexo		
Homens	258	23,4
Mulheres	845	76,6
<i>Total</i>	<i>1103</i>	<i>100,0</i>
Idade		
Até 24	65	5,9
25-34	342	31,0
35-44	402	36,4
45-54	174	15,8
55-64	52	4,7
Mais de 65	8	0,7
Nr	60	5,4
<i>Total</i>	<i>1103</i>	<i>100,0</i>
Vínculo		
Contrato individual de trabalho	22	2,0
Funcionário público	942	85,4
Contrato a prazo	89	8,1
Aquisição de serviços/avença	20	1,8
Voluntariado	0	0,0
Outro	14	1,3
Nr	16	1,5
<i>Total</i>	<i>1103</i>	<i>100,0</i>
Funções*		
Administração e gestão	91	8,3
Programação	39	3,5
Artistas (criação/interpretação)	3	0,3
Produção	17	1,5
Divulgação	34	3,1
Serviços Educativos	53	4,8
Serviços Técnicos	556	50,4
Serviços Administrativos	129	11,7
Café/Restaurante	12	1,1
Limpezas	72	6,5
Outras funções	93	8,4
Nr	73	6,6
<i>Total</i>	<i>1172</i>	<i>—</i>

* Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

2. SECTOR PRIVADO

ENQUADRAMENTO

Algumas das mais recentes transformações do espaço cultural português estão associadas ao crescente número de estruturas cuja actividade se enquadra em termos institucionais e organizativos no Sector Privado, mas também a soluções organizacionais que passam por uma crescente imbricação entre este sector e o Sector Público.

Tais transformações não são alheias a uma nova perspectiva da cultura, por vezes designada por ‘culturalização da economia’, que confere importância à criatividade artística como factor de produção de riqueza e de competitividade económica. São neste âmbito valorizados factores como as competências e potencialidades do sector cultural e artístico na criação de emprego, de produtos e serviços inovadores, na correcção de assimetrias regionais, na promoção da imagem de uma cidade, região ou país. Neste sentido, o sector cultural passa a ser encarado não como um sector autónomo e independente mas como uma dimensão transversal a outros sectores e um recurso global para o desenvolvimento de um país (Cuellar, 1996; Fisher, 1998).

Um fenómeno simétrico a este entendimento é o resultante de uma progressiva ‘económização da cultura’ e que se traduz na assunção de que o sector cultural também funciona hoje numa lógica de mercado e que, nessa medida, é condicionado por um conjunto de requisitos e exigências, designadamente no que se refere aos modos de organização, gestão, comunicação e marketing (Menger, 2005; Santos, Gomes e outros, 2005).

Este duplo movimento é acompanhado por novas dinâmicas tanto na criação e produção cultural e artística, como nas práticas e consumos dos bens e serviços da cultura.

A necessidade de desenvolver lógicas organizacionais mais próximas do contexto empresarial parece abrir um conjunto de oportunidades de mercado cuja viabilidade ainda é cedo para aferir. No entanto este tipo de fenómenos parece favorecer o aparecimento de um conjunto de estruturas no Sector Privado cuja actividade se centra em funções associadas tanto à mediação e difusão cultural, como à própria criação artística.

Com efeito, as estatísticas oficiais evidenciam uma tendência para a expansão do Sector Privado no domínio das artes e da cultura, muito embora este apresente um peso ainda diminuto quando comparado com outros sectores da economia. Não obstante, em 2003 foram recenseadas 22.410 empresas de diferentes sub-sectoros representando um crescimento de 11% relativamente a 1998 (quadro nº 1).

Este aumento é sensível em todos os sectores culturais considerados, destacando-se para as Actividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras actividades culturais. Uma evolução relacionada, presumivelmente, com o incremento destes equipamentos no âmbito das

Quadro nº 1
Indicadores sócio-económicos em diversos sectores culturais

CAE	Dados 2003					Variação % 1998-2003	
	Empresas		Pessoal ao serviço		Dimensão média das empresas	Empresas	Pessoal ao serviço
	Nº	%	Nº	%			
221 Edição	1.076	4,8	15.002	20,3	13,9	32,7	36,6
921 Actividades cinematográficas e de vídeo	778	3,5	3.413	4,6	4,4	8,1	-12,8
922 Actividades de rádio e televisão	408	1,8	5.460	7,4	13,4	30,8	-16,7
923 Outras actividades artísticas e de espectáculo	1.001	4,5	3.210	4,3	3,2	42,6	56,6
924 Actividades de agências de notícias	43	0,2	457	0,6	10,6	79,2	-21,5
925 Actividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras actividades culturais	57	0,3	559	0,8	9,8	90,0	412,8
744 Publicidade	2.868	12,8	11.165	15,1	3,9	17,9	-11,5
748 Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas	16.179	72,2	34.774	47,0	2,1	6,7	-10,6
Total de 8 actividades	22.410	100,0	74.040	100,0	3,3	11,0	-2,2
% em relação ao total de todos os sectores da economia	3,5	—	2,3	—	—	—	—

Fonte: OAC, a partir de Estatísticas das Empresas, 1998 e 2003, INE.

Nota metodológica: definição de Sectores Culturais a partir de Eurostat/Département des études et de la prospective et des statistiques, *L'emploi culturel dans l'Union européenne*, depts/Les notes de l'Observatoire de l'emploi culturel, 2005). Note-se que o sector 'Publicidade' inclui diferentes serviços relacionados com esta área, desde a fase de preparação à difusão. Quanto a 'Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas', compreende 'actividades fotográficas', 'actividades de secretariado, tradução e endereçagem', 'organização de feiras e exposições', entre outras.



redes nacionais. Note-se, porém, que o crescimento deste sector deve ser relativizado face ao baixo contingente de empresas aí recenseadas (57, no total).

Ressalte-se ainda, no conjunto das principais transformações evidenciadas dois aspectos fundamentais: por um lado o predomínio de micro-estruturas no tecido empresarial da cultura com um número médio de três pessoas ao serviço, por outro, um decréscimo geral do número de trabalhadores nas empresas entre 1998 e 2003 (-2,2). Estas tendências não podem deixar de ser analisadas à luz das alterações organizacionais que percorrem o sector da cultura. Com efeito, se é verdade que a natureza do trabalho cultural e artístico requer frequentemente formas de trabalho mais flexíveis, também outras razões de natureza financeira conduzem à adopção de estratégias organizacionais que passam pela redução de trabalhadores com estatuto permanente e por um maior recurso à externalização de serviços (*outsourcing*).

PERFIL INSTITUCIONAL

Os indicadores mobilizados para caracterizar o perfil das empresas respondentes (recorde-se que o seu número é de 133) identificam um segmento de actividade com características específicas que podem associar-se a algumas das mais recentes dinâmicas de mutação do tecido cultural português. De acordo com a *data de constituição* das empresas inquiridas, verifica-se que o período dos últimos cinco anos regista o mais elevado número de estruturas (45 organizações, correspondendo a 34%)¹ (gráfico nº 1). Alargando esse limiar aos últimos 10 anos, a percentagem de empresas criadas ascende a perto de 60% (80 entidades) do total recenseado no sector lucrativo.

Esta primeira constatação traduz uma tendência geral aferida pelos dados apurados em fontes oficiais que apontam, genericamente, para um aumento do número de organizações privadas no sector cultural e artístico. De acordo com dados do INE para o ano 2001, do conjunto de empresas recenseadas (857), cerca de 70% foram constituídas depois de 1994 e perto de ¼ no ano 2000 ou posteriormente².

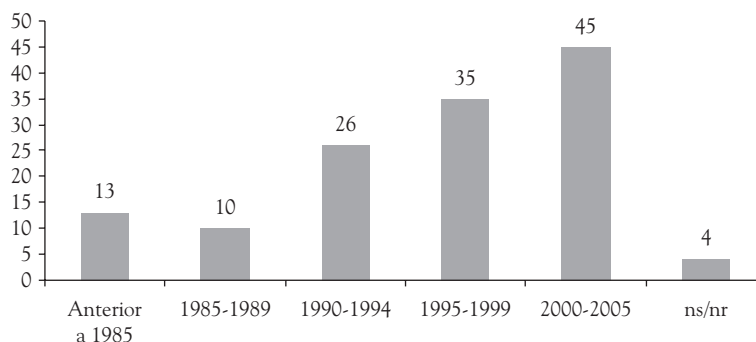
Esta tendência radicar-se-á num conjunto de factores que contribuem para a estimulação das dinâmicas do sector e que acompanham as transformações sociais da sociedade portuguesa nas últimas décadas. À crescente importância atribuída às actividades culturais e artísticas pelas instâncias governamentais, consubstanciada nos investimentos públicos realizados – nomeadamente no que toca ao aumento da oferta cultural com a criação/recuperação de equipamentos e os incentivos à criação artística – aliam-se consumos e práticas culturais relativamente mais diferenciados e alargados, para os quais contribui o

1 Este indicador deve ser tomado com alguma reserva, dado que subestima entidades criadas há mais de cinco anos e que, eventualmente, tenham encerrado. Não obstante, é sensível a tendência para o aparecimento de novas estruturas empresariais nos últimos anos. Ou seja, embora só por si este indicador nada possa traduzir no que respeita à sustentabilidade ou consolidação destas estruturas e à sua efectiva viabilidade a médio e longo prazo, é paradigmático da crescente emergência de organizações de estatuto privado.

2 INE, Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos (2001).



Gráfico nº 1
Entidades do Sector Privado por data de constituição
 n = 133



alongamento da escolaridade da população portuguesa e o aumento dos tempos de lazer e das sociabilidades.

A relativa proliferação de empresas no sector da cultura surge a par de ‘novos’ figurinos organizacionais marcados pelo cruzamento de expressões artísticas que se traduzem na forte multidisciplinaridade das acções desenvolvidas (quadro nº 2). De acordo com o

Quadro nº 2
Entidades do Sector Privado
por Domínio artístico
 n = 133

Domínios artísticos	Número	%
Património	15	11,3
Arquivos	4	3,0
Bibliotecas	4	3,0
Arquitectura	8	6,0
Artes Visuais	34	25,6
Artes Performativas	59	44,4
Livro e Imprensa	31	23,3
Audiovisual e Multimédia	36	27,1
Educação	19	14,3
Outros	16	12,0

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

domínio artístico onde as entidades inscrevem a sua actividade, é possível verificar que a larga maioria indica mais do que uma área para caracterizar as actividades que regularmente desenvolve.

A integração de uma pluralidade significativa de domínios artísticos na actividade destas estruturas pode estar relacionada com a necessidade de diversificar a oferta com o objectivo de recrutar novos e diferenciados segmentos de públicos. Mas, ao mesmo tempo, também pode proporcionar o cruzamento enriquecedor de diferentes linguagens artísticas na composição das acções desenvolvidas, fomentando a diversidade, a inovação e a experimentação, e estimulando novas dinâmicas entre a oferta e a procura cultural.

É comum relacionar o sector lucrativo da cultura com um conjunto de actividades específicas cujo modo de produção e natureza lhes permite uma melhor adaptação às características do mercado. Estas actividades, vulgarmente designadas como indústrias culturais, estão sobretudo relacionadas com a produção e comercialização de produtos e serviços, caso das editoras de livros ou de discos; das produtoras de cinema e de vídeo e de conteúdos para televisão.

Os resultados apurados para as empresas vão globalmente neste sentido. De uma forma geral, o grosso das respostas aponta para o peso significativo das indústrias culturais ou de conteúdos no segmento empresarial da cultura (quadros n.ºs 2 e 3). A desagregação da informação por sub-domínios artísticos evidencia, no caso do domínio mais representado (as Artes performativas), um maior número de respostas na Música – tratando-se sobretudo de editoras e produtoras nesta área. Nos restantes domínios sobressaiem as Artes visuais (galerias); o Livro (editoras); o Vídeo; o Multimédia; a Televisão e o Cinema.

Também no que toca ao tipo de *funções* predominantemente desempenhadas nas estruturas é possível verificar, como é natural, uma componente importante de entidades que assume a Produção e Comercialização de produtos e serviços como funções centrais (quadro nº 4). A prevalência de funções desta natureza reafirma a maior expressão de entidades em actividades das indústrias culturais. Ainda assim, é significativa a parcela de respondentes do Sector Privado que integram as funções de difusão/mediação focalizadas em determinados serviços – empresas de agenciamento/programação de espectáculos e artistas, estruturas ligadas ao design, comunicação e divulgação de eventos culturais, de consultadoria em áreas especializadas, como por exemplo, na arqueologia e nas artes do espectáculo.

As organizações ligadas predominantemente à criação artística, estando mais presentes no Terceiro Sector, encontram neste segmento uma representação mais modesta. De qualquer modo, algumas das entidades inquiridas da esfera empresarial integram esta função de forma complementar. Trata-se maioritariamente de estruturas com actividade desenvolvida no domínio das Artes performativas e com uma forte componente de acções (oficinas/ateliês) vocacionadas para públicos infantis/juvenis e que, simultaneamente, criam e apresentam espectáculos específicos para estes segmentos etários.

A integração de funções diferenciadas numa mesma estrutura corresponde à multi-actividade e multi-funcionalidade de algumas destas entidades que acolhem e cruzam diferentes áreas artísticas e actividades ligadas à formação; criação; produção; difusão e

Quadro nº 3
Principais sub-domínios artísticos
do Sector Privado
 n = 133

Sub-domínios artísticos	Número	%
Artes Performativas		
Música	41	30,8
Dança	15	11,3
Teatro	25	18,8
Outras formas de artes performativas	14	10,5
Artes Visuais		
Artes visuais	27	20,3
Fotografia	18	13,5
Design	13	9,8
Outras formas de artes visuais	14	10,5
Livro e Imprensa		
Livro	30	22,6
Imprensa	3	2,3
Audiovisual e Multimédia		
Cinema	14	10,5
Rádio	4	3,0
Televisão	15	11,3
Vídeo	16	12,0
Registos sonoros	10	7,5
Multimédia	15	11,3
Outras formas de audiovisual e Multimédia	11	8,3

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

comercialização. Não obstante, os domínios culturais e artísticos e as funções desempenhadas nas estruturas são factores que diferenciam globalmente as actividades desenvolvidas por entidades dos diferentes sectores. Com efeito, se no Sector Privado predominam as entidades ligadas maioritariamente à produção e comercialização de produtos e serviços, no Terceiro Sector dominam, como se verá no capítulo seguinte, as artes performativas

Quadro nº 4
Entidades do Sector Privado por Função predominante
 n = 133

Função artística	Número	%
Produção	47	35,3
Comercialização	41	30,8
Difusão	19	14,3
Criação	15	11,3
Formação	5	3,8
Conservação	4	3,0
Ns/nr	2	1,5

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

vocacionadas para funções de criação. Este cenário contrasta com o verificado para o Sector Público, visto que aí são as funções de conservação/difusão ligadas ao património as mais significativamente representadas.

Um denominador comum às entidades de ambos os sectores (privado e público) é o crescente investimento em serviços educativos e acções pedagógicas vocacionadas para a sensibilização de públicos. Se para as entidades do Sector Privado estarão sobretudo em causa factores ligados às lógicas de mercado, procurando com as suas acções aumentar e alargar a procura cultural para a oferta que proporcionam, para as entidades do Sector Público constituirão uma prioridade os objectivos ligados à democratização cultural das populações – refira-se, aliás, que se trata de lógicas predominantes mas não exclusivas. Acresce ainda que o progressivo investimento dos serviços das administrações públicas em acções pedagógicas poderá fomentar o aparecimento de estruturas especializadas na prestação destes serviços, designadamente associações e empresas.

Um último indicador mobilizado para caracterizar o perfil das entidades culturais inquiridas que assinalam a sua actividade no sector empresarial é o que afere a sua *distribuição geográfica*. Neste aspecto verifica-se uma muito elevada concentração na Região de Lisboa (63%) (quadro nº 5). Embora estes dados sejam consonantes com os apurados a partir de fontes oficiais, uma vez que também estes evidenciam uma significativa concentração na capital, nas respostas ao Inquérito acentua-se esta tendência. Com efeito, de acordo com a informação proveniente do Inquérito às Empresas (INE), a taxa de concentração na Região de Lisboa de entidades com estatuto empresarial ascende a 46% do total recenseado em 2003.

A existência de recursos favoráveis ao desenvolvimento das actividades destas estruturas em grandes centros urbanos – nomeadamente no que respeita ao acesso a serviços;

Quadro nº 5

Entidades do Sector Privado por NUTS II

n = 133

NUTS II	Número	%
Norte	27	20,3
Centro	14	10,5
Lisboa	84	63,2
Alentejo	4	3,0
Algarve	4	3,0
<i>Total</i>	<i>133</i>	<i>100,0</i>

produção e distribuição de produtos – favorece a concentração empresarial em Lisboa e arredores. A eles junta-se a probabilidade dos consumos serem aí mais elevados, dada a forte incidência de população residente nas grandes cidades e suas periferias.

Em suma, a conjugação dos vários indicadores apresentados a propósito das entidades inscritas no Sector Privado dá conta de várias especificidades, uma delas, que de resto não constitui novidade, é o facto de se tratar predominantemente de estruturas com funções de comercialização e de produção inscritas em domínios abrangidos pelas designadas indústrias culturais. No entanto, há também uma parcela de entidades que, embora apresentando um peso menos significativo assumem funções de difusão/mediação – o caso das estruturas de consultoria especializada em diferentes domínios (arqueologia, artes do performativas etc.); de agenciamento/produção de artistas e espectáculos; de divulgação e comunicação de eventos culturais – podendo vir a constituir um segmento em expansão no Sector Privado.

Sublinha-se também a significativa componente multidisciplinar e multifuncional que tende a caracterizar globalmente a actividade das entidades inquiridas, expressando, de certa forma, as lógicas organizacionais emergentes no sector cultural: plataformas flexíveis onde predomina o cruzamento de actividades e expressões artísticas.

ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS

Embora este Inquérito não vise propriamente uma análise do emprego no sector cultural e artístico, dado que dirige o seu enfoque para as organizações e não para os indivíduos, apresenta alguns indicadores de caracterização dos recursos humanos que permitem identificar determinadas problemáticas relativas àquele campo de análise e, em particular, no que se reporta ao segmento privado lucrativo e aos seus modos de gestão daqueles recursos.

Ao emprego no sector cultural e artístico estão associadas, de forma genérica, características específicas que o diferenciam dos outros sectores de actividade. Tanto a natureza do



trabalho artístico, predominantemente efémero e vocacionado para um modelo organizativo assente no projecto, como a instabilidade económica e financeira que domina este sector, contribuem para a existência de um mosaico de situações diversificadas que caracteriza o exercício profissional. Entre elas predominam a pluriactividade, a intermitência, a polivalência, a precariedade, o trabalho independente. Situações que, pela sua própria natureza, escapam à possibilidade de caracterizar e aferir de forma extensiva e fiável o número de indivíduos que se dedicam efectivamente às actividades artísticas e culturais.

Às dificuldades em retratar o emprego cultural, juntam-se outras, estas mais directamente relacionadas com as transformações recentes que percorrem o sector. Tal como no início deste capítulo se assinalou, as perspectivas que visam a ‘culturalização da economia’ e, paralelamente, a ‘economização da cultura’, alargam as possibilidades de emprego cultural noutros sectores de actividade, ao mesmo tempo que, no sector estritamente cultural, se abre o leque de possibilidades a profissionais de outras áreas. Por outras palavras, tanto as potencialidades do trabalho cultural e artístico como as competências especializadas de profissionais de outros sectores, designadamente as ligadas à gestão, marketing, etc., permitem expandir o emprego no sector cultural. Estes fenómenos, para além de estimularem as potencialidades da relação cultura/economia, obrigam necessariamente à redefinição de nomenclaturas e à utilização de diferentes tipologias para caracterizar o tipo de emprego/trabalho que o sector abarca e externaliza. Com efeito, o emprego cultural pode ser entendido como emprego cultural e artístico (de natureza criativa e técnico-artística), como emprego não cultural nos sectores culturais (de organização, administração, técnico, etc.), como emprego cultural em sectores de actividade não culturais, ou como emprego cultural indirecto (como por exemplo o turismo cultural) (Grefe, 1999)³.

As lógicas organizacionais diferenciadas, caracterizadoras das entidades do Sector Privado, podem ser parcialmente perceptíveis através da *dimensão* das estruturas. As respostas do Inquérito para este sector evidenciam o peso significativo das Micro-estruturas (até quatro pessoas ao serviço) – perto de metade das entidades inquiridas integram esta categoria (47%) (quadro nº 6). Se a este conjunto se somar as entidades contempladas nas Muito pequenas estruturas, verifica-se que uma parcela muito expressiva das organizações do sector empresarial tem ao serviço menos de dez pessoas. Estes dados vão ao encontro da informação recolhida em fontes oficiais que assinalam uma propensão para o número médio de pessoas por estrutura ser muito reduzido (rever quadro nº 1) – de acordo com as Estatísticas das Empresas, este número cifrava-se em três pessoas por organismo (2003). Recorde-se que muito embora o número de empresas no sector cultural registre um crescimento

3 A informação do estudo agora apresentado, dado que se centraliza nas organizações culturais do sector, abarca somente os recursos humanos de entidades nele inscritas, contemplando assim o conjunto de profissionais dedicados a funções de natureza criativa, técnico-artísticas e outras não estritamente culturais e artísticas mas que o sector acolhe, designadamente as ligadas à gestão, administração, etc.



Quadro nº 6

Dimensão das estruturas do Sector Privado por Número de entidades e Pessoas ao serviço

Dimensão das estruturas	Número de entidades	%	Número de pessoas ao serviço	%
Micro estruturas	63	47,4	161	14,0
Muito pequenas estruturas	27	20,3	168	14,6
Pequenas estruturas	19	14,3	235	20,5
Médias estruturas	13	9,8	382	33,2
Grandes estruturas	3	2,3	203	17,7
Ns/nr	8	6,0	—	—
<i>Total</i>	<i>133</i>	<i>100,0</i>	<i>1149</i>	<i>100,0</i>

expressivo, o mesmo não sucede com o volume de emprego que tende a diminuir⁴. Este resultado aponta tendencialmente para um maior número de entidades organizadas sobre a forma de micro-estruturas. A flexibilidade que ressalta destas formas de organização do trabalho, podendo agilizar e economizar recursos, tem como efeito colateral a descontinuidade e alternância entre períodos de trabalho e de desemprego (Menger, 2005).

Note-se, paralelamente, que são as Médias e Grandes estruturas que absorvem cerca de metade do total de trabalhadores recenseados.

É previsível que a adopção de estratégias de trabalho flexíveis – um procedimento recorrente no domínio das artes e da cultura – tenda a assumir um relevo crescente com a introdução de novos instrumentos de gestão a partir do desenvolvimento das TIC. Com efeito, o acesso facilitado à informação, a intensificação da comunicação e dos intercâmbios culturais entre diferentes agentes e diferentes expressões artísticas, bem como a possibilidade do trabalho em rede (redes de pessoas; de programação; de formação; de divulgação etc.), vêm alterando os modelos tradicionais da organização da actividade cultural e contribuindo para uma progressiva redução do número de trabalhadores ao serviço. O paradigma organizacional emergente está frequentemente associado a *plataformas* de trabalho, isto é, pequenas estruturas com elevado grau de flexibilidade que integram e cruzam diferentes

4 O cenário descrito para o sector empresarial da cultura a partir de dados de fontes oficiais é distinto daquele que se observa globalmente para o domínio da cultura, independentemente das especificidades de cada sector institucional. Os dados oficiais, apesar de apresentarem as fragilidades já evidenciadas, apontam para um progressivo aumento do número de profissionais no domínio das artes e da cultura (crescimento de 34% entre 1991 e 2001), muito embora estes correspondam somente a 1,4% do emprego em Portugal (Censos 1991 e 2001, INE). Comparativamente com o total verificado para a UE (2,5%) ou com países com níveis de desenvolvimento similares (Grécia 2,5%; Republica Checa 1,8%; Eslovénia 2,5%), trata-se de uma parcela muito modesta do total do emprego no país (Eurostat, 2002).

funções e linguagens artísticas e que se agrupam e dissolvem em função de projectos específicos (Grefe, 1999). Avance-se também a hipótese da progressiva segmentação do trabalho e o aparecimento de empresas especializadas em determinadas funções fomentarem o recurso ao *outsourcing* por parte de algumas entidades apostadas quer na agilização do trabalho, quer na diminuição dos encargos com pessoal fixo.

Saliente-se, a este respeito, o relevo dos empresários em nome individual, presentes entre as entidades recenseadas para o Inquérito (num total de 6 – ver quadro nº 1 em Anexo B). A opção pela figura de trabalhador-empresa tenderá a associar-se ao tipo de actividade desenvolvida e também ao acesso a fundos comunitários e a subsídios nacionais. O artista-empresário, funciona, por vezes, segundo moldes de grande maleabilidade, ora reunindo equipas de profissionais, ora as dissolvendo de acordo com as exigências dos trabalhos desenvolvidos. A integração no sistema de *gatekeeping* pode igualmente constituir um factor favorável à adequação a diferentes contextos institucionais, facilitando o desenvolvimento de projectos artísticos. Com efeito, os *gatekeepers* constituem um novo segmento de profissionais na cultura – têm, por norma, uma importante rede de relações pessoais e institucionais e assumem funções de orientação do mercado através da consultoria cultural ou mesmo de propostas de criação (incluem-se neste segmento os programadores, críticos, comissários, etc.).

A multidisciplinaridade e multifuncionalidade são, como se viu, características estruturantes das organizações respondentes, mas é também perceptível, por vezes, alguma especialização num determinado domínio ou actividade cultural. A partir da identificação dos *domínios predominantes*, verifica-se que são as entidades que desenvolvem a sua actividade nos domínios das Artes performativas (sobretudo na música) das Artes visuais e do Audiovisual e multimédia, as que apresentam dimensões mais reduzidas – Micro ou Muito pequenas estruturas – (quadro nº 7). Note-se que, embora o domínio do Livro e imprensa esteja razoavelmente representado no conjunto das estruturas de dimensão muito reduzida, é também o domínio mais presente na categoria das Médias e Grandes estruturas, onde estão recenseadas editoras com um volume considerável de trabalhadores.

Da relação entre o *número de pessoas ao serviço* e o número de entidades por domínio artístico predominante (quadro nº 8) ressalta precisamente a existência de estruturas no domínio do Livro, com um número médio de trabalhadores acima de 10. A estas equiparam-se as organizações no domínio do Património – sobretudo empresas ligadas à arqueologia; conservação e restauro, etc. – e as Pluridisciplinares, tratando-se maioritariamente de equipamentos culturais com um número alargado de trabalhadores. Um panorama diferente deste é o registado para o domínio das Artes visuais onde vigoram as estruturas com o menor número de pessoal ao serviço, mas também a Arquitectura, o Audiovisual e Multimédia e as Artes Performativas – todos estes domínios com menos de 10 trabalhadores em média.

No que se reporta às estruturas de dimensão muito reduzida, estão sobretudo presentes galerias, produtoras de música ou de agenciamento de espectáculos e artistas e pequenas editoras onde, provavelmente, o recurso às novas tecnologias de informação e comunicação

Quadro nº 7

Entidades do Sector Privado por Dimensão das estruturas e Domínio artístico predominante
(número absolutos)
n = 133

Domínios artísticos predominantes	Dimensão				Total
	Micro e Muito pequenas estruturas	Pequenas estruturas	Médias e Grandes estruturas	Ns/nr	
Artes Performativas	26	9	4	3	42
Artes Visuais	22	1	1	0	24
Livro e Imprensa	15	4	5	0	24
Audiovisual e Multimédia	15	2	1	1	19
Património	3	3	2	2	10
Arquitectura	4	0	0	0	4
Pluridisciplinares	4	0	3	1	8
Ns/nr	1	0	0	1	2
<i>Total</i>	90	19	17	8	133

Quadro nº 8

Número de Entidades, Número de pessoas ao serviço e Número médio de pessoal ao serviço, por Domínios artísticos predominantes.
(número absolutos)

Domínios artísticos predominantes	Número de entidades	Número de pessoas ao serviço	Número médio de pessoal ao serviço
Artes Performativas	42	332	8
Música	28	225	8
Artes Visuais	24	98	4
Livro e Imprensa	24	321	13
Livro	22	302	14
Audiovisual e Multimédia	19	124	7
Património	10	135	14
Arquitectura	4	18	5
Pluridisciplinares	8	115	14
Ns/nr	2	6	3
<i>Total</i>	133	1149	9

têm impactos significativos. Particularmente no que concerne às editoras, o recurso à sub-contratação de determinados serviços, actividades que tradicionalmente eram desenvolvidos no interior das grandes editoras, é uma prática cada vez mais frequente mesmo para editoras de dimensão média. O trabalho gráfico, as funções de contratação de livros, de distribuição e de marketing são, em muitos casos, entregues a empresas especializadas (Gomes e outros, 2005).

Uma das razões que explicará parcialmente este cenário está relacionada com as formas de trabalho adoptadas. Recrutando um número reduzido de pessoal, algumas estruturas podem eventualmente recorrer a grupos de trabalhadores temporários e/ou serviços exteriores (*outsourcing*) para o desenvolvimento das suas actividades.

Neste aspecto, as entidades respondentes do Sector Privado evidenciam algumas especificidades. As respostas são ilustrativas de um número elevado de organismos com apreciável estabilidade, ou seja, na sua composição laboral não recorrem a trabalhadores temporários.

Com efeito, o confronto entre o número médio e o total de pessoal ao serviço durante o ano 2004, permite verificar que um número expressivo de estruturas não recruta trabalhadores temporários (66%), e uma parcela significativamente menor (24%) terá recorrido a este expediente para o desenvolvimento de actividades/projectos de curta duração (quadro nº 9). No conjunto das entidades que recorre a pessoal temporário, verifica-se que a maior parte contrata um número igual ou superior ao total de pessoal fixo (16%).

É interessante notar que as Micro estruturas evidenciam ter mais pessoal com estatuto permanente do que temporários, o que não deixa de ser curioso face à 'aparente' fragilidade dimensional destas estruturas (quadro nº 10). De facto, a limitação do número de trabalhadores terá sobretudo a ver com opções organizacionais. Trata-se sobretudo de estruturas que, funcionando com um grupo restrito de pessoas, recorrem à sub-contratação de serviços. Este modelo organizacional parece ser mais recorrente para organizações no domínio das Artes Visuais e também do Livro (quadro nº 11).

Com efeito, a natureza da actividade destas estruturas é talvez menos susceptível a variações no que toca ao recrutamento de pessoal, do que a verificada no domínio das

Quadro nº 9
Entidades do Sector Privado por Pessoal temporário
n = 133

Entidades	Número	%
Sem pessoal temporário	88	66,2
Até 49% de pessoal temporário	11	8,3
50% ou mais de pessoal temporário	21	15,8
Ns/nr	13	9,8
<i>Total</i>	<i>133</i>	<i>100,0</i>

Quadro nº 10
Dimensão das estruturas do Sector Privado
por Pessoal temporário
(número absolutos)
 n = 133

Dimensão	Estruturas			Total
	Sem temporários	Com temporários	Ns/nr	
Micro Estruturas	47	15	1	63
Muito Pequenas Estruturas	18	7	2	27
Pequenas Estruturas	12	6	1	19
Médias Estruturas	8	4	1	13
Grandes Estruturas	3	0	0	3
Ns/nr	0	0	8	8
<i>Total</i>	88	32	13	133

Quadro nº 11
Domínios predominantes no Sector Privado
por Pessoal temporário
(número absolutos)
 n = 133

Domínios artísticos predominantes	Estruturas			Total
	Sem pessoal temporário	Com pessoal temporário	Ns/nr	
Artes Performativas	24	13	5	42
Artes Visuais	22	2	0	24
Livro e Imprensa	19	5	0	24
Audiovisual e Multimédia	11	6	2	19
Arquitectura	3	1	0	4
Património	4	3	3	10
Pluridisciplinares	4	2	2	8
Ns/nr	1	0	1	2
<i>Total</i>	88	32	13	133

Artes Performativas e do Audiovisual. As organizações que mais recrutam trabalhadores temporários estão representadas nos sub-domínios da Música, Teatro e Cinema.

O grau de estabilidade das estruturas respondentes pode também ser aferido através do tipo de vínculo *laboral* praticado nas organizações (quadro nº 12). As respostas obtidas fazem notar que perto de metade do total de pessoas ao serviço apresenta Contratos individuais de trabalho (45%) e uma parcela menor mas igualmente muito expressiva (36%) resulta da Aquisição de serviços.

Quadro nº 12
Entidades do Sector Privado por Tipo de vínculo laboral
(*número absolutos*)
n = 1149

Vínculo	Número	%
Contrato individual de trabalho	521	45,3
Contrato a prazo	126	11,0
Aquisição de serviços/avença	410	35,7
Voluntariado	18	1,6
Outros	73	6,4
Nr	1	0,1
<i>Total</i>	<i>1149</i>	<i>100,0</i>

Os dados expressam características específicas das organizações que desenvolvem a sua actividade no sector empresarial – sobretudo indústrias culturais organizadas em estruturas de pequena dimensão. São estruturas estáveis, com reduzida rotatividade de pessoal e com algum grau de estabilidade nas relações contratuais de trabalho.

Não obstante, nalguns domínios é igualmente significativo o pessoal ao serviço com uma relação de trabalho menos consolidada (quadro nº 13). Está fundamentalmente presente nas Artes performativas (Música); no Audiovisual e Multimédia e também em domínios com menores contingentes de respostas (Arquitectura e Património). Por outro lado, as entidades com actividades nas Artes Visuais e no Livro revelam ter um mais elevado grau de consolidação na relação que estabelecem com os seus recursos humanos.

A caracterização dos recursos humanos das entidades inquiridas no que respeita à *composição sexual e etária* do pessoal ao serviço é ligeiramente mais favorável aos Homens e aos trabalhadores no segmento dos 25-34 anos (quadro nº 14). Assim, no que respeita à distribuição segundo as duas variáveis, os resultados obtidos para o Sector Privado – predomínio masculino e maior juvenildade – são discordantes do globalmente verificado para o emprego cultural nos outros sectores.

Quadro nº 13
 Número de pessoas ao serviço em estruturas do Sector Privado
 de acordo com o Vínculo por Domínios artísticos predominantes
 (percentagem em coluna)
 n = 1149

Vínculo	Domínios artísticos								Total
	Artes Performativas	Artes Visuais	Livro e Imprensa	Audiovisual /Multimédia	Arquitectura	Património	Pluridis.	Não Classif.	
Contrato individual de trabalho	15,7	64,9	79,1	39,5	27,8	22,2	54,8	71,4	45,3
Contrato a prazo	13,0	12,4	12,5	3,2	0,0	4,4	17,4	14,3	11,0
Aquisição de ser./avença	60,8	9,3	2,5	47,6	61,1	71,1	21,7	0,0	35,7
Voluntariado	2,7	3,1	0,6	0,0	0,0	0,7	2,6	0,0	1,6
Outro	7,8	10,3	5,3	9,7	11,1	1,5	3,5	0,0	6,4
Nr	—	—	—	—	—	—	—	14,3	0,1
Total	332	97	321	124	18	135	115	7	1149

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

Um último indicador referente à caracterização dos recursos humanos no sector empresarial é relativo às *funções* predominantemente desempenhadas nas estruturas. Neste aspecto, as respostas das empresas inquiridas destacam o equilíbrio entre o número de pessoas afectas às funções de Administração e gestão, Artistas; Serviços técnicos; Serviços administrativos e Produção (ver quadro nº 14).

Os dados do Inquérito registam um total de 146 pessoas que afectam o seu tempo de trabalho a mais do que uma das funções elencadas (correspondendo a 13% do total de trabalhadores recenseados para o Sector Privado) – o que globalmente evidencia uma reduzida acumulação de funções por parte do pessoal ao serviço.

Em síntese, destacam-se três aspectos de especial importância no que respeita às estratégias organizacionais das entidades inscritas no Sector Privado. Em primeiro lugar sublinhe-se o relevo das micro-estruturas. São transversais a todos os domínios artísticos embora predominem nas organizações com actividades ligadas às Artes visuais (galerias); às Artes performativas (produtoras de música e agenciamento de artistas) e ao Livro (muito pequenas editoras). Um segundo aspecto refere-se ao tipo de relação laboral observado. Independentemente da dimensão das estruturas é significativo o elevado grau

SECTOR PRIVADO

Quadro nº 14
Número de pessoas ao serviço em estruturas do Sector Privado
por Sexo, Idade e Função
 n = 1149

Variáveis	Número de pessoas	%
Sexo		
Homens	584	51,3
Mulheres	555	48,7
Nr	10	0,9
<i>Total</i>	<i>1149</i>	<i>100,0</i>
Idade		
Até 24	141	12,3
25-34	460	40,0
35-44	230	20,0
45-54	131	11,4
55-64	67	5,8
Mais de 65	12	1,0
Nr	108	9,4
<i>Total</i>	<i>1149</i>	<i>100,0</i>
Funções*		
Administração e gestão	163	14,2
Programação	59	5,1
Artistas (criação/interpretação)	195	17,0
Produção	144	12,5
Divulgação	70	6,1
Serviços Educativos	78	6,8
Serviços Técnicos	188	16,4
Serviços Administrativos	165	14,4
Café/Restaurante	0	0,0
Limpezas	24	2,1
Outras funções	97	8,4
Nr	112	9,7
<i>Total</i>	<i>1295</i>	<i>—</i>

* Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

de consolidação que algumas organizações exibem. São principalmente as estruturas com actividade nos domínios do Livro e das Artes visuais as que apresentam estruturas mais sólidas do ponto de vista do contrato laboral que estabelecem com os seus recursos humanos. Acresce o facto de também neste sector não se verificar um elevado recurso a pessoal temporário, o que denota sobretudo a opção por estratégias organizacionais que passam preferencialmente pela sub-contratação de serviços.

Refira-se contudo que é expressiva uma parcela de entidades com um perfil mais flexível no que toca à gestão dos seus recursos humanos. A estas estão sobretudo associados 'novos' perfis de entidades empresariais que vêm alargar o âmbito das actividades deste sector orientado, por norma, para as indústrias culturais. São disso exemplo, as estruturas de consultadoria em áreas especializadas (arqueologia, conservação e restauro, agenciamento/programação de espectáculos e artistas).

FONTES DE FINANCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PARCERIAS

Do conjunto de informação até agora reunida sobre as entidades culturais e artísticas, é possível afirmar que as estruturas que operam no mercado privado lucrativo apresentam um conjunto de características que as associa às indústrias culturais. As entidades que desenvolvem estas actividades – designadamente a edição livreira, discográfica, o audiovisual e multimédia, a produção de conteúdos para a televisão e Internet – ao integrarem o mercado autónomo, assumem uma função predominantemente comercial. Desse ponto de vista, não surpreende o facto da grande maioria das entidades respondentes assinalar que o modo de financiamento principal é através de Receitas próprias com a venda de bens e serviço (quadro nº 15).

Quadro nº 15

Entidades do Sector Privado por Modos de financiamento

n = 133

Modos de financiamento	Número	%
Receitas próprias – quotas	28	21,1
Receitas próprias – venda de bens e serviços	114	85,7
Financiamentos públicos (nacionais)	37	27,8
Financiamentos públicos (comunitários)	7	5,3
Financiamentos de entidades privadas	17	12,8
Financiamentos ao abrigo da Lei do Mecenato	7	5,3
Financiamentos particulares	10	7,5
Outros	10	7,5
Ns/nr	5	3,8

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

Embora menos expressivos, os Subsídios públicos nacionais – especialmente da Administração Central) não deixam também de ser referidos por algumas estruturas (quadro nº 16). Este dado pode ser indiciador de alguma fragilidade destas estruturas para sobreviverem num mercado livre/autónomo.

Tal como foi sendo expresso ao longo deste capítulo, apesar de alguns indicadores sinalizarem uma crescente mobilização do mercado lucrativo no que respeita à oferta e procura de bens e serviços culturais, é um facto que este segmento ainda representa uma fatia estreita no conjunto das actividades económicas e do emprego no sector empresarial lucrativo. Entre as principais razões estará o facto dos índices de consumo cultural, embora com tendência para aumentarem, ainda estarem longe de alcançar os patamares médios praticados noutros países europeus.

Estas condições, se não afectam as estruturas com um razoável grau de consolidação, fragilizam outras, mais sensíveis às oscilações do mercado. Neste sentido, o recurso a financiamentos públicos por parte de entidades inscritas no Sector Privado parece evidenciar um

Quadro nº 16
Entidades do Sector Privado por tipo de Subsídios públicos e tipo de Subsídios privados
 n = 133

Tipo de subsídios	Nº	%
Subsídios públicos		
Organismos da administração pública central	27	20,3
Organismos da administração pública local	16	12,0
Organismos da administração pública regional	6	4,5
Programa Cultura 2000	0	0,0
Programa Operacional da Cultura (POC)	2	1,5
Outros Programas Comunitários	2	1,5
Outros	4	3,0
Na	92	69,2
Ns/Nr	1	0,8
Subsídios privados		
Fundações	6	4,5
Empresas	21	15,8
Associações	6	4,5
Outras	1	0,8
Na	104	78,2
Ns/Nr	6	4,5

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

Na = Não se aplica

cenário de menor estabilidade para as entidades com actividade nas Artes Performativas (Música e Teatro) e no Audiovisual e Multimédia (Cinema) (quadro nº 17).

Pode eventualmente ser a maior fragilidade de algumas estruturas que determina a necessidade de estabelecer *parcerias* com interlocutores diferentes. Mas este tipo de prática tem-se generalizado na gestão das actividades culturais e artísticas e é hoje assumido como um importante pólo dinamizador de experiências e actividades diversificadas.

O trabalho desenvolvido sobre a forma de parcerias é, com efeito, um factor que também contribui significativamente para a transformação do sector cultural e que influencia os modelos ou estratégias organizacionais. A necessidade de diversificar produtos e serviços, de procurar novos mercados e públicos e de dar visibilidade às actividades desenvolvidas constitui estímulo a colaborações intersectoriais – Sector Público, Privado e Terceiro Sector – tanto a nível nacional como internacional. De acordo com os dados recolhidos, para o conjunto de estruturas pertencentes ao Sector Privado, mais de metade das entidades inquiridas (72 estruturas, correspondendo a 52% da amostra) referiram ter realizado parcerias durante o ano 2004. Curiosamente, o grupo de entidades que afirma ter desenvolvido um trabalho de

Quadro nº 17
Entidades do Sector Privado por Modos de financiamento
das actividades e Domínios artísticos predominantes
(número absolutos)
 n = 113

Modos de financiamento	Domínios artísticos predominantes							Ns/nr
	Artes Performativas	Artes Visuais	Livro e Imprensa	Audiovisual / Multimédia	Arquitectura	Património	Pluridis.	
Receitas próprias/quotas	5	3	7	5	2	1	4	1
Receitas próprias/venda de bens e prestação de serviços	37	23	21	16	3	7	5	2
Subsídios públicos (nacionais)	19		4	10	2		2	
Subsídios públicos (comunitários)	2			2	1		1	1
Subsídios de entidades privadas	9		3	1	1	2	1	
Subsídios ao abrigo da Lei do Mecenato	5	1					1	
Subsídios particulares	1	4	1	2		1	1	
Outros	5		1	1			2	1

Nota: Pergunta de resposta múltipla.

parceria com outros pares é razoavelmente diversificado, tanto no que toca ao domínio artístico onde inscreve a sua actividade, como no que respeita à dimensão das suas organizações, não sendo possível, portanto, definir um padrão ou perfil específico para essas estruturas.

No conjunto das entidades respondentes que não realizam parcerias a razão mais evocada refere-se à Falta de esclarecimento/accompanhamento institucional (quadro nº 18) – novamente evidenciando a importância que as estruturas de mediação podem ter na promoção e mobilização de dinâmicas entre agentes culturais de diferentes sectores institucionais e artísticos.

Tomando em consideração a escala geográfica das parcerias realizadas, verifica-se que a maior percentagem de entidades respondentes procura sobretudo pares nacionais (gráfico nº 2). O estabelecimento de contactos e de relações internacionais para a realização de projectos de índole cultural e artística é ainda uma prática pouco frequente no sector. A dificuldade em estabelecer parcerias com organizações estrangeiras – fruto das dificuldades de internacionalização e de circulação externa – é, aliás, uma das razões apontadas num diagnóstico relativo ao Programa Cultura 2000 por algumas estruturas não acederem a financiamentos comunitários (Lourenço, 2002).

As parcerias podem ser determinadas por objectivos muito diferenciados que passam pelo financiamento de actividades; pela presença em redes ou projectos nacionais e internacionais; pela cooperação em eventos ou projectos artísticos ou por uma ligação mais estreita às comunidades locais onde as entidades culturais e artísticas se inserem. As respostas apuradas no que respeita aos objectivos que determinaram as parcerias realizadas em 2004 focalizam maioritariamente a Realização de eventos (63%) e, a considerável distância, a Edição (23%) e a Formação (22%) (quadro nº 19).

Quadro nº 18

Entidades do Sector Privado por Razões para não realizar parcerias

n = 58

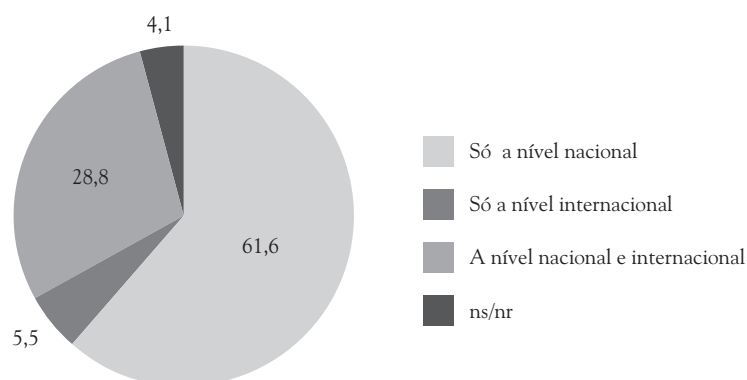
Razões	Número	%
Falta de interesse	5	8,6
Desconhecimento da possibilidade	13	22,4
Falta de incentivos económicos	14	24,1
Falta de capacidade técnica/administrativa	3	5,2
Falta de capacidade orçamental	12	20,7
Falta de esclarecimento/accompanhamento institucional	17	29,3
Outros	11	19,0
Ns/Nr	8	13,8

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

Gráfico nº 2

Entidades do Sector Privado por Abrangência geográfica das parcerias realizadas

n = 73



Quadro nº 19

Entidades do Sector Privado por Objectivos das parcerias realizadas

n = 73

Objectivos das parcerias realizadas	Nº	%
Realização de eventos culturais	46	63,0
Redes de programação	9	12,3
Encontros/seminários	7	9,6
Edição	17	23,3
Formação	16	21,9
Outras	13	17,8
Ns/Nr	7	9,6

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

É interessante verificar que os parceiros assinalados pelas estruturas respondentes (quadro nº 20)⁵ se distribuem equilibradamente pelos três sectores (Privado, Terceiro Sector, Público Local e Público Central). Este indicador é paradigmático de tendências recentes nas dinâmicas da cultura que passam por um aumento das relações inter-sectoriais – uma

5 Trinta e dois por cento das entidades respondentes que afirmam ter realizado parcerias indicam parceiros internacionais.

Quadro nº 20
Entidades do Sector Privado por Grupo
institucional dos parceiros
 n = 73

Tipo de parceiros	Nº	%
Privado	42	36,2
Terceiro Sector	32	27,6
Público Central	30	25,9
Público Local	32	27,6
Outros	14	12,1
Não identificável	10	8,6

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

proximidade a dever-se a diferentes factores, entre os quais o crescente reconhecimento por parte das administrações públicas (central e local) da necessidade de se aproximarem de parceiros com competências específicas. Pelo seu lado, as parcerias realizadas pelas entidades do Sector Privado, destinando-se como se viu, maioritariamente à realização de eventos, (com ou sem parceiros das administrações públicas) contam principalmente com os financiamentos de entidades do Sector Público (61%), embora os de outras entidades do Sector Privado não sejam despidos (47%) (quadros n.ºs 21 e 22).

Se bem que o termo 'parceria' se preste a variadas situações e interpretações muito distintas – carecendo portanto de parâmetros específicos que caracterizem e delimitem uma parceria cultural/artística – é inegável a maior aproximação e cruzamento entre as actividades

Quadro nº 21
Entidades do Sector Privado por Apoios recebidos
para o estabelecimento de parcerias
 n = 73

Apoios para as parcerias realizadas	Nº	%
Entidades do Sector Público	45	61,6
Entidades do Sector Privado	34	46,6
Fundos comunitários	4	5,5
Não contou com apoios	9	12,3
Ns/Nr	8	11,0

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

Quadro nº 22

Entidades do Sector Privado por tipo de Apoios públicos e tipo de Apoios privados para a realização de parcerias

Tipo de Apoios	Número	%
Apoios públicos		n = 45
Apoio financeiro	28	62,2
Cedência de espaço	18	40,0
Contribuições em espécie	10	22,2
Cedência de meios técnicos	18	40,0
Cedência de recursos humanos	9	20,0
Outros	8	17,8
Ns/Nr	10	22,2
Apoios privados		n = 34
Apoio financeiro	15	44,1
Cedência de espaço	11	32,4
Contribuições em espécie	13	38,2
Cedência de meios técnicos	8	23,5
Cedência de recursos humanos	10	29,4
Outros	3	8,8
Ns/Nr	14	41,2

Nota: Perguntas de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

de entidades do mesmo sector e de sectores institucionais diferenciados. Quer sejam objectivos relacionados com a realização de eventos e conseqüente troca de experiências e competências (co-produção; co-realização; etc.), quer seja para o financiamento de actividades de diferentes naturezas, é notória uma imbricação crescente, e porventura enriquecedora, de diferentes lógicas institucionais na gestão das actividades da cultura.

3. TERCEIRO SECTOR

ENQUADRAMENTO

O universo designado de Terceiro Sector é, em princípio, composto de entidades que apresentam, independentemente de figurino organizacional, objectivos e áreas de actividade, as seguintes características: i) têm existência formal e institucionalizada; ii) contam, entre os recursos humanos, com uma parcela significativa de voluntários; iii) não têm como prioridade a maximização do lucro e a sua gestão é participada pelos membros; iv) funcionam de modo autónomo relativamente ao Estado (Salamon; Anheier, 1992). Tal definição deve, porém, ser entendida principalmente como tipo ideal, devido à heterogeneidade de estruturas que compõem o sector em análise.

Para a crescente expansão de estruturas do Terceiro Sector – associações, fundações, cooperativas – no tecido cultural concorrem factores como o aumento da procura de bens e serviços culturais e o incentivo do Sector Público à descentralização de responsabilidades. A orientação para a partilha de responsabilidades manifesta-se, por exemplo, no apoio das políticas culturais públicas a redes de programação em diversos domínios, à escala nacional e internacional. Também determinadas orientações e políticas comunitárias – como, entre outras, a discriminação positiva dos projectos desenvolvidos no âmbito do sector não lucrativo – têm representado uma oportunidade de potenciar a intervenção e visibilidade das estruturas sem fins lucrativos na área da cultura.

Numa lógica de investimento e sustentabilidade partilhados, as organizações do Terceiro Sector revelam-se, pois, figuras com notórias vantagens, desde logo por permitirem a reunião de capitais de diversa natureza (financeira, cultural, social, simbólica) para o desenvolvimento de actividades culturais. Trata-se de um instrumento amplamente explorado ao nível da Administração Local, verificando-se, nos últimos anos, uma tendência quer para o estabelecimento de parcerias entre municípios e agentes locais já afirmados, como associações e fundações, quer para a própria constituição destas, por iniciativa autárquica.

Pretende-se, assim, por um lado, assegurar a gestão e o funcionamento de actividades e equipamentos não exclusivamente dependentes de recursos públicos (humanos, espaciais, financeiros) e, por outro lado, contornar algumas limitações decorrentes do funcionamento da administração pública (procedimentos mais burocratizados, entre outras).

Os valores em que assentam as estruturas associativas – uma configuração institucional prevalecente no sector não lucrativo – são destacados por analistas do Terceiro Sector como importantes contributos para o desenvolvimento social, incluindo o que diz respeito à esfera cultural. É-lhes reconhecida a capacidade de representarem um meio expedito de enfrentar necessidades e oportunidades emergentes, bem como um papel mediador, podendo ser solicitadas a dar pareceres em projectos de variada natureza – o que se detecta especialmente no domínio do património, o mais atento a questões relacionadas com arquitectura, urbanismo e ambiente.

É escasso o conhecimento do Terceiro Sector em Portugal, rareando também os elementos de caracterização das entidades que nele desenvolvem uma intervenção de âmbito cultural. Os dados disponíveis resultam de um estudo conduzido pela Universidade Católica e pela Johns Hopkins University, a partir de informação recolhida num inquérito, aplicado em 2004, a 1400 entidades do sector não lucrativo com actividade nos domínios social, religioso, cultural, entre outros. O estudo conclui que a maior parte (60%) das pessoas ao serviço no sector não lucrativo, remuneradas ou em regime de voluntariado, trabalham em actividades de ‘Serviços’¹ (serviços sociais, educação, saúde) enquanto as funções ‘Expressivas’ (desempenhadas por instituições culturais, grupos recreativos, associações profissionais, organizações comunitárias, ambientais e de direitos cívicos) requisitam 25% dos que trabalham no Terceiro Sector. Tal distribuição (quadro nº 1) reflecte, segundo os autores da análise, a baixa representação de instituições culturais e recreativas na sociedade civil portuguesa (10%), contrastando com a situação dos restantes países considerados. Evidenciam-se, também, algumas limitações de dados que dificultam procedimentos de classificação (Franco, Sokolowski, Hairel e Salamon, 2005:16).

Outro dos resultados deste estudo indica que o financiamento das estruturas não lucrativas, sem que seja desagregado por actividades de ‘Serviços’ e ‘Expressivas’, provém maioritariamente (48%) de receitas próprias (quotizações, venda de bens e prestação de serviços), sendo ainda bastante significativo o peso do apoio do Sector Público (40%)².

Tendo em conta a situação específica das entidades culturais inscritas no Terceiro Sector, rareiam abordagens de carácter global desenvolvidas em torno das diversas entidades que, independentemente de formato jurídico, prosseguem fins culturais, bem como estudos que foquem modelos organizacionais específicos (associações, cooperativas, fundações) com intervenção no domínio cultural.

1 ‘Service functions’ e ‘expressive functions’ são termos empregues pelos autores do estudo para agregar as 12 categorias da actividade do sector não lucrativo, definidas segundo a Classificação Internacional das Organizações Não Lucrativas (ICNPO).

2 Os restantes 12% correspondem a apoios filantrópicos.



TERCEIRO SECTOR

Quadro nº 1
Pessoas ao serviço em organizações do Sector Não Lucrativo, por actividades e países
(percentagem)

Categorias	Portugal	Países desenvolvidos	Países em desenvolvimento	36 Países
Actividades de Serviços				
Educação	8	19	15	22
Serviços sociais	48	22	18	20
Saúde	2	18	7	14
Desenvolvimento/habituação	1	5	5	7
<i>Sub total</i>	60	65	45	64
Actividades Expressivas				
Cultura e Recreação	10	20	34	18
Profissionais/Associações	7	5	9	7
Direitos cívicos/Advocacia	8	4	3	4
Ambiente	N/A	2	4	2
<i>Sub total</i>	25	31	50	31
não classificável	15	3	1	3
internacional	N/A	1	2	1
fundações	N/A	1	3	1

Fonte: Franco, Raquel Campos, Sokolowski, S. Wojciech, Hairel, Eileen M. H, Salamon, Lester M (2005), *The Portuguese NonProfit Sector in Comparative Perspective* (2005), Universidade Católica Portuguesa/Johns Hopkins University, p. 16.

Nota: a fonte não aponta critérios de classificação dos países.

Quanto ao *sector associativo*, é de mencionar a realização de um inquérito de âmbito nacional realizado pelo INE, com o apoio do Ministério da Cultura, em 1995, com o objectivo de caracterizar as associações culturais e recreativas, definidas como “organizações (...) viradas para as actividades de cultura e lazer desenvolvendo, em paralelo e com importância relativa diferente, várias actividades em simultâneo” (INE, 1998). Tendo em conta a abrangência da definição e opções seguidas na constituição do universo de inquirição, fica por esclarecer até que ponto a ‘cultura ocupacional’ tem nesta abordagem expressão predominante e se se cruza (ou não) com a actividade artística praticada por profissionais.

Considerando alguns dos resultados do referido inquérito no que respeita a actividades e pessoal ao serviço nas associações culturais e recreativas (quadros n.ºs 2 e 3), ressalta, desde logo, o forte peso das actividades de cariz ‘lúdico’, figurando em 66% das associações. Logo a seguir, surge o desporto (57%), o ensino/formação (45%) e a música (35%), destacando-se nesta última, como “modalidade preferencial”, as bandas e os grupos de cantares tradicionais – o que reforça a hipótese de o universo em presença ser maioritariamente constituído por



entidades de feição amadora. O facto de se verificar também uma muito elevada percentagem de pessoas ao serviço em regime de voluntariado, sobretudo entre os dirigentes das organizações, vem corroborar essa hipótese – ao mesmo tempo que demonstra um dos traços definidores das estruturas do Terceiro Sector. De notar ainda que as associações culturais e recreativas inquiridas em 1995 pelo INE localizavam-se maioritariamente na zona litoral, particularmente nas regiões Norte e Centro (60% do total); as entidades associativas situadas em Lisboa e Vale do Tejo distinguiam-se por ter uma maior dimensão média.

Por sua vez, no tecido de *cooperativas* que se encontravam em actividade em 2005 (quadro nº 4), o sector cultural representava perto de 10% do total de organizações, seguindo-se aos ramos agrícola (29%), de habitação e construção (18%) e serviços (15%), de acordo com dados disponibilizados pelo Instituto António Sérgio-Sector Cooperativo (INSCOOP). Procedendo ao recorte do domínio cultural (quadro nº 5) por sectores de actividade (nomenclaturas CAE), verifica-se que a maior parte das 292³ cooperativas culturais desenvolvem principalmente actividades nas seguintes áreas i) teatro e música (22%); ii) edição (19%); iii) telecomunicações (17,1);

Quadro nº 2
Actividades desenvolvidas por associações
culturais e recreativas
n = 3 266

Áreas de actividade	Nº	%
Música	1.155	35,4
Teatro	564	17,3
Dança	957	29,3
Divulgação cultural	852	26,1
Cinema e fotografia	266	8,1
Artes plásticas	98	3,0
Defesa do património cultural	628	19,2
Artesanato	268	8,2
Leitura e edição	990	30,3
Actividades desportivas	1.870	57,3
Ensino/formação	1.465	44,9
Outras actividades lúdicas	2.161	66,2
Outras actividades	759	23,2

Fonte: INE, *Associações Culturais e Recreativas*, 1995.

Nota: Trata-se de uma Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

Quadro nº 3
Trabalho voluntário em associações culturais
e recreativas

Categorias	Nº	% Voluntários
Pessoal dirigente	31.419	97,0
Outro pessoal	9.335	66,3
<i>Total de pessoas ao serviço</i>	<i>40.754</i>	

Fonte: INE, *Associações Culturais e Recreativas*, 1995.

3 Este contingente representa um acréscimo de 37 cooperativas relativamente ao número referente a 2000, em que existiam 255 entidades em actividade no ramo cultura. Tal não significa que se trate de 37 estruturas constituídas no intervalo 2000-2005, resultando o seu apuramento muitas vezes de um trabalho constante de recenseamento desenvolvido pela instância que, entre nós, regula o sector.



TERCEIRO SECTOR

Quadro nº 4
Cooperativas por ramos cooperativos em 2004
(percentagem)
n = 3 144

Ramos cooperativos	%
Agrícola	28,6
Habituação e construção	18,0
Serviços	14,7
Cultura	8,9
Consumo	6,2
Ensino	4,3
Solidariedade Social	4,2
Crédito	4,2
Produção operária	3,3
Uniões	2,3
Comercialização	2,0
Artesanato	1,8
Pescas	0,8
Federações e Confederações	0,8
<i>Total</i>	100,0

Fonte: Instituto António Sérgio-Sector Cooperativo (INSCOOP)

iv) associações culturais e recreativas (16%). Da leitura conjugada do peso relativo destas últimas, por um lado, e da representatividade de teatro e música, por outro, infere-se a presença significativa das artes performativas no conjunto: cerca de 37% das cooperativas centram aí a sua actividade, esta constituindo uma característica que as aproxima das estruturas que compõem o meio associativo, como acima se observou. Tal leitura aponta, para o lugar mais destacado das artes performativas entre as actividades desenvolvidas pelas entidades culturais do Terceiro Sector.

No que se refere à expressão e dinâmica das *fundações culturais*, segundo um estudo datado de 1997 (Santos e outros, 1997), existiam 41 fundações de âmbito cultural detetadas num total de 351 fundações. Tal subconjunto apresentava situações distintas relativamente à participação do Estado e do Sector Privado, notando-se a seguinte composição: 27% *intervencionadas* (tendo o Estado como principal fundador e financiador), 56% *subsidiadas* (apoios do Estado e de outros órgãos do Sector Público não maioritários perante



Quadro nº 5

Número de cooperativas no ramo Cultura, por sector de actividade (CAE) em 2005

n = 292

Sector de actividade (CAE)		Número	%
92311	Actividades de teatro e musicais	64	21,9
91331	Associações culturais e recreativas	46	15,7
221	Edição (livros, jornais, revistas)	56	19,1
64200	Telecomunicações	50	17,1
92200	Actividades de rádio e televisão	14	26,3
92111	Produção de filmes e de vídeos	6	
92130	Projecção de filmes e de vídeos	2	
92312	Outras actividades artísticas e literárias	9	
92342	Outras actividades de diversão e espectáculo diversas	4	
80421	Formação profissional	3	
80422	Outras actividades educativas	4	
92720	Outras actividades recreativas	9	
	Outros sectores	19 *	
	Actividade não definida	7	
<i>Total</i>		292	100,0

Fonte: Instituto António Sérgio-Sector Cooperativo (INSCOOP).

* Número de cooperativas em actividade em 31 de Dezembro de 2005.

apoios privados) e 17% *auto-suficientes* (Santos e outros, 1997:273-279)⁴. De destacar ainda o facto de a maior parte (31) destas fundações culturais terem sido constituídas entre 1988 e 1992, numa fase que assinala o investimento na criação de condições para a liberalização no apoio à cultura, de que é sinal a publicação, em 1986, da Lei do Mecenato, permitindo retirar benefícios fiscais da atribuição de donativos a fundações.

Tendo em conta a mais elevada representatividade das associações (234) entre as entidades respondentes ao Inquérito que se inscrevem no Terceiro Sector, situação contrastante

4 De acordo com o Centro Português de Fundações (CPF), existiam em 2002 cerca de 450 fundações em funcionamento, contingente considerado "muito significativo num país com a dimensão de Portugal" (Baptista, 2003:58). Segundo um inquérito que o CPF realizou, em 2000, junto das fundações portuguesas, das 233 respostas obtidas 144 eram organizações de solidariedade social, 22 haviam sido instituídas por autarquias, cinco tinham sido extintas e 62 não se integravam em nenhuma daquelas categorias.



com os contingentes de fundações (35) e de cooperativas (28), optou-se por seccionar a abordagem em distintas secções: a primeira é dedicada às estruturas associativas, sustentando uma análise mais detalhada; as duas seguintes desenvolvem-se, de forma necessariamente mais sucinta, em torno de cooperativas e fundações.

3.1. ASSOCIAÇÕES

PERFIL INSTITUCIONAL

Uma das dimensões menos conhecidas nas trajectórias das associações é, precisamente, a que se refere ao seu tempo de vida, rareando informação que permita aferir a duração média destas estruturas e traçar ciclos de actividade. No caso das associações inquiridas no presente estudo, observa-se que mais de metade (120, ou seja, 51%) foi constituída nos últimos dez anos, surgindo o intervalo 1995-2000 como o período que mais viu surgir novas organizações culturais de tipo associativo (gráfico nº 1). Este *boom* situado na segunda metade dos anos 90 parece estar em consonância com tendências recentes no sentido da crescente flexibilidade dos modos de gestão e da partilha cada vez maior de responsabilidades entre Estado e outros sectores, criando, assim, mais oportunidades para o incremento da criação de associações. Não obstante, tal *boom* deve ser apreciado com reserva, já que se desconhece a continuidade e o grau de consolidação que estas estruturas mais jovens terão⁵.

De acordo com Viviane Tchernonog, a média de vida das associações culturais é bastante inferior⁶ àquela que se verifica em estruturas associativas de outro tipo, o que se explica, em seu entender, fundamentalmente por dois factores: um, diz respeito à significativa presença de jovens na criação de associações culturais, tal representando um factor de fragilidade na continuidade das estruturas; outro, remete para o facto de, por serem frequentemente implementadas e dinamizadas pelo promotor de um determinado projecto, puderem ser mais afectadas pela saída da figura do mentor e, eventualmente, interromperem ou cessarem o funcionamento (Tchernonog, 2001).

Considerando os *domínios* de actividade das associações (quadro nº 6), evidencia-se o lugar destacado das Artes Performativas, verificando-se que 72% das associações desenvolvem alguma intervenção neste domínio, seguindo-se a Educação (38%), o Audiovisual e

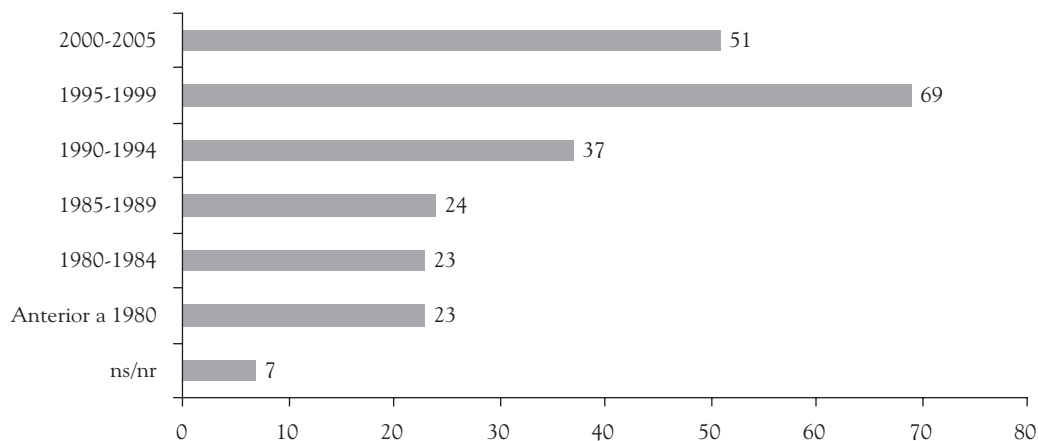
5 Com observa Pierre Moulinier no referente à situação das associações em França – e o mesmo é válido para Portugal – é difícil avaliar com rigor o número de associações em funcionamento num determinado momento, por não existir nenhum mecanismo jurídico ou fiscal que permita apurar as entidades que interromperam ou encerraram actividade (Moulinier, 2001).

6 A partir de dados resultantes de um trabalho realizado nos anos 90 em Orléans, sobre criadores e ciclos de vida das associações.



Gráfico nº 1
Data de constituição das associações

n = 234



Quadro nº 6
Domínios artísticos contemplados
na actividade das Associações

n = 234

Domínios artísticos	Número	%
Artes Performativas	169	72,2
Educação	88	37,6
Audiovisual e Multimédia	57	24,4
Património	52	22,2
Artes Visuais	50	21,4
Livro e Imprensa	29	12,4
Bibliotecas	27	11,5
Arquivos	19	8,1
Arquitectura	7	3,0
Centro de Estudos	15	6,4
Outros	35	15,0
Ns/nr	0	0,0

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.



multimédia (24%) e o Património (22%). Trata-se de uma distribuição que reafirma o peso da música, teatro e dança no sector cultural não lucrativo, igualmente apurado em inquéritos e levantamentos efectuados noutros países⁷.

Por outro lado, a presença expressiva de associações cuja actividade inclui o Património poderá estar relacionada com o interesse crescente, desde os anos 80 e 90, pelo património municipal enquanto elemento do desenvolvimento local, assumindo cada vez maior relevância na definição de políticas autárquicas. Pierre Mayol aponta, no que se refere ao aumento do número de associações deste tipo em França, que tal incremento encontra-se relacionado com a passagem de uma “consciência patrimonial, reflexiva ou erudita, a um ‘investimento patrimonial’ orientado no sentido da acção local” (Mayol, 2001: 122).

Importa, num segundo momento, definir uma importante linha de distinção entre as associações, relativa à abrangência da esfera de intervenção. Deste modo, identificou-se um conjunto de estruturas *especializadas* e um outro de organizações *abrangentes* (quadro nº 7). As primeiras, representando 42% do total das associações, correspondem a entidades que desenvolvem trabalho num único domínio cultural e artístico. Este grupo de entidades *especializadas* tem nas Artes Performativas o seu grande foco de intervenção.

Já as associações *abrangentes*, que correspondem a mais de metade da amostra, acumulam diversos domínios de actividade, agregados em combinatórias variadas. Cabem neste segundo conjunto, e a título de exemplo, estruturas que assinalaram ter actividade nos domínios Educação e Bibliotecas, ou que referiram simultaneamente os domínios Artes Performativas e Audiovisual e Multimédia. O apuramento de um (sub)domínio predominante na sua actividade permite de novo constatar o lugar destacado das Artes Performativas na amostra, uma vez que se trata da área prevalecte também para as associações *abrangentes*.

Numa situação particular de associações abrangentes – aquelas em que um dos domínios acumulados é a Educação – interessa apreciar a relação com as áreas predominantes de modo a perceber o perfil de entidades que incorporam a esfera educativa/de sensibilização para as artes na sua intervenção. Assim, entre as 88 estruturas associativas que indicaram desenvolver iniciativas no domínio Educação, metade têm como domínio predominante o Teatro, a Música ou a Dança e 20% centram a actividade no Património.

Podem avançar-se algumas linhas de explicação para o maior peso das associações abrangentes. Assim, é de admitir encontrar-se aqui reflectida uma dinâmica de adaptação às necessidades do mercado artístico e cultural, cuja rápida mutação pode representar uma oportunidade para estruturas mais interessadas, até por estratégia de sobrevivência, em garantir uma oferta plural de bens e serviços.

7 Ver *Bilans de la vie associative*, publicado em França pelo Conselho Nacional da Vida Associativa (CNVA). A sub-categoria mais importante do sector cultural, em 1997, era música. No referente a Portugal, dados do estudo sobre o *Programa Difusão das Artes do Espectáculo*, realizado pelo OAC, indicavam que a associação é a figura jurídica mais significativa para as entidades produtoras (muitas vezes também com função de entidades artísticas) nas áreas do teatro e da dança (Santos e outros, 2004:69.).



Quadro nº 7

Associações especializadas e abrangentes, por domínio e domínio predominante

n = 234

Tipo	Domínio	Número	%	
Especializadas	Artes Performativas –Teatro	37	15,8	
	Artes Performativas – Música	21	9,0	
	Artes Performativas – Dança	11	4,7	
	Património	14	6,0	
	Artes Performativas (não discriminável)	3	1,3	
	Audiovisual e Multimédia	5	2,1	
	Livro	3	1,3	
	Educação	3	1,3	
	Artes Visuais	2	0,9	
		<i>Sub-total</i>	99	42,3
Domínio predominante				
Abrangentes	Artes Performativas – Música	25	10,7	
	Património	25	10,7	
	Artes Performativas –Teatro	24	10,3	
	Artes Visuais	12	5,1	
	Educação	9	3,8	
	Pluridisciplinares	8	3,4	
	Artes Performativas (não discriminável)	8	3,4	
	Audiovisual e Multimédia	6	2,6	
	Dança	6	2,6	
	Bibliotecas	1	0,4	
	Livro	1	0,4	
		<i>Sub-total</i>	125	53,4
		Ns/nr	10	4,3
	<i>Total</i>	234	100,0	

Se a abordagem por (sub)domínio predominante identifica o centro da actividade das estruturas, uma análise da *função* prevalecente indica a sua colocação principal no ciclo de produção/reprodução dos bens culturais (quadro nº 8). Considerando o leque de seis funções estabelecidas pelo LEG⁸ – Conservação, Criação, Produção, Difusão, Comercialização

8 *Les Statistiques Culturelles dans L'EU*. Rapport Final do LEG, Eurostat Working Papers, Comissão Europeia, 2000.

Quadro nº 8
Domínio e função predominantes
 n = 234

Domínio predominante	Função predominante						Total
	Conservação	Criação	Produção	Difusão	Formação	Nr	
Artes Performativas – Teatro		47	6	5			58
Artes Performativas – Música		24	3	9	8		44
Artes Performativas – Dança		11	1	4	1		17
Artes Performativas (não discriminável)		2	2	5	1		10
Património	24			15			39
Audiovisual e Multimédia			1	9			10
Educação				2	10		12
Artes Visuais		1	1	10	2		14
Livro				4			4
Bibliotecas	1						1
Pluridisciplinar		1		7			8
Nr						17	17
<i>Total</i>	25	86	14	70	22	17	234

e Formação –, destacam-se, pelo maior contingente, aquelas associações cujas funções principais são a criação (86) e a difusão, compreendendo actividades de programação e sensibilização para as artes (70) – a primeira predominantemente representada nas Artes Performativas e a segunda nas Artes Visuais e Património.

A *localização geográfica* das associações evidencia uma posição de grande destaque para a região de Lisboa, situando-se aí 42% das entidades respondentes (ver Anexo C). Seguem-se, em proporções aproximadas, as regiões Norte e Centro, apresentando-se o panorama mais rarefeito no que se refere ao Algarve e ao Alentejo. De notar que tal distribuição apresenta-se em consonância com a intensidade das dinâmicas culturais locais e concentração de agentes, equipamentos e eventos – de cuja proximidade estas associações podem beneficiar enquanto angariadoras de apoios, prestadoras de serviços e interlocutoras cooptáveis para parcerias na concretização das políticas culturais locais e da tutela.

Em síntese, as associações culturais que figuram no Inquérito foram criadas recentemente – quase metade delas tem, no máximo, dez anos; dedicam-se particularmente às artes performativas, em particular ao teatro e à música, e desempenham principalmente

funções de criação e difusão; situam-se em territórios com dinâmicas culturais mais reconhecidas e contínuas e das quais as estruturas associativas podem, com maior probabilidade, retirar proveitos para o seu funcionamento.

ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS

Outro elemento essencial no delinear dos perfis das associações é o que se refere à sua *dimensão*, aqui aferida à luz de elementos sobre os recursos humanos de que dispõem. Os dados apurados apontam para a predominância de micro e muito pequenas estruturas (quadro nº 9), ou seja, para colectivos que não integram mais do que 9 pessoas. As tendências recentes em termos de gestão de organizações (culturais e outras) indicam a intensificação de estruturas de reduzida dimensão, com diminuto número de trabalhadores permanentes e, logo, com menores encargos financeiros. Em causa, estão objectivos de viabilidade económica, na qual pesa a relação com o espaço onde funcionam – e em situações em que esse espaço é cedido ou é necessário partilhá-lo com outras entidades, quanto menores forem as equipas mais viável será a adaptação e o funcionamento.

À luz da informação carreada no Inquérito, as associações organizam-se maioritariamente em colectivos de pequena dimensão. Dada a significativa presença de associações cujo domínio predominante é o teatro – maioritariamente organizadas em micro, muito pequenas e pequenas estruturas – aproveite-se para notar como a opção por pequenas estruturas reproduz alterações produzidas, desde a década de 90, nos modelos de gestão teatral em Portugal. A prevalência de equipas reduzidas é sublinhada num estudo (Borges,

Quadro nº 9

Número de associações e total de pessoas ao serviço por dimensão média

n = 234

Dimensão média	Número de associações	Total de pessoas ao serviço	% de pessoas ao serviço	Número médio de pessoas ao serviço
Micro estruturas (1-4 pessoas)	61	171	4,8	2,8
Muito pequenas estruturas (5-9 pessoas)	61	391	10,9	6,4
Pequenas estruturas (10-19 pessoas)	47	607	16,9	12,9
Médias estruturas (20-49 pessoas)	34	968	27,0	28,5
Grandes estruturas (50 e mais pessoas)	14	1447	40,4	103,4
Ns/nr	17	—	—	—
<i>Total</i>	234	3584	100,0	15,3



2005) sobre a organização do mundo do teatro no contexto nacional, que evidencia como no decorrer dos últimos anos as regras de funcionamento se modificaram, no sentido do incremento de organizações flexíveis, onde a lógica do trabalho por projecto é cada vez mais prevalecente e os laços contratuais têm curta duração.

Combinam-se, assim, duplos interesses numa interacção de efeitos recíprocos. Do lado de quem emprega, importa minorar despesas e, logo, diminuir os custos de encargos fixos, ao mesmo tempo que interessa assegurar a renovação de elencos, até como factor de incentivo à procura dos públicos – donde a opção por reduzido número de actores residentes. Do lado dos actores, essa flexibilidade oferece-lhes, até certo ponto, a possibilidade de auto determinarem as trajectórias profissionais, ampliar contactos e experiências, sem os constrangimentos que a ligação a uma única estrutura acarreta. Neste posicionamento reside uma forte linha de demarcação dos grupos de teatro mais antigos, criados nos anos 70 e 80, muitas vezes constituídos em cooperativas, figurino em que uma participação comprometida – em diversos planos, do financeiro ao estético – é estruturante.

A partir da relação entre o número de pessoas ao serviço das associações ao longo de 2004 e o contingente de pessoas ao serviço por mês, este representando a equipa fixa, pode aferir-se a existência de trabalhadores temporários e a sua intensidade. Assim, constatou-se que 33% das associações contaram naquele ano com colaboradores ocasionais, importando notar que tal parcela abrange fundamentalmente estruturas cuja actividade se situa nas artes performativas.

O quadro nº 10 reúne um conjunto de dados acerca da *composição sexual e etária* das pessoas ao serviço em associações, bem como outra informação relativa ao *vínculo* e às *funções* desempenhadas. Trata-se de um universo ligeiramente mais masculinizado (51%) e bastante juvenilizado – metade das pessoas ao serviço têm até 34 anos –, ao encontro do que acima se observou sobre a presença marcada de indivíduos mais jovens na criação e no funcionamento de associações. No que se refere ao vínculo, ressalta, desde logo, uma elevada proporção de Voluntários (36%) – traço característico das organizações do Terceiro Sector, principalmente as associações –, logo seguida da parcela dos que se encontram em regime de Aquisição de serviços/avença (30%). Em termos de funções desempenhadas, destaca-se o superior contingente de Artistas (42%) e de pessoas envolvidas em Serviços Educativos (13%), no que pode ser visto como sintoma da importância das actividades de sensibilização para as artes nestas estruturas.

Como começou por observar-se no início deste capítulo, a presença de um contingente elevado de voluntários entre os recursos humanos constitui um dos traços mais distintivos das organizações do Terceiro Sector, incluindo as que se situam no sector cultural.

Para Xavier Greffe, a contabilização dos apoios de voluntários sofre de um “efeito perverso” latente no modo como as autoridades públicas lidam com as instituições do Terceiro Sector. “Perverso” por nelas assinalarem a presença de voluntários quando se trata de limitar apoios e por ignorá-la quando se trata de avaliar o contributo económico das entidades do sector cultural não lucrativo (Greffe, 1999:188).



Quadro nº 10
 Número de pessoas ao serviço em associações por Sexo, Idade, Vínculo e Função
 n = 3584

Variáveis	Número de pessoas	%
Sexo		
Homens	1842	51,4
Mulheres	1731	48,3
Não classificados	11	0,3
<i>Total</i>	3584	100,0
Idade		
Até 24	416	11,6
25-34	1343	37,5
35-44	796	22,2
45-54	401	11,2
55-64	202	5,6
Mais de 65	106	3,0
Nr	320	8,9
<i>Total</i>	3584	100,0
Vínculo		
Contrato individual de trabalho	678	18,9
Funcionário público	16	0,4
Contrato a prazo	225	6,3
Aquisição de serviços/avença	1085	30,3
Voluntariado	1283	35,8
Outros	282	7,8
Nr	15	0,4
<i>Total</i>	3584	100,0
Funções*		
Administração e gestão	485	10,1
Programação	235	4,9
Artistas (criação/interpretação)	2023	42,3
Produção	289	6,0
Divulgação	195	4,1
Serviços Educativos	608	12,7

[continua]

TERCEIRO SECTOR

Variáveis	Número de pessoas	%
Funções*		
Serviços Técnicos	266	5,6
Serviços Administrativos	301	6,3
Café/Restaurante	23	0,5
Limpezas	102	2,1
Outras funções	258	5,4
Nr	131	3,7
<i>Total</i>	<i>4785</i>	<i>—</i>

* Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

Procurando aprofundar os contornos da presença de voluntários nas associações respondentes, verifica-se (quadro nº 11) que 43% estruturas (101) não têm pessoas ao serviço nesse regime, enquanto a maior parte das associações as incluem, havendo mesmo algumas

Quadro nº 11
Número de associações com e sem voluntários, por domínio predominante
n = 234

Domínio predominante	Nº de associações com e sem voluntários				Total
	Apenas com voluntários	Com voluntários e outros	Sem voluntários	Nr	
Artes Performativas – Música	15	11	18		44
Artes Performativas – Teatro	12	10	31		53
Artes Performativas – Dança	2	6	10		18
Património	11	9	15		35
Artes Visuais	7	1	5		13
Artes performativas (não discriminável)	4	2	4		10
Livro	3		1		4
Audiovisual e multimédia	8		1		9
Educação	3	3	6		12
Pluridisciplinares	2		6		8
Bibliotecas			1		
Nr	6		3	19	28
<i>Total</i>	<i>73</i>	<i>41</i>	<i>101</i>	<i>19</i>	<i>234</i>

(31%) que têm apenas como recursos humanos pessoas não assalariadas⁹. No caso destas últimas associações, pode verificar-se que se dedicam principalmente à Música – associações musicais, coros e outras formações, nem sempre sendo clara a fronteira entre cultura ‘ocupacional’ e cultura profissional – e também ao Teatro e ao Património (trata-se maioritariamente de associações de defesa).

Analisando a distribuição do volume total de pessoas ao serviço em regime de voluntariado por domínio predominante (quadro nº 12), observa-se a sua especial concentração

Quadro nº 12
Pessoas ao serviço, por domínio predominante de actividade e vínculo
 n = 3584

Domínio predominante	Vínculo							Total
	Contrato individual de trabalho	Funcionário público	Contrato a prazo	Aquisição de serviços/avença	Voluntariado	Outros	Nr	
Artes Performativas – Teatro	148	2	58	232	153	26	—	619
Artes Performativas – Música	214	2	24	537	577	10	—	1364
Artes Performativas – Dança	34	—	22	81	34	9	—	180
Artes performativas (não discriminável)	21	4	5	99	102	120	—	351
Património	84	7	28	34	136	14	—	303
Artes Visuais	37	—	7	5	34	1	—	84
Livro	—	—	2	2	32	—	—	36
Audiovisual e multimédia	5	—	—	—	50	—	—	55
Educação	111	—	75	78	23	98	—	385
Bibliotecas	15	—	1	—	—	—	—	16
Pluridisciplinares	8	1	2	15	55	4	—	85
Nr	1	—	1	2	87	—	15	91
<i>Total</i>	678	16	225	1085	1283	282	15	3584

9 Segundo o já citado estudo de Viviane Tchernonog em torno das associações culturais em França, é muito superior o número de estruturas cujos recursos humanos são unicamente compostos por voluntários (132 000, contra 25 000 contando com pessoal assalariado). Pierre Moulinier, por sua vez, observa que o >



nas actividades musicais, para o que concorre, em larga medida, a maior dimensão de agrupamentos musicais como coros e orquestras. Tal colocação poderá indiciar a presença, entre os respondentes, de algumas associações maioritariamente dedicadas a uma ‘cultura ocupacional’, importando, porém, notar que entre elas constam entidades que habitualmente integram circuitos profissionais.

Exceptuando o domínio musical, onde prevalece o trabalho de voluntariado, o vínculo predominante em Artes Performativas corresponde à Aquisição de serviços/avença, remetendo para prestações ocasionais, pouco permanentes. Diferente é o cenário verificado em domínios como a Educação (estruturas de ensino), em que predomina o Contrato individual de trabalho; e o Património, onde, logo a seguir ao superior número de trabalhadores não assalariados (136), a forma principal de vínculo é o Contrato individual de trabalho.

Importa notar que a maioria (72%) das associações reconhece ter *necessidades de formação*, manifestadas sobretudo nas áreas da Administração e gestão, seguindo-se a Produção e os Serviços Técnicos. O que faz supor que estas estruturas requerem alguma modernização de procedimentos e funcionamento, com vista a melhorar desempenhos (quadro nº 13). Tratar-se-á de um efeito da existência de uma larga ‘mão de obra’ voluntária e,

Quadro nº 13
Necessidades de formação dos recursos humanos, por área
n = 169

Áreas	Número	%
Administração e gestão	107	63,3
Programação	50	29,6
Produção	85	50,3
Divulgação	68	40,2
Serviços Educativos	46	27,2
Serviços Técnicos	73	43,2
Outras	27	16,0
Ns/nr	17	10,1

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

> facto de a crise económica ter conferido às associações uma função de recurso, como modo de enfrentar o desemprego, tem algo de “paradoxal”, na medida em que significa transformar um sector fundado sobre o conceito de ‘não emprego’ em angariador de postos de trabalho. E sublinha o efeito qualificador dessa mutação, em França: as associações culturais beneficiaram em particular de medidas promotoras de emprego e de inserção dos jovens, pelas elevadas qualificações e proximidade com o campo cultural que os recrutados apresentavam (Moulinier, 2001).



eventualmente, pouco qualificada? Efectivamente, a profissionalização das associações é, segundo Pierre Mayol, uma das tendências das trajectórias destas estruturas, sobretudo no sector artístico, “onde a noção de amador e voluntário, apesar da sua importância demográfica, é relativamente desvalorizada. Donde, provavelmente no futuro, uma cisão agravada entre os profissionais da cultura e os amadores, entre o cultural ‘puro’ e o sócio-cultural ou educação popular” (Mayol, 2001: 124).

É ainda no plano das estratégias organizacionais que pode apreciar-se a relação que as associações têm com o *espaço* onde desenvolvem actividades. Será, porventura, por razões relacionadas com a economia de custos e com a necessidade de limitar encargos fixos que poderá explicar-se o facto de a maioria das associações (86%) não ser proprietária do espaço (quadro nº 14). Frequentemente, têm até que o partilhar com outras entidades, o que se verifica em 36% dos casos, colocando-se a hipótese de tratar-se de instalações disponibilizadas pelas autarquias.

No que respeita às *valências* disponíveis no espaço (quadro nº 15), verifica-se que espaços como as Áreas técnicas, Auditórios, Espaços de exposições e Bibliotecas/centros de documentação são as mais recorrentemente referidas, ainda que menos de metade das associações lhes faça menção (recorde-se que se trata de uma pergunta de resposta múltipla). Como seria esperável, observam-se correspondências entre valências e domínios de actividade das associações. No caso específico da valência auditório, repare-se que entre as 92 estruturas que a referem, figuram maioritariamente associações dedicadas ao teatro e música. Avança-se a hipótese de que se trata de associações com a função predominante de criação, cujos maiores recursos em termos de espaço contribuem para ampliar a visibilidade da sua actividade artística e, eventualmente, intensificar o trabalho de programação, nela convocando quer obras próprias e/ou outras produzidas por entidades exteriores ou ainda em parceria.

Quadro nº 14
Propriedade e exclusividade de uso do espaço
(percentagem)
n = 204

Propriedade de espaço			
É proprietária	Não é proprietária	Ns/nr	Total
14,2	85,8	0,5	204
Exclusividade de espaço			
Espaço de uso exclusivo	Espaço partilhado	Ns/nr	Total
62,3	36,3	2,0	204

Nota: As perguntas relativas a propriedade e exclusividade de espaço dirigem-se às 204 entidades que afirmaram dispor de espaço.



Quadro nº 15
Valências disponíveis no espaço das associações
n = 204

Valências	Número	%
Áreas técnicas	93	45,6
Auditório	92	45,1
Espaço de exposições	86	42,2
Biblioteca	76	37,3
Cafetaria	38	18,6
Espaço Multimédia	29	14,2
Loja	15	7,4
Restaurante	5	2,5
Outras valências	93	45,6
Ns/nr	8	3,9

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.



FONTES DE FINANCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PARCERIAS

A predominante referência aos financiamentos públicos nacionais indicia o seu papel fundamental na sustentabilidade da actividade das associações, em particular no que respeita à Administração Local (quadros n.ºs 16 e 17). Quanto à relativamente escassa menção a Financiamentos públicos comunitários, poderá sinalizar algum desconhecimento de programas de âmbito internacional e, logo, a não captação dos seus apoios para o funcionamento das estruturas. O que se estranha, sobretudo quando têm sido criadas determinadas orientações e políticas comunitárias – designadamente, a discriminação positiva dos projectos desenvolvidos no âmbito do sector não lucrativo – que representam oportunidades e incentivos à intervenção e visibilidade das estruturas que operam neste campo.

O desenvolvimento de parcerias constitui uma prática comum à maior parte das associações, tendo 76% participado neste tipo de iniciativas. Para tal, contam com apoios fundamentalmente provenientes do Sector Público, seguindo-se as subvenções de Entidades privadas e os Fundos comunitários (quadro nº 19).

São sobretudo as associações organizadas em Muito pequenas estruturas quem mais estabelece parcerias, procurando por esta via contornar a maior fragilidade que as caracteriza – desde logo ao nível dos recursos humanos – e viabilizar projectos que, numa realização *a solo*, teriam mais dificuldade em concretizar (quadro nº 18).



Quadro nº 16
Modos de financiamento da actividade
 n = 234

Modos de financiamento	Número	Percentagem
Receitas próprias (quotas)	140	59,8
Receitas próprias (venda de serviços)	155	66,2
Financiamentos públicos nacionais	190	81,2
Financiamentos públicos comunitários	45	19,2
Financiamentos entidades privadas	91	38,9
Financiamentos Lei Mecenato	39	16,7
Financiamentos particulares	42	17,9
Outros financiamentos	9	3,8
Ns/nr	3	1,3

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

Quadro nº 17
Fontes de financiamentos públicos (nacionais e comunitários)
 n = 234

Fonte de financiamento	Número
Organismos da Administração Pública Central	121
Organismos da Administração Pública Local	145
Organismos da Administração Pública Regional	38
Programa Cultura 2000	5
Programa Operacional da Cultura (POC)	12
Outros programas comunitários	22
Outro(s)	6
Na	41
Ns/nr	3

Nota: Pergunta de resposta múltipla.
 Na = não se aplica

Quadro nº 18
Número de associações que realizaram parcerias, por dimensão
 n = 177

Dimensão média	Nº	Total no conjunto
Micro estruturas	41	61
Muito pequenas estruturas	49	61
Pequenas estruturas	38	47
Médias estruturas	27	34
Grandes estruturas	10	14
Ns/nr	12	17
<i>Total</i>	<i>177</i>	<i>234</i>

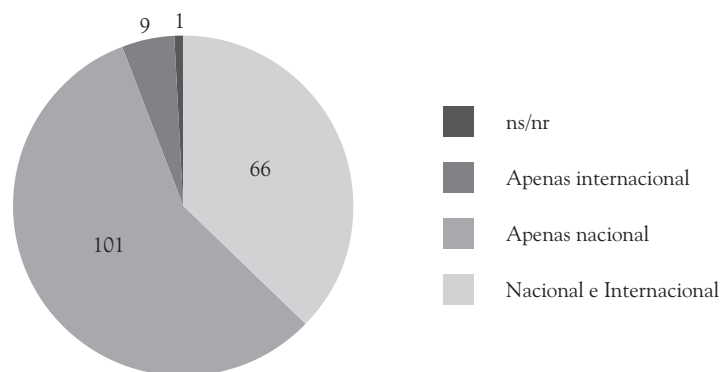
Quadro nº 19
Apoios recebidos para o estabelecimento de parcerias
 n = 177

Entidades	Nº	%
Entidades do sector público	160	90,3
Entidades do sector privado	93	52,5
Fundos comunitários	36	20,3
Não contou com apoios	3	1,7
Ns/nr	22	12,4

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

Repare-se que as estruturas associativas estabelecem parcerias predominantemente com outras entidades situadas no território nacional – entidades culturais do Terceiro Sector (principalmente com associações), autarquias, organismos da administração central, estabelecimentos de ensino – e que é residual o número de associações que desenvolve parcerias de âmbito apenas internacional (gráfico nº 2). A coexistência de parcerias de âmbito nacional e internacional, expressiva no conjunto, denota amplitude de contactos, a que não deve ser alheio o facto de algumas associações mobilizarem o apoio comunitário no âmbito de programas específicos, como acima se observou a propósito dos modos de financiamentos.

Gráfico nº 2
Abrangência das parcerias realizadas
 n = 177



A partilha de recursos que está subjacente às parcerias visa predominantemente a Realização de eventos culturais (89%), sendo esse o motivo mais apontado pelas associações (quadro nº 20) que têm como domínio predominante as Artes Performativas (quadro nº 21). Já as associações dedicadas ao Património demonstram perante as variadas iniciativas um interesse mais equitativo. Quanto à participação em Redes de programação, previsivelmente mais referida por associações dedicadas a teatro e música, representa a iniciativa que no conjunto recebe menos menções, porventura por aquelas significarem circuitos mais formalizados e exigentes, embora detendo interessantes virtualidades como as que Xavier Greffe lhes atribui: i) constituem plataformas privilegiadas para fazer circular informação sobre actividade, bem como para debater problemas e soluções; ii) permitem também fazer circular eventos e, desse modo, rentabilizar investimentos: o custo de determinadas realizações é tal que dificilmente poderia ser amortizado apenas com uma apresentação, num só lugar (Greffe, 1999).

Para as cerca de 24% de associações que não realizam parcerias, avançam-se os motivos principais que explicam a não mobilização deste recurso (quadro nº 22): em primeiro lugar, dificuldades financeiras, incluindo a falta de capacidade orçamental e de incentivos económicos a tal prática; seguem-se, com posições aproximadas, factores como o desconhecimento desta possibilidade, ausência de esclarecimento institucional e a falta de capacidade técnica/administrativa. Apreciados em conjunto, tais motivos parecem indiciar um posicionamento periférico destas associações no sector cultural, uma vez que a acumulação de défices as distancia dos circuitos e retira-lhes a possibilidade de usufruir das vantagens que o trabalho em parceria lhes proporcionaria.

Quadro nº 20
Iniciativas visadas pela realização de parcerias
n = 177

Iniciativas	Nº	%
Realização de eventos culturais	158	89,3
Formação	83	46,9
Encontros/seminários	61	34,5
Edição	35	19,8
Redes de programação	30	16,9
Outras	18	10,2
Ns/nr	4	2,3

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

TERCEIRO SECTOR

Quadro nº 21
Iniciativas visadas pela realização de parcerias, por domínio predominante
 n = 177

Domínio predominante	Iniciativas					
	Realização de eventos culturais	Formação	Encontros /seminários	Edição	Redes de programação	Outras
Artes Performativas – Teatro	43	25	14	6	9	4
Artes Performativas – Música	34	10	7	4	7	2
Artes Performativas – Dança	15	11	3	1	1	2
Artes Performativas (não discriminável)	10	5	4		1	1
Património	19	13	14	16	3	8
Artes Visuais	10	6	7	2	1	
Livro	1					1
Audiovisual e multimédia	9	3	5		4	
Educação	4	4	2	1	1	
Pluridisciplinares	7	3	4	4	2	
Ns/nr	6	3	1	1	1	
<i>Total</i>	<i>158</i>	<i>83</i>	<i>61</i>	<i>35</i>	<i>30</i>	<i>18</i>

Nota: Pergunta de resposta múltipla.

Quadro nº 22
Motivos principais da não realização de parcerias
 n = 55

Motivos	Número	Percentagem
Falta de capacidade orçamental	26	47,3
Falta de incentivos económicos	19	34,5
Desconhecimento da possibilidade	15	27,3
Falta de esclarecimento/accompanhamento institucional	14	25,5
Falta de capacidade técnica/administrativa	12	21,8
Falta de interesse	4	7,3
Outros	5	9,1
Ns/nr	6	10,9

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

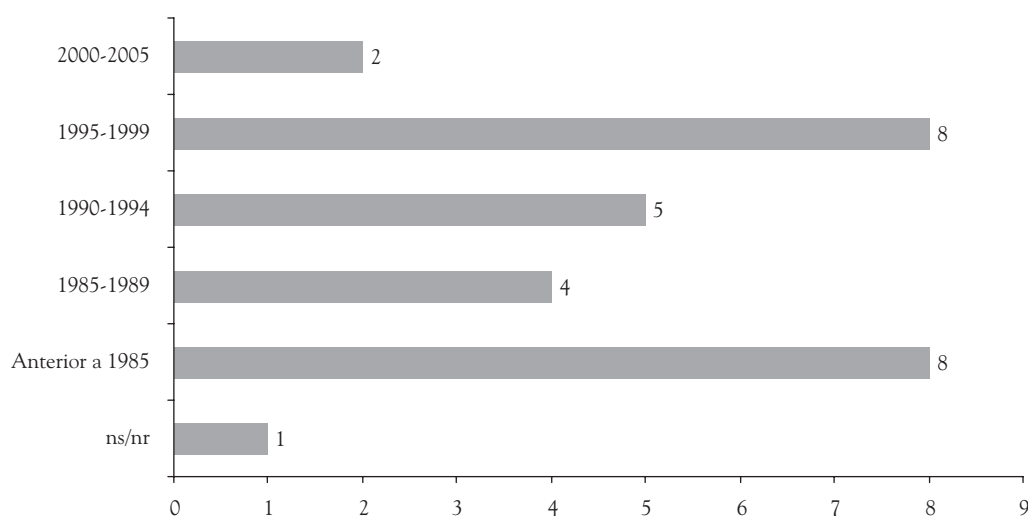
3.2. COOPERATIVAS

PERFIL INSTITUCIONAL

Centrando a análise do sector cooperativo, é de notar que, no referente à *data de constituição*, surgem dois períodos preferenciais para o aparecimento de cooperativas: o anterior a 1985 e a segunda metade dos anos 90, concentrando 57% das entidades (gráfico nº 3). Trata-se de uma leitura a tomar novamente com ressalvas, uma vez que a data de criação das organizações pouco diz dos seus ciclos de vida e da sua continuidade e grau de consolidação. Ainda assim, e perante a distribuição detectada, importa salientar a continuada adopção de um figurino que parece ultrapassar ressonâncias ideológicas que o remeteriam especialmente para o período anterior a 1985, em que a organização da actividade cultural em formato empresarial não era tão incentivada, apresentando-se, então, a cooperativa como modelo, entre outros, mais conveniente.

No grupo de cooperativas em presença, é mais elevado o número das que desenvolvem actividade num único *domínio* (quadro nº 23). Se o teatro surge com lugar proeminente nesse segmento de 17 cooperativas *especializadas*, também entre as 11 *abrangentes*, ele ganha destaque como domínio predominante, o que permite estabelecer uma forte relação entre o universo cooperativo e o campo teatral. Tal poderá dever-se ao facto de o teatro ser uma actividade a que são essenciais o trabalho de equipa e a existência de alguns meios de produção de custos mais ou menos onerosos, cujo acesso se torna facilitado havendo uma posse partilhada e regulada de acordo com os princípios da paridade e do acesso equitativo.

Gráfico nº 3
Data de constituição das cooperativas
n = 28





Quadro nº 23
Cooperativas especializadas e abrangentes, por domínio e domínio predominante
n = 28

Tipo	Domínio	Número
Especializadas	Artes Performativas – Teatro	10
	Audiovisual e multimédia	2
	Artes Visuais	2
	Artes Performativas – Música	1
	Património	1
	Artes Performativas (não discriminável)	1
<i>Sub-total</i>		<i>17</i>
Domínio predominante		
Abrangentes	Artes Performativas – Teatro	7
	Educação	1
	Audiovisual e multimédia	1
	Artes Performativas – Dança	1
	Pluridisciplinar	1
<i>Sub-total</i>		<i>11</i>
Ns/nr		—
<i>Total</i>		<i>28</i>

Tendo em conta que o modelo cooperativo define uma estrutura em que os seus membros têm idêntico poder de decisão e acedem na mesma medida a proveitos, percebe-se a particular adequação dessa modalidade à intervenção de diversas companhias teatrais que se afirmaram no campo cultural português nos anos 70 e 80. Algumas delas figuram no leque de entidades respondentes ao Inquérito, a par de outras surgidas mais recentemente. Distanciando-se do teatro comercial, organizado segundo uma lógica empresarial, as companhias do teatro chamado ‘independente’ defendiam uma autonomia estética e organizacional, se bem que em termos de financiamento a participação da tutela sempre tenha constituído um factor decisivo para o seu funcionamento. Teatro dito ‘independente’ por visar como modelo: “uma nova concepção de estrutura associativa, de preferência de tipo cooperativo, uma política de igualitarização de todos os elementos do grupo a nível salarial mas também a nível de intervenção no seu projecto artístico e cultural, a preferência por novos espaços teatrais” (Porto e Menezes, 1985:20).

Relativamente à *distribuição territorial* das cooperativas – 14 situam-se na região Norte e 10 localizam-se na de Lisboa – reafirma-se a importância destes centros para a actividade das entidades culturais e artísticas, pelas condições de diversa ordem que reúnem,



incluindo as próprias dinâmicas culturais que com maior intensidade se desenvolvem naquelas regiões e, logo, o atractivo de uma mais provável integração nos circuitos institucionais e artísticos.

ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS

Quanto à *dimensão* das cooperativas, e considerando para tal o número de pessoas ao serviço das entidades por mês, é possível verificar a predominância de médias e muito pequenas estruturas, tendo como número médio de trabalhadores, respectivamente, 25 e 7 indivíduos (quadro nº 24).

Em termos de características sociográficas dos trabalhadores em cooperativas (quadro nº 25), ressalta a maior presença de homens (53%) e a expressão mais vincada de grupos etários jovens, tendo 44% das pessoas ao serviço idades entre 25 e 34 anos. De notar que o Contrato individual de trabalho e a Aquisição de serviços representam, aqui, os *vínculos* principais, sendo o grupo de Voluntários bastante menos expressivo comparativamente com o que se verificou entre as associações. Por outro lado, tendo em conta a centralidade da actividade teatral no universo de cooperativas, não estranha que a *função* de Artista seja a mais desempenhada (45,3), observando-se também um contingente significativo de pessoas em actividades de Administração e gestão (11%), Produção (10%) e Serviços Técnicos (9%).

A partir da relação entre o número de pessoas ao serviço das cooperativas ao longo de 2004 e o contingente de pessoas ao serviço por mês, constituindo este o núcleo fixo, pode aferir-se a existência (ou não) de trabalhadores ocasionais e a sua intensidade. Assim, constata-se que em dez cooperativas tal recurso foi accionado, sendo que em oito delas mais de metade do pessoal que trabalhou nessas entidades em 2004 o fez enquanto colaborador temporário.

Quadro nº 24

Número de cooperativas e total de pessoas ao serviço por dimensão média

n = 28

Dimensão média	Número de cooperativas	Total de pessoas ao serviço	% de pessoas ao serviço
Micro estruturas (1-4 pessoas)	4	13	3,1
Muito pequenas estruturas (5-9 pessoas)	6	40	9,5
Pequenas estruturas (10-19 pessoas)	5	58	13,7
Médias estruturas (20-49 pessoas)	10	251	59,5
Grandes estruturas (50 e mais pessoas)	1	60	14,2
Ns/nr	2	—	
<i>Total</i>	28	422	100,0

TERCEIRO SECTOR

Quadro nº 25
Número de pessoas ao serviço nas cooperativas por Sexo, Idade, Vínculo e Funções
n = 422

Variáveis	Número de pessoas	%
Sexo		
Homens	222	52,6
Mulheres	198	46,9
Não classificados	2	0,5
<i>Total</i>	422	100,0
Idade		
Até 24	45	10,7
25-34	186	44,1
35-44	85	20,1
45-54	65	15,4
55-64	28	6,6
Mais de 65	13	3,1
Nr	0	0,0
<i>Total</i>	422	100,0
Vínculo		
Contrato individual de trabalho	180	42,7
Funcionário público	11	2,6
Contrato a prazo	21	5,0
Aquisição de serviços/avença	164	38,9
Voluntariado	46	10,9
Outro	0	0,0
Nr	0	0,0
<i>Total</i>	422	100,0
Funções*		
Administração e gestão	47	11,1
Programação	28	6,6
Artistas (criação/interpretação)	191	45,3
Produção	40	9,5
Divulgação	21	5,0
Serviços Educativos	16	3,8
Serviços Técnicos	37	8,8
Serviços Administrativos	27	6,4
Café/Restaurante	7	1,7
Limpezas	18	4,3
Outras funções	37	8,8
Nr	0	0,0
<i>Total</i>	469	—

* Pergunta de resposta múltipla.

Em termos de *recurso espaciais*, o perfil das cooperativas é tendencialmente caracterizado pela acumulação do estatuto de não proprietárias com o de usufruidoras de espaços que usam de forma exclusiva (quadro nº 26). Destacam-se, entre as *valências* disponíveis nesses locais (quadro nº 27), as Áreas técnicas, o Espaço de exposições, o Auditório e Outras (que, em alguns casos, corresponderão a 'áreas técnicas': oficinas, salas de ensaio, ateliês). Tal como verificado entre as associações, os auditórios tendem a ser exclusivos das cooperativas que têm o teatro como actividade predominante, indiciando tratar-se de entidades munidas de melhores condições para a produção e divulgação do seu trabalho.

Quadro nº 26
Propriedade e exclusividade de uso do espaço
 (percentagem)
 n = 27

Propriedade de espaço			
É proprietária	Não é proprietária	Ns/nr	Total
8	19	0	27
Exclusividade de espaço			
Espaço de uso exclusivo	Espaço partilhado	Ns/nr	Total
22	5	0	27

Nota: As perguntas relativas à propriedade e exclusividade de espaço dirigem-se às entidades que afirmaram dispor de espaço.

Quadro nº 27
Valências disponíveis no espaço das cooperativas
 n = 27

Valências	Número
Áreas técnicas	19
Espaço de exposições	16
Auditório	15
Outras valências	15
Cafetaria	14
Biblioteca	8
Espaço Multimédia	4
Loja	4
Restaurante	1
Ns/nr	1

Nota: Pergunta de resposta múltipla.



TERCEIRO SECTOR

FONTES DE FINANCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PARCERIAS

As receitas próprias, obtidas a partir da venda de bens e da prestação de serviços, constituem o modo de financiamento das cooperativas mais recorrentemente declarado, indiciando uma significativa importância para a gestão da sua sustentabilidade (quadros n.ºs 28 e 29). Idêntica consideração se poderá tecer relativamente aos financiamentos públicos nacionais, mencionados por 21 cooperativas, provindo tais apoios maioritariamente dos organismos das Administrações Central e Local. Os financiamentos obtidos de entidades

Quadro n.º 28

Modos de financiamento da actividade

n = 28

Modos de financiamento	Número	Percentagem
Receitas próprias (vendas de bens e prestação de serviços)	27	96,4
Financiamentos públicos nacionais	21	75,0
Financiamentos entidades privadas	15	53,6
Receitas próprias (quotas)	10	35,7
Financiamentos particulares	9	32,1
Financiamentos públicos comunitários	7	25,0
Financiamentos Lei Mecenato	7	25,0
Outros financiamentos	2	7,1
Ns/nr	—	

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

Quadro n.º 29

Fontes de financiamentos públicos (nacionais e comunitários)

n = 28

Fonte de financiamento	Número
Organismos da Administração Pública Central	18
Organismos da Administração Pública Local	14
Programa Cultura 2000	1
Programa Operacional da Cultura (POC)	—
Outros programas comunitários	7
Outro(s)	—
Ns/nr	5

Nota: Pergunta de resposta múltipla.



privadas (empresas e fundações) parecem também desempenhar algum relevo, sendo referidos por 10 cooperativas.

Em regra, as cooperativas desenvolvem *parcerias*, se bem que as micro estruturas denotem menor envolvimento nesta modalidade de trabalho em cooperação (quadro n.ºs 30, 31 e 32). Trata-se de projectos predominantemente desenvolvidos com outras entidades nacionais (estruturas do terceiro sector e Administrações Central e Local, por ordem de importância), notando-se que apenas um quarto das cooperativas concilia parcerias de âmbito Nacional e internacional. A finalidade principal destes empreendimentos conjuntos

Quadro n.º 30
Número de cooperativas que realizaram parcerias, por dimensão
 n = 24

Dimensão média	Número	Total no conjunto
Micro estruturas	2	4
Muito pequenas estruturas	6	6
Pequenas estruturas	5	5
Médias estruturas	8	10
Grandes estruturas	1	1
Ns/nr	2	2
<i>Total</i>	24	28

Quadro n.º 31
Abrangência das parcerias
 n = 24

Abrangência	Número
Apenas nacional	14
Nacional e internacional	7
Apenas internacional	3
<i>Total</i>	24

Quadro n.º 32
Iniciativas visadas pela realização de parcerias
 n = 24

Iniciativas	Número
Realização de eventos culturais	19
Formação	10
Encontros/seminários	8
Redes de programação	8
Edição	4
Outras	5
Ns/nr	1

Nota: Pergunta de resposta múltipla.

consiste, à semelhança do que antes se observou, na realização de eventos culturais, investindo-se na partilha de recursos como condição de Realização de iniciativas que, a serem desenvolvidas por uma única organização, teriam menor probabilidade de existência.

3.3. FUNDAÇÕES

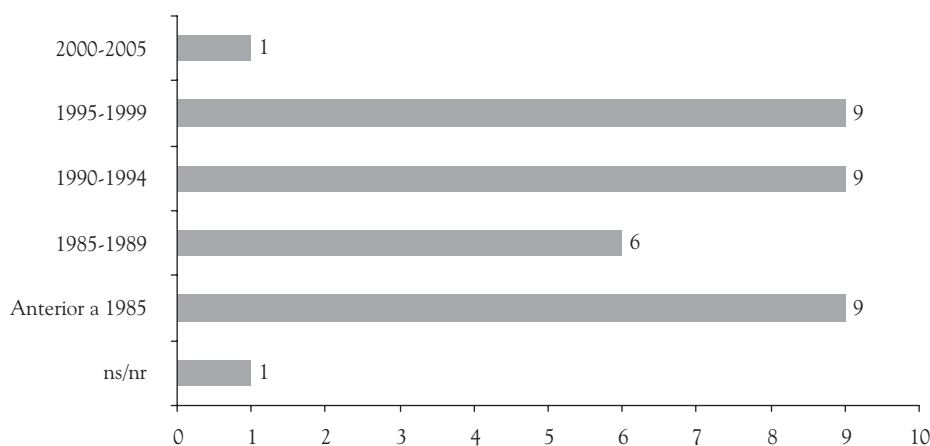
PERFIL INSTITUCIONAL

No leque de 35 fundações respondentes ao Inquérito, a maior parte (72%) foi constituída após 1985, para o que pode ter contribuído a existência, desde então, de um cenário mais favorável à criação de condições que, de algum modo, favorecessem a participação de entidades privadas no apoio às entidades culturais, em que se enquadra a acima referida Lei do Mecenato (gráfico nº 4). De notar que as nove fundações criadas antes de 1985 compreendem algumas organizações de grande dimensão, correspondendo ao perfil *auto-suficiente*, acima citado, e detendo intervenção relevante no sector cultural em diversos domínios.

Distintas categorias de fundações podem reconhecer-se no conjunto em presença, importando destacar as seguintes: i) fundações instituídas pelo Estado enquanto instrumentos de políticas culturais da tutela visando específicos fins; ii) fundações criadas por autarquias enquanto agentes coadjuvantes da intervenção municipal no domínio cultural.

Prevalecem entre as fundações, como se verifica no quadro nº 33, aquelas entidades que desenvolvem actividade em mais do que um *domínio*, sendo 10 de carácter Pluridisciplinar, termo que contorna a inadequação, nestes casos, da atribuição de um domínio predominante, já que se trata de entidades com atribuições e intervenções muito amplas.

Gráfico nº 4
Data de constituição das fundações
n = 35



Quadro nº 33
Fundações especializadas e abrangentes, por domínio e domínio predominante
 n = 35

Tipo	Domínio	Número
Especializadas	Património	7
	Livro	2
	Artes Visuais	2
<i>Sub-total</i>		11
Domínio predominante		
Abrangentes	Pluridisciplinar	10
	Património	8
	Livro	2
	Música	1
	Arquivos	1
<i>Sub-total</i>		22
Ns/nr		2
<i>Total</i>		35

Abrangentes ou especializadas, interessa, contudo, reparar que no universo das fundações o Património (espólio, colecção, museu) representa uma área especialmente em evidência, neste traço residindo uma linha de demarcação perante associações e cooperativas – se bem que diversas fundações contemplem as Artes Performativas na respectiva intervenção, este domínio não assume o estatuto prevalectente.

Linha comum aos três figurinos organizacionais – associações, cooperativas e fundações – é a que diz respeito à *distribuição territorial*, situando-se as 35 fundações nas regiões de Lisboa (13) e Norte (12); o menor número distribuindo-se pelas regiões Centro (4), Algarve (2) e Alentejo (4).

ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS

Ao nível da dimensão média das fundações, observa-se uma distribuição relativamente equilibrada das 35 entidades pelas várias categorias (quadro nº 34), encontrando-se as grandes estruturas (4) em minoria mas concentrando 71% do pessoal ao serviço e tendo em média 221 trabalhadores – numa lógica organizacional que as aproxima de institutos públicos.

Na composição dos recursos humanos das fundações (quadro nº 35), ressalta uma ligeira superior presença de mulheres e uma concentração das pessoas ao serviço no grupo etário

Quadro nº 34
Número de fundações e total de pessoas ao serviço por dimensão média
 n = 35

Dimensão média	Número de fundações	Total de pessoas ao serviço	% de pessoas ao serviço	Número médio de pessoas ao serviço
Micro estruturas (1-4 pessoas)	8	18	1,4	2,3
Muito pequenas estruturas (5-9 pessoas)	7	45	3,6	6,4
Pequenas estruturas (10-19 pessoas)	7	93	7,4	13,3
Médias estruturas (20-49 pessoas)	8	212	16,9	26,5
Grandes estruturas (50 e mais pessoas)	4	884	70,6	221,0
Ns/nr	1	—		—
<i>Total</i>	35	1252	100,0	24,1

dos 35 aos 44 anos, traços que também marcam uma diferenciação relativamente às associações e às cooperativas. O Contrato individual de trabalho apresenta-se, neste universo organizacional, como vínculo predominante, manifestando algum peso o Contrato a prazo e a Aquisição de serviços, mas não tanto quanto o verificado a propósito de outras estruturas, e sendo muito pouco expressiva a presença do Voluntariado. Áreas funcionais como a Produção, os Serviços Técnicos e Administrativos constituem as que mais absorvem os desempenhos do pessoal ao serviço nas fundações, ganhando, aqui, um peso que em grande parte se deverá aos elevados contingentes de pessoas ao serviço nas grandes estruturas.

Um outro aspecto que distingue as fundações de outros modelos organizacionais do Terceiro Sector que funcionam em regimes de maior flexibilidade e adaptabilidade, encontra-se relacionado com o espaço. No caso das fundações, o perfil tende a concentrar os dois seguintes atributos: ser proprietária e usufruir o espaço de forma exclusiva (quadro nº 36). Evidencia-se, pois, uma maior relevância dos recursos espaciais para as fundações, o que não surpreende tendo em conta que tal dimensão é vital para incumbências como, designadamente, a conservação de espólios e colecções, cujo valor simbólico é tanto mais acrescido quanto mais qualificadas forem as condições espaciais em que são divulgadas. O investimento no arranjo arquitectónico do espaço por parte das fundações constitui, além de elemento relevante nos históricos destas instituições, uma notória mais valia para a sua visibilidade e impacto no campo cultural.

Quadro nº 35
 Número de pessoas ao serviço em fundações por Sexo, Idade, Vínculo e Funções
 n = 1252

Variáveis	Número de pessoas	%
Sexo		
Homens	602	48,1
Mulheres	650	51,9
Não classificados	0	0,0
<i>Total</i>	1252	100,0
Idade		
Até 24	30	2,4
25-34	293	23,4
35-44	436	34,8
45-54	315	25,2
55-64	118	9,4
Mais de 65	23	1,8
Nr	37	3,0
<i>Total</i>	1252	100,0
Vínculo		
Contrato individual de trabalho	1050	83,9
Funcionário público	2	0,2
Contrato a prazo	70	5,6
Aquisição de serviços/avença	68	5,4
Voluntariado	10	0,8
Outro	52	4,2
Nr	0	0,0
<i>Total</i>	1252	100,0
Funções*		
Administração e gestão	107	8,5
Programação	15	1,2
Artistas (criação/interpretação)	103	8,2
Produção	200	16,0
Divulgação	19	1,5
Serviços Educativos	57	4,6

[continua]



TERCEIRO SECTOR

Variáveis	Número de pessoas	%
Funções*		
Serviços Técnicos	313	25,0
Serviços Administrativos	300	24,0
Café/Restaurante	10	0,8
Limpezas	35	2,8
Outras funções	86	6,9
Nr	26	2,1
<i>Total</i>		1271
		—

* Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

Quadro nº 36
Propriedade e exclusividade de uso do espaço
(percentagem)
 n = 34

Propriedade de espaço			
É proprietária	Não é proprietária	Ns/nr	Total
24	10	0	34
Exclusividade de espaço			
Espaço de uso exclusivo	Espaço partilhado	Ns/nr	Total
26	8	0	34

Nota: As perguntas relativas a propriedade e exclusividade de espaço dirigem-se às entidades que afirmaram dispor de espaço.

FONTES DE FINANCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PARCERIAS

Entre as modalidades de financiamento accionadas pelas fundações (quadro nº 37), quatro parecem assumir especial importância, ilustrando a coexistência de apoios públicos e privados no formato institucional: Financiamentos públicos nacionais, importando lembrar que algumas entidades entre as respondentes foram instituídas pelo Estado ou pela Administração Local e contam com importante apoio público; Receitas próprias, resultantes da venda de bens e da prestação de serviços e Financiamentos de entidades privadas (empresas e fundações) e ao abrigo da Lei do Mecenato.



Também entre as fundações parece ser corrente a prática de parcerias, evidenciando as pequenas e grandes estruturas, no seu total, a adesão a estes projectos (quadro n.ºs 38, 39 e 40). Prevaecem as parcerias de âmbito nacional, visando fundamentalmente a Realização de eventos culturais e tendo como interlocutores autarquias, fundações, estabelecimentos de ensino superior, empresas e organismos da administração central. Evoca-se, a este propósito, um estudo sobre o papel das fundações na cooperação cultural na Europa, realizado pela Fondazione Fitzcarraldo, em 2003, onde se considera

Quadro n.º 37
Modos de financiamento da actividade
 n = 35

Modos de financiamento	Número	Percentagem
Financiamentos públicos nacionais	19	54,3
Receitas próprias (vendas de bens e prestação de serviços)	18	51,4
Financiamentos de entidades privadas	13	37,1
Financiamentos Lei Mecenato	13	37,1
Receitas próprias (quotas)	9	25,7
Financiamentos públicos comunitários	8	22,9
Financiamentos particulares	6	17,1
Outros Financiamentos	5	14,3

Nota: Pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas pode ultrapassar os 100%.

Quadro n.º 38
Número de fundações que realizaram parcerias, por dimensão
 n = 29

Dimensão média	Número	Total no conjunto
Micro estruturas	5	8
Muito pequenas estruturas	6	7
Pequenas estruturas	7	7
Médias estruturas	6	8
Grandes estruturas	4	4
Ns/nr	1	1
<i>Total</i>	29	35

que o menor envolvimento destas entidades em parcerias com agentes internacionais deve-se principalmente a razões financeiras e que algumas reservas perante a participação em redes decorrem de riscos e limitações considerados “endémicos” desses sistemas: procedimentos excessivamente formais, conflito de interesses entre membros, falta de agendas comuns, competição com outras redes. Para além disso, a redefinição das estratégias internacionais não representa, segundo o referido estudo, uma prioridade para muitas fundações.

Quadro nº 39
Abrangência das parcerias
n = 29

Abrangência	Número
Apenas nacional	17
Nacional e internacional	12
Apenas internacional	—
<i>Total</i>	29

Quadro nº 40
Iniciativas visadas pela realização de parcerias
n = 29

Iniciativas	Número
Realização de eventos culturais	23
Edição	14
Encontros/seminários	11
Formação	10
Redes de programação	3
Outras	9

Nota: Pergunta de resposta múltipla.

REFLEXÕES FINAIS

TRANSFORMAÇÕES E CONTINUIDADES

Os capítulos anteriores põem em evidência um conjunto de problemáticas que percorrem o campo cultural, e que são transversais às diversas configurações institucionais e domínios artísticos onde as entidades inscrevem as suas actividades. Neste último ponto retomam-se essas problemáticas procurando sistematizá-las no âmbito de um quadro de tendências – *flexibilidade, intermediação, participação, internacionalização e articulação inter-sectorial* – que marcam as recentes transformações observadas na esfera da cultura. Procura-se igualmente identificar diferentes modalidades nas manifestações das referidas tendências e diferentes impactos a elas ligados, sem perder de vista os específicos sectores económicos e domínios culturais das entidades em causa.

FLEXIBILIDADE

A adopção de estratégias flexíveis na gestão e organização do trabalho cultural e artístico é um dos traços transversais às actividades das entidades inquiridas, embora estes modelos organizacionais assumam, como se viu, formas muito diversificadas. Uma transversalidade que percorre não só o sector cultural – nos vários domínios artísticos e grupos institucionais aí inscritos – mas também outros sectores de actividade. Com efeito, as formas de trabalho flexíveis, protagonizadas por diferentes agentes económicos, são hoje responsáveis pelas significativas reconfigurações do mercado de trabalho.

Os processos de difusão das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e a intensificação da concorrência na economia global – exigindo às empresas a minimização dos custos do trabalho e a maximização da sua eficácia produtiva – concorrem para a progressiva adopção de estratégias organizacionais com elevado grau de flexibilidade. A ‘empresa flexível’ é entendida como modelo mais adequado às condições de instabilidade do mercado

por permitir combinar diferentes regimes de emprego com vista à flexibilidade funcional e à flexibilidade quantitativa (Kóvacs, 2005). De uma forma geral, estas empresas assumem frequentemente formatos muito reduzidos recrutando somente um número indispensável de trabalhadores. Tendem a concentrar-se nas actividades chave e a externalizar ou a deslocalizar as restantes, subcontratando empresas especializadas e/ou trabalhadores independentes.

No sector cultural as formas flexíveis de trabalho são estruturais às actividades desenvolvidas e relativamente comuns ou mesmo dominantes em determinados segmentos artísticos. As organizações culturais encontram-se frequentemente estruturadas na forma de *plataformas* que funcionam com trabalho ao projecto, promovendo necessariamente relações de trabalho temporárias.

Com efeito, a propensão global verificada actualmente no mercado de trabalho para o desenvolvimento de lógicas organizacionais flexíveis – também designadas de ‘novas’ formas de trabalho – não constitui, para o sector cultural, uma tendência propriamente nova. Neste sector, as ‘organizações flexíveis’ e o trabalho temporário são, de há muito, formas relativamente comuns de organização da actividade e o modo principal de muitos profissionais acederem e integrarem o mercado de trabalho. Neste sentido, o adjectivo ‘novas’ para caracterizar as formas de trabalho emergentes é, neste caso, duplamente desadequado. Se, por um lado, e em geral, não constituem efectivamente ‘novas’ formas de trabalho/emprego, na medida em que recuperam formas antigas de trabalho remunerado – trabalho no domicílio, trabalho temporário, trabalho independente, trabalho a tempo parcial – por outro lado, no caso específico do sector cultural e artístico, estas formas atípicas de emprego têm-se mantido persistentemente na organização do trabalho.

Assim, a transformação a destacar, hoje em dia, na adopção destes regimes de trabalho no sector cultural estará sobretudo relacionada com o desenvolvimento de modelos organizacionais que – beneficiando do desenvolvimento das TIC e da viabilidade do trabalho em rede ou/e sobre a forma de parcerias – combinam funções de gestão, produção e criação artísticas, ampliando o recurso a modos de trabalho flexível. Esta tendência é evidenciada através dos dados do Inquérito quando se percebe a multi-funcionalidade e multi-actividade das estruturas inquiridas. Com efeito, o acesso facilitado à informação, a intensificação da comunicação e dos intercâmbios culturais entre diferentes agentes e expressões artísticas, permitem combinar domínios e funções variadas, contribuindo para o alargamento da oferta cultural.

À semelhança do que se verifica para outros sectores de actividade, um dos efeitos da generalização das formas flexíveis de trabalho reflecte-se no aparecimento de organizações de dimensão muito reduzida (estruturas com menos de dez pessoas ao serviço) que tendem a centralizar um conjunto de actividades nucleares. Refira-se, a propósito dos dados devolvidos pelo Inquérito, o predomínio de micro ou muito pequenas estruturas no Sector Privado e Terceiro Sector, enquanto modelos organizacionais comuns a entidades de variados domínios artísticos.

O recurso à externalização de serviços ou o desenvolvimento do trabalho ao projecto são formas flexíveis de organização do sector que sustentam o crescente protagonismo de organismos de reduzida dimensão. Veja-se, a título de exemplo, as alterações produzidas,



desde a década de 90, nos modelos de gestão teatral em Portugal. A prevalência de equipas reduzidas no decorrer dos últimos anos, tal como os dados do Inquérito demonstram a propósito de entidades ligadas ao teatro inscritas no Terceiro Sector, evidencia que as regras de funcionamento se modificaram. São cada vez mais frequentes as organizações flexíveis onde predomina a lógica do trabalho por projecto e a existência de laços contratuais de curta duração (Borges, 2005). Se do lado de quem emprega importa minorar custos, ao mesmo tempo que se procuram renovar os elencos, do lado dos actores a adopção de estratégias flexíveis permite-lhes auto determinarem as trajectórias profissionais, ampliar contactos e experiências, sem os constrangimentos que a ligação a uma única estrutura acarreta.

De acordo com os dados do Inquérito, também no Sector Privado as empresas inquiridas ligadas à consultoria em conservação/restauro de património e em arqueologia – constituindo porventura segmentos em expansão no sector empresarial da cultura – tendem a organizar-se fundamentalmente sobre a forma de micro-estruturas, contratando temporariamente equipas de profissionais para a realização de projectos específicos. Noutros domínios, tal como no livro (editoras) e nas artes visuais (galerias), áreas maioritariamente inscritas no sector privado, a prevalência de um número muito reduzido de trabalhadores com estatuto permanente tende a ser compensada através do recurso a serviços exteriores.

As estratégias organizacionais flexíveis, embora podendo predominar no Sector Privado e Terceiro Sector, são uma tendência extensível a organismos do Sector Público. Veja-se, no caso da Administração Local, a criação de empresas municipais para gerir e programar espaços e equipamentos culturais. Nestes casos estão subjacentes lógicas organizacionais mais flexíveis, procurando agilizar e qualificar procedimentos na esfera da gestão pública.

Mas a possibilidade de contratar profissionais com competências especializadas através de dispositivos como as empresas municipais é também, para os sectores culturais de algumas autarquias, uma solução para ultrapassar o défice de qualificações adequadas dos seus recursos humanos. Através de expedientes daquele tipo, a contratação de pessoal com vínculo temporário para a produção e realização de eventos com carácter sazonal, surge mais facilitada.

O trabalho temporário, formalizado sob a forma de contratos a termo ou de aquisição de serviços é, aliás, o estatuto laboral por que se traduzem, cada vez mais, as lógicas organizacionais emergentes no sector cultural e artístico. Este tipo de relações de trabalho sendo mais facilmente percebidos em determinados domínios artísticos, tende a percorrer várias actividades do sector. Tal como os dados do Inquérito permitem observar, as associações com actividade nas Artes performativas (música, teatro, dança) são, regra geral, mais permeáveis a formas de trabalho de curta duração, contemplando elevados contingentes de trabalhadores com relações laborais que resultam da aquisição de serviços. Mas mesmo as organizações que apresentam vínculos de trabalho permanentes – sobretudo micro-estruturas com um muito reduzido número de trabalhadores mas onde prevalecem os contratos individuais de trabalho (casos dos sub-domínios do Livro e das Artes visuais) – tendem igualmente a recorrer a formas flexíveis de trabalho através da sub-contratação de trabalhadores *free-lance* e/ou recorrendo ao *outsourcing*.



Note-se que também o Sector Público tende a adoptar estratégias flexíveis de recrutamento de recursos humanos. Embora, como é natural, os dados recolhidos pelo Inquérito assinalem, aí, contingentes mais expressivos de trabalhadores ligados à função pública, é perceptível, ainda assim, o recurso a trabalhadores temporários. No caso da Administração Local, esta situação explica-se face aos investimentos recentes na criação e recuperação de equipamentos culturais e à necessidade, já referida, de aumentar o número de trabalhadores com competências específicas. A dificuldade inerente à integração de trabalhadores na carreira da administração pública leva as autarquias a procurar outras estratégias de recrutamento para colmatar carências ao nível de pessoal. Também na Administração Central são visíveis estratégias semelhantes. Neste caso, são sobretudo as estruturas ligadas à criação e produção artísticas que revelam recorrer mais frequentemente a este tipo de lógicas dada a natureza das actividades aí desenvolvidas.

Por outro lado, a redução do número de trabalhadores nas estruturas culturais com vista à minimização dos custos de produção (flexibilidade quantitativa) conduz também à acumulação do número de funções desempenhadas pelos trabalhadores (flexibilidade funcional). De acordo com os resultados do Inquérito, este cenário é mais frequente nas associações onde porventura a rarefacção de meios financeiros e a cada vez mais frequente necessidade de adoptar estratégias empresariais (sobretudo de comunicação e marketing) favorece a sobreposição de funções de gestão, produção e criação.

O paradigma organizacional emergente é frequentemente associado a *plataformas* de trabalho, isto é, pequenas estruturas com elevado grau de flexibilidade que integram e cruzam diferentes funções e linguagens artísticas e que se constituem e dissolvem em função de projectos específicos. Daqui o emprego cultural aparecer habitualmente associado a situações de intermitência, pluriactividade, *free-lancing*. Para os empregadores, esta forma de trabalho não comporta os encargos inerentes à contratação de pessoal fixo, agiliza os procedimentos inerentes à actividade e permite seleccionar, num mercado alargado, as competências que mais se ajustam às necessidades do momento.

Contudo, a racionalização flexível subjacente aos processos de reestruturação e modernização das organizações implica tendências contraditórias. A progressiva flexibilidade do trabalho promove oportunidades, ao concorrer para uma maior competitividade e eficácia dos organismos, mas também comporta riscos. Para os ‘trabalhadores flexíveis’ as estratégias emergentes na organização do trabalho podem revelar-se ambíguas. Se o trabalho temporário pode trazer vantagens – sobretudo para aqueles cujo reconhecimento ou reputação no mercado lhes permite melhor gerir o grau de incerteza que o trabalho de curta duração promove – também pode corresponder a situações de forte precariedade ligadas a períodos de desemprego e sub-emprego.

A adopção de formas de trabalho flexíveis implica que os indivíduos sejam responsáveis pela sua formação e trajectórias profissionais num mercado fortemente concorrencial. Com efeito, muito embora as formas de trabalho resultantes de sistemas flexíveis atinjam em maior número os trabalhadores não qualificados, os empregos/trabalhos ditos irregulares expandem-se agora por todo o espaço de qualificações, sendo reflexo da “erosão contínua da



invulnerabilidade das habilitações formais” (Menger, 2005). Neste cenário, as competências exigidas vão muito para lá dos diplomas e implicam situações de aprendizagem permanente.

Num quadro de progressiva flexibilidade – dominado pelas estruturas de reduzida dimensão e pelo trabalho ao projecto – em que os empregadores não custeiam a protecção social dos trabalhadores e onde o número de quadros, artistas e técnicos disponíveis é superior ao número de empregos atribuídos, a taxa de desemprego temporário tende a aumentar.

Para as formas flexíveis de trabalho poderem ser viáveis, será necessário existir um quadro que regule os modelos organizacionais emergentes e os modos de trabalho que lhe estão associados. Esta preocupação faz parte de políticas desenvolvidas em alguns países, procurando estabelecer formas diferenciadas de regulamentação consoante os mercados de trabalho em causa e as actividades desenvolvidas¹. No caso português, a descontinuidade na atribuição de financiamentos estatais a algumas actividades culturais e artísticas pode também promover situações de intermitência e precariedade. Neste sentido, parece indispensável a definição de políticas públicas específicas que previnam estas situações de precariedade, tendo em conta as formas de trabalho dominantes do sector. Desde logo, refira-se entre as principais intervenções neste domínio, a urgente necessidade de definir o estatuto dos profissionais do sector.

INTERMEDIACÃO

A intensificação dos circuitos de intermediação cultural, entendidos como canais de aproximação entre oferta e procura, figura entre as transformações que marcam a paisagem cultural e artística em Portugal nas últimas décadas.

Diversos factores têm concorrido quer para a emergência de uma nova categoria de ocupações e de agentes dedicados a diversas funções relacionadas com a difusão da cultura quer para a percepção da sua importância por parte dos responsáveis pelas políticas culturais, em várias instâncias. Afiguram-se especialmente importantes os seguintes aspectos: i) organização da oferta e da procura de bens culturais de acordo com lógicas de mercado; ii) realização de ‘grandes eventos’, assim designados devido à maior envergadura que revestiram em termos de recursos financeiros e humanos investidos e de envolvimento

1 As soluções encontradas são diferentes consoante os mercados de trabalho e os países. Veja-se como exemplo o caso francês, em que o trabalho temporário foi, há alguns anos, equiparado a um trabalho assalariado, permitindo àqueles que satisfazem os critérios de ‘trabalhadores intermitentes’ serem indemnizados pelos períodos de desemprego. Nos Estados Unidos, as estratégias de protecção dos trabalhadores temporários, sobretudo os ligados à produção cinematográfica e audiovisual, resultam de mecanismos reguladores e de negociações contratuais colectivas organizadas pelos sindicatos dos trabalhadores e representantes dos empregadores. Embora a solução encontrada não proteja os trabalhadores das consequências precarizantes do trabalho a prazo, os sindicatos conseguiram, entre outras formas de remuneração, que fossem pagos aos intérpretes direitos proporcionais aos rendimentos obtidos pela exploração das obras audiovisuais. A dimensão mundial destes mercados fornece aos profissionais quantias aproximadas às dos salários, podendo, deste modo, ser compensados os períodos de desemprego.



internacional, na última década: Lisboa Capital Europeia da Cultura (1994), Exposição Mundial de Lisboa (1998) e Porto Capital Europeia da Cultura (2001); iii) criação de associações de profissionais e aumento da oferta de formação académica nas áreas de gestão e programação cultural; iv) alargamento e diversificação do contingente de infraestruturas culturais, frequentemente assente na conjugação de esforços das Administrações Central e Local e no recurso a fundos comunitários.

A organização da oferta – compreendendo as fases da criação, produção, difusão e comercialização – e da procura cultural segundo lógicas de mercado surge estreitamente associada a um processo de ‘economização da cultura’, ou seja, à tendência para integrar procedimentos e funções características da organização empresarial nas várias etapas de circulação dos bens culturais, valorizando-se o papel da gestão, planeamento, programação, divulgação e marketing cultural. Tal valorização veio abrir oportunidades ao desenvolvimento de novas funções e ocupações na organização das actividades no sector cultural e artístico, consideradas decisivas para a visibilidade da produção e para uma mais efectiva recepção. Gestores, programadores, curadores, comissários, técnicos de marketing e outros intermediários culturais tornam-se, pois, figuras cada vez mais requisitadas pelas organizações culturais, que reconhecem a indispensabilidade das suas intervenções especializadas.

Quanto ao relevo dos grandes eventos para o desenvolvimento do trabalho de intermediação cultural, ele advém principalmente, como observa Claudino Ferreira, de constituírem “contextos propícios à emergência e desenvolvimento de processos de profissionalização de carreiras no domínio da intermediação cultural” (Ferreira, 2002), isto na medida em que esses “espaços de difusão de grande amplitude” comportam uma maior divisão e delimitação de funções. Para além disso, ao mesmo tempo que convocam competências específicas e diversificadas em tarefas na área da difusão cultural, estes eventos de particular impacto proporcionam a alguns agentes envolvidos a aquisição de qualificações por via informal, ou seja, permitem um aperfeiçoamento de desempenhos no ‘terreno’, através do trabalho em equipas muito abrangentes em atribuições².

Tendo em conta tais dinâmicas, os grandes eventos podem, ainda, funcionar como instâncias de cooptação de programadores, gestores e outros profissionais por parte de instituições dos vários sectores económicos com actividade regular no campo da programação cultural. De notar a maior visibilidade conferida pelos grandes eventos à figura do programador, porventura por se tratar do intermediário cultural mais próximo da esfera da criação. Proximidade que se traduz num contacto mais intenso com os autores, por um lado, e no próprio facto do seu trabalho poder ser, na perspectiva de alguns profissionais e analistas da área, equiparado a uma obra, pela pessoal conjugação de descobertas e escolhas (e assumpção de riscos) que comporta.

2 Num balanço sobre impactos de Lisboa 94, destacava-se entre as “situações que deixaram um legado para a posteridade” o facto de ter-se criado a “ideia de que as actividades culturais exigem um forte grau de profissionalismo e de actualização permanente de técnicas e de saberes” (Ribeiro, 2004).



No que respeita especificamente aos programadores e gestores culturais, assinala-se a criação de associações profissionais, em finais da década de 1990, denotando tentativas quer de autonomização destas ocupações e de delimitação entre agentes qualificados e não qualificados, quer de afirmação de identidades profissionais³.

No desenvolvimento da intermediação cultural, interessa, aliás, não perder de vista o próprio incremento, nos últimos anos, da oferta de formação académica em programação e gestão cultural, assistindo-se ao surgimento de vários cursos, muitas vezes sob a forma de pós-graduações, dirigidos a licenciados em áreas culturais ou não. Neste último caso, possibilitam a (re)qualificação de profissionais que desenvolvem actividade no campo cultural e que, não tendo formação especializada no domínio da cultura, possuem créditos académicos noutros campos – mais ou menos afins (comunicação, marketing, gestão, ciências sociais, etc.). Numa apreciação genérica, tais cursos articulam conhecimentos sobre organizações e iniciativas culturais e outros saberes de teor mais abrangente, como os relacionados com a gestão e a comunicação. E embora alguns programadores com trajectórias mais consolidadas defendam que a legitimação da sua intervenção é essencialmente alcançada pela “experiência prática” (Madeira, 2002:34), não será indiferente o efeito legitimador que a existência de uma área de estudos autonomizada a nível do ensino superior poderá ter nas carreiras.

O progressivo aumento de infraestruturas culturais diversificadas (bibliotecas, cine-teatros, centros culturais) – ao mesmo tempo que veio concretizar desígnios de políticas, centrais e locais, defensoras da importância dos equipamentos como condição do acesso mais amplo das populações aos bens culturais – também tornou evidente a necessidade de nelas integrar profissionais com saberes especializados, incluindo os que se referem a funções de difusão cultural, de modo a assegurar o seu funcionamento e a garantir uma actividade regular. Trata-se de uma necessidade particularmente notória em espaços vocacionados para os domínios das artes performativas e artes visuais, representando uma lacuna que a maior parte das autarquias revela dificuldade em colmatar, dados os défices de funcionários qualificados nas áreas de gestão, programação, marketing cultural e serviços educativos. Em termos do impacto do aparecimento destas infraestruturas ao nível do emprego no sector cultural, repare-se que, de acordo com dados do Inquérito, os 52 equipamentos criados na última década geraram 484 postos de trabalho, ou seja, 26% do total de pessoas ao serviço nos 169 equipamentos recenseados – o que representa uma percentagem considerável.

3 As duas associações deste tipo existentes em Portugal – Associação Portuguesa de Programadores Culturais (APPC), criada em 1998, e Associação Portuguesa de Gestão Cultural (APGC), formada em 2001 – reúnem individualidades e estruturas principalmente próximas do domínio das artes performativas. A associação mais antiga, APPC, constituiu uma plataforma inicial de programadores operando em contextos institucionais diferenciados quanto ao formato jurídico e à centralidade ocupada no campo cultural (teatros nacionais, serviços culturais de municípios, associações locais, etc.), que progressivamente têm vindo a relacionar-se no âmbito de circuitos mais restritos, no que respeita aos domínios artísticos. É o caso da Plateia–Associação de Profissionais das Artes Cénicas e da Rede–Associação de estruturas para a Dança Contemporânea.



Paralelamente a uma tendência de dinamização verificada ao nível das ocupações na esfera da difusão cultural, assiste-se, pois, à permanência da falta de recursos nesta área em algumas instâncias com responsabilidades crescentes no sector cultural. As autarquias denotam, a este respeito, uma situação paradoxal. Com efeito, se é inegável o cada vez maior relevo da sua intervenção na área da cultura – quer pelo volume de investimentos financeiros aplicados em diversos domínios culturais quer pela progressiva autonomização da cultura nas orgânicas camarárias – há que notar a persistência de limitações ao nível dos recursos humanos disponíveis, incluindo, desde logo, restrições orçamentais, e a própria estruturação das carreiras na função pública, a qual é obstáculo à contratação de determinadas categorias profissionais. Não por acaso, 63% dos municípios respondentes ao Inquérito apontavam a administração, a gestão e a programação entre os sectores mais carenciados de formação de recursos humanos⁴.

É certo que a intervenção dos municípios no sector cultural cobre realidades muito diferenciadas relativamente a objectivos e prioridades; meios financeiros e humanos; articulação com outros agentes culturais de diferente abrangência territorial; resultados. Ilustrativa dessa variedade é a análise das dinâmicas culturais de alguns municípios contida no estudo (Santos e outros, 2004) sobre o Programa de Difusão das Artes do Espectáculo (PDAE)⁵. À luz do posicionamento das diversas câmaras no respeitante a vários eixos – linhas programáticas, equipas de cultura, agentes culturais locais e eventos culturais regulares – observaram-se perfis distintos, evidenciando intervenções com diferenciados graus de consolidação e reconhecimento da importância das funções de difusão cultural.

Vale a pena destacar o papel de intermediação do PDAE, uma estrutura de relação entre entidades autarquias e um instituto público da tutela da cultura, promotor do Programa. Coube a este uma função de intermediário entre as outras duas partes, ou seja, de facilitador da aproximação da oferta e procura, por via da criação de condições particulares. Se a intensificação e diversificação da oferta cultural se afirmaram como os impactos mais significativos que as câmaras retiraram da adesão a esta ‘rede’, também a qualificação do desempenho autárquico em gestão e programação cultural foram mais valias destacadas pelos municípios

4 Repare-se que iniciativas de formação especificamente direccionadas para a Administração Local, como o Programa Foral – criado pelo Governo com a finalidade principal de contribuir para a modernização das autarquias e para a qualificação dos seus técnicos – demonstram o pouco aproveitamento desta oportunidade de qualificação para os funcionários municipais. No caso do referido programa, veja-se a reduzida taxa de execução: 1,7% em 2000-2001 e 17,1 em 2004. O Foral inclui, entre as áreas de formação, o “reforço de competências gerais, técnicas e operacionais para optimização da utilização das infra-estruturas e funcionamento de equipamentos e sistemas de natureza municipal e intermunicipal” (Secretaria de Estado da Administração Local, 2000:4).

5 Programa promovido pelo então IPAE durante o período 1999-2002. Teve como principal objectivo democratizar o acesso às produções artísticas fazendo face às assimetrias regionais. Para o efeito criou uma Bolsa de Acções com a oferta de espectáculos (Teatro, Dança e Música) e de ateliês que colocou à disposição do conjunto de autarquias que aderiram ao Programa.



aderentes, representando este Programa igualmente um contributo para a dinamização dos municípios enquanto agentes implicados na intermediação cultural.

Uma das estratégias accionadas pelos municípios para enfrentar as limitações atrás mencionadas consistirá, precisamente, no recurso a estruturas de consultoria, produção e divulgação com competências em variados domínios culturais e artísticos (arqueologia e património, artes performativas, etc.). Trata-se, como foi possível observar no Inquérito, de um segmento emergente no Sector Privado, prolongando uma tendência de organização da oferta e da procura de bens culturais de acordo com lógicas de mercado. Tais estruturas poderão representar para alguns profissionais a extensão e rentabilização das suas especializações, eventualmente obtidas e reconhecidas no âmbito das suas prestações em instituições inscritas noutros sectores e/ou em grandes eventos.

Outro dado resultante do Inquérito que remete para questões de intermediação cultural relaciona-se com o estabelecimento de parcerias desenvolvido pelas diversas entidades culturais e artísticas, configurando, como se viu, uma prática predominantemente integrada pelas estruturas do Terceiro Sector, em particular pelas associações. A questão do desenvolvimento de parcerias designadamente a nível internacional – ver, adiante, parte relativa a internacionalização – sendo uma tendência e necessidade crescente, parece requerer um especial incentivo à presença em circuitos de abrangência nacional e internacional, aplicando competências nas áreas de gestão, assessoria e programação e marketing no domínio cultural e contribuindo, assim, para contornar o distanciamento de determinadas entidades. Isto, por via designadamente de um trabalho de intensificação da divulgação de informação e de criação de bolsas de contactos. Nessa medida, parece existir um potencial e mais valias de profissionais e organizações com funções na esfera da intermediação cultural – cuja emergência e tendencial expansão são apontadas pelo Inquérito – que importaria rentabilizar na promoção da circulação dos bens culturais e dos seus autores.

Ou seja, é de admitir que as entidades culturais e artísticas dispendo de menores recursos de administração e gestão, permaneçam mais distanciadas das iniciativas de cooperação, em particular daquelas que as poderiam colocar em circuitos internacionais. Isto devido não só ao menor acesso a informação como também à falta de capacidade para lidar com aspectos de funcionamento prático, como a instrução de candidaturas a programas – o que condiciona fortemente a sua presença em projectos de parceria e a própria partilha de recursos.

PARTICIPAÇÃO

O aumento do número de instituições culturais com serviços educativos assim como a proliferação de iniciativas com uma forte componente pedagógica em programas específicos ou no seio de variadas organizações culturais, revelam a importância que a temática relativa à sensibilização/formação de públicos para as artes tem vindo gradualmente a adquirir no panorama cultural português.

A importância e discussão do tema não são recentes e têm estado frequentemente associadas a perspectivas que visam a democratização cultural e a participação e acesso generalizado das



populações aos bens e serviços das artes e da cultura. O tema surge recorrentemente em programas políticos dos diversos governos constitucionais, sendo aí entendido como uma importante via para a coesão social e parte integrante do desenvolvimento humano e da cidadania.

Actualmente, o reforço da temática formação de públicos surge num quadro de progressivas transformações do sector cultural de que se salientam designadamente as que mais directa ou indirectamente se relacionam com a promoção da oferta através da criação ou recuperação de equipamentos e infra-estruturas vocacionadas para a actividade cultural. Esta é uma das mais relevantes áreas de investimento das administrações públicas e de financiamentos comunitários nos últimos anos. Refira-se, ao nível da Administração Central, vários investimentos realizados na recuperação de monumentos e outro património arquitectónico.

Também na Administração Local, as artes e a cultura têm evidenciado um dinamismo crescente, dada, em parte, a intervenção das autarquias nos investimentos realizados – a solo ou em parceria com a Administração Central – em equipamentos culturais. As bibliotecas, os centros culturais, os auditórios, a recuperação de teatros e cine-teatros municipais são exemplos desse investimento recente. A este nível da administração pública a cultura tem ganho, progressivamente, maior importância e notoriedade, perceptíveis tanto através da crescente autonomia alcançada nas orgânicas camarárias como através do maior peso relativo que atinge nos orçamentos globais das autarquias (Neves, 2005).

O esforço do investimento material dos municípios na cultura tem porém efeitos diferenciados consoante as dinâmicas culturais que o enquadram. Para alguns a criação de infra-estruturas permite sobretudo alargar, consolidar e potenciar dinâmicas culturais já existentes. Em alguns casos, inclusive, as dinâmicas geradas através da actividade cultural podem, eventualmente, transformar-se numa importante alavanca impulsionadora de desenvolvimento e de competitividade económica local. Noutros concelhos, porém, a construção e recuperação de equipamentos culturais não se fazem acompanhar de outros investimentos ou suportes paralelos, igualmente imprescindíveis para a dinamização, mobilização e valorização da vida cultural dos concelhos e sua repercussão sobre o desenvolvimento local.

No conjunto desses investimentos não materiais mas também basilares, destacam-se os que, genericamente, contribuem para qualificar a oferta cultural, ou seja, os que implicam dotar os equipamentos culturais de recursos humanos especializados e de uma programação cultural regular e de qualidade. Mas a par destes, um outro investimento fundamental incide no fomento de hábitos de consumo e de práticas culturais em populações menos familiarizadas com os bens e serviços das artes e da cultura. Em muitos concelhos, os investimentos em equipamentos culturais não têm um retorno equilibrado relativamente à procura de bens e serviços aí gerados.

É neste quadro de défice de públicos para os equipamentos criados que ganha maior vulto a actual importância conferida aos serviços educativos e às acções que visam a sensibilização de públicos para as artes. Nesse sentido, a multi-funcionalidade e multidisciplinaridade que caracterizam as actividades das organizações recenseadas no Inquérito – sendo as acções pedagógicas actividades comuns a uma significativa parcela – evidenciam o relevo atribuído a este campo de intervenção, independentemente do seu perfil institucional ou domínio artístico.



As estatísticas da cultura e alguns estudos especializados neste domínio são elucidativos do baixo índice de práticas culturais dos portugueses, muito embora nos últimos anos se assista a um aumento dos consumos culturais. De uma forma global, no entanto, considerando o universo da população portuguesa, as práticas e os consumos culturais são escassos e socialmente determinados. Na sua grande maioria são protagonizados por segmentos da população com elevadas credenciais escolares e profissionais, sendo, genericamente, práticas carregadas de fortes assimetrias sociais.

A reduzida procura cultural dos portugueses está associada, em parte, a factores estruturais que determinaram, num passado ainda recente, algumas das características da sociedade portuguesa. A permanência de duradouras desigualdades sociais no acesso a bens e serviços básicos – sobretudo os respeitantes à generalização do ensino – serão em parte responsáveis pelo (ainda) baixo nível de escolaridade de uma parcela significativa da população. Embora as elevadas credenciais escolares não correspondam automaticamente a determinados consumos e hábitos culturais (nem sempre as competências geram apetências), os públicos das artes – e particularmente os públicos da cultura erudita – são, na sua grande maioria, populações com níveis de escolaridade elevados.

A necessidade de uma intervenção efectiva ao nível da sensibilização e formação para as artes e cultura, assim como o crescente número de actividades neste âmbito, dá a este domínio da acção cultural um estatuto de *campo de intervenção emergente* ou *novo território da acção cultural*.

São vários os exemplos que podem mencionar-se para ilustrar a diversidade de acções que visam a *formação de públicos* tanto no domínio das políticas públicas como ao nível das organizações privadas lucrativas e não lucrativas (Terceiro Sector).

No que respeita às iniciativas públicas, veja-se a criação de serviços educativos num crescente número de organismos da Administração Central. Num estudo sobre o panorama museológico em Portugal, assinala-se que do conjunto de museus que apresenta serviços educativos (48%), os tutelados pela Administração Central sobressaiem, contemplando dois terços do total de museus aí inscritos (Santos, Neves, 2005). Nesse mesmo estudo, embora algumas das entidades museológicas aí recenseadas refiram não ter um serviço específico para a dimensão educativa, uma larga parcela das mesmas desenvolve actividades vocacionadas para as escolas.

Focalizando de novo as iniciativas da Administração Central, veja-se a inclusão de acções vocacionadas para o contacto e sensibilização de públicos face a determinadas linguagens artísticas, em projectos ou programas específicos. Neste âmbito, o já referido Programa de Difusão das Artes do Espectáculo (PDAE) constitui um exemplo paradigmático do relevo que estas acções adquiriram tanto no plano da oferta como da procura. Sendo apresentadas sobre a forma de ateliês/oficinas, surgem autonomizadas no conjunto de propostas em Bolsa reunindo assim uma oferta especializada nesta área de actividade. Do ponto de vista da procura – e de acordo com os depoimentos de alguns representantes autárquicos – os ateliês pedagógicos foram uma das principais vantagens do PDAE, reconhecendo estes a



importância estratégica de formar públicos em cenários de escassa oferta local deste tipo de actividades (Santos e outros, 2004).

Com efeito, também na Administração Pública Local as acções pedagógicas de aproximação às artes apresentam crescentes impactos e dinamismos. A programação e produção de projectos específicos vocacionados para um público jovem, o trabalho de parceria desenvolvido entre autarquias, escolas e equipamentos culturais – assumindo fórmulas diferenciadas, tais como ateliês em espaços/equipamento culturais, artistas nas escolas, visitas aos bastidores dos processos de criação, etc. –, revelam a importância crescente que é dada, pela gestão pública local, às actividades que promovem o contacto precoce das crianças com as artes e a cultura. Os resultados do Inquérito corroboram estas tendências. Tal como se verificou, uma larga percentagem de autarquias refere desenvolver actividades no domínio da Educação. As Bibliotecas Municipais assumem neste contexto um maior protagonismo face à natureza das suas funções. Note-se, porém, que o alargamento das actividades desenvolvidas por estes equipamentos no âmbito da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), tende a promover acções de cariz educativo em vários domínios culturais, proporcionando, sobretudo a um público mais jovem, o contacto com outras linguagens artísticas.

O interesse revelado pelas instâncias públicas no desenvolvimento de acções pedagógicas e o espaço que estas têm progressivamente ocupado na programação de equipamentos e serviços, poderão fomentar o aparecimento de uma oferta especializada no domínio das artes. A criação de estruturas focalizadas na promoção de espectáculos infantis e/ou em ateliês/oficinas de artes – predominantemente ligadas ao meio associativo ou empresarial da cultura – são sinais que evidenciam essa tendência. Embora as estruturas especializadas no domínio educativo/formativo representem ainda um estreito segmento da oferta cultural e artística, as acções pedagógicas integram cada vez mais o leque de actividades promovidas por estruturas de criação/produção. Funcionam essencialmente como acções complementares às desenvolvidas nestas organizações e visam, em primeira instância, o alargamento e diversificação da oferta com o intuito de recrutar novos públicos. Dada a prevalência de entidades com este tipo de funções no Terceiro Sector, refira-se também a importância que as actividades pedagógicas assumem como elementos de legitimação social, podendo eventualmente funcionar como mais valias no recurso a apoios/subsídios públicos (Lopes, 2004).

As acções de sensibilização, embora dirigindo-se mais frequentemente a públicos infantis e juvenis em contexto escolar, tendem a diversificar os seus públicos-alvo. Neste âmbito os serviços educativos de organismos privados ou com financiamentos mistos, tais como a Fundação de Serralves, o Centro de Arte Moderna (CAM) da Fundação Gulbenkian ou do Centro de Exposições do Centro Cultural de Belém (CCB), são particularmente ilustrativos. Além de acções vocacionadas para públicos escolares, os serviços destas instituições procuram alargar a sua oferta a outros segmentos da população, integrando acções para a família, professores, pessoas com necessidades especiais, entre outros.

Neste âmbito, podem também apontar-se projectos de intervenção social através das artes dinamizados em comunidades económica e socialmente muito desfavorecidas



– saliente-se, por exemplo, a experiência desenvolvida pelo serviço educativo da Casa da Música em colaboração com a Birmingham Opera Company e a população do bairro de Aldoar, no Porto⁶.

No entanto, a intervenção no domínio da sensibilização de públicos para as artes passa inevitavelmente pela escola, sendo este um importante canal de acesso a populações socialmente distintas. A escola e os públicos escolares são, tal como se viu, pólos de destino centrais no leque de acções que visam a aproximação às artes.

Nesse sentido foram desenvolvidas, pelas instâncias governamentais, algumas acções que visam a articulação entre cultura e educação. Refira-se as equipas de trabalho constituídas por elementos destes ministérios, criadas em dois momentos distintos⁷. Ambas tiveram como principal objectivo a apresentação de propostas que procuram (re)definir estratégias de integração da arte e da cultura no ensino, seja no ensino regular, vocacional ou artístico profissionalizante. Embora os documentos produzidos por estas duas equipas apresentem contornos distintos, ambos parecem partilhar uma ideia mais abrangente e diversificada do que a vigente, para a definição dos modos de aproximação ao campo cultural e artístico. Uma ideia que passa por entender a familiarização com as artes não só dependente do sistema de ensino tradicional, estruturado na transmissão de saberes de um determinado domínio artístico – tal como sucede actualmente nos primeiros níveis de ensino com as disciplinas de artes visuais e da música – mas no contacto com outros elementos que compõem igualmente o mundo artístico, as suas linguagens, lugares e agentes, recorrendo mais frequentemente à experimentação artística⁸.

6 O Serviço Educativo da Casa da Música levou a cabo a apresentação da Ópera *Wozzeck* pela Companhia Birmingham Opera Company (BOC) com a população do bairro de Aldoar durante o ano de 2001. Este projecto parte de um conceito novo de comunicação da arte e de intervenção social desenvolvido pela BOC. “Envolvendo-nos com as nossas comunidades locais, tornando as populações o centro do nosso trabalho, a Birmingham Opera Company pode estabelecer um potente meio de comunicação”. (...). É uma das mais inovadoras companhias de ópera, com pouco mais de dez anos, constituída por uma pequena equipa dedicada à (re)criação de um repertório considerado adequado à itinerância, à inclusão de figurantes recrutados nos locais de apresentação entre populações socialmente consideradas de risco, e ao trabalho coreográfico e cénico em espaços não convencionais (AAVV, 2002).

7 Em 1997 é constituído pelo Despacho Conjunto nº 297/97 de 19 de Agosto o “Grupo de Contacto entre os Ministérios da Educação e da Cultura” coordenado por Augusto Santos Silva “visando a preparação das medidas que permitam o estabelecimento da interligação entre políticas relativas ao ensino artístico e as referentes à promoção, animação e sensibilização para as artes”. Em 2000 é publicado o Relatório do Grupo de Contacto entre os Ministérios da Educação e da Cultura com o título “A Educação artística e a promoção das artes, na perspectiva das políticas públicas”.

Em 2003 é constituído por Despacho Conjunto nº 106/2003 de 27 de Novembro o grupo de trabalho do Ministério da Educação e Ministério da Cultura coordenado por Jorge Barreto Xavier, do qual resultou um relatório com a data de Abril de 2004.

8 Foi recentemente publicado em Diário da República (Despacho conjunto nº 834/2005) o ‘Programa de Promoção de Projectos Educativos na Área da Cultura’, resultando de uma articulação entre os Ministérios >



Com vista a uma definição do papel da escola na formação e sensibilização para as artes, parece crucial que esta integre acções que permitam, através da experiência e participação, não só despertar para os bens e serviços da cultura tanto no sentido do desenvolvimento de práticas artísticas, como no da aprendizagem da prática de espectador crítico⁹, mas igualmente para uma formação orientada no sentido da criatividade.

INTERNACIONALIZAÇÃO

A necessidade de internacionalização das obras e artistas nacionais é consensual entre os agentes do sector e as instâncias governamentais, enquanto recurso indispensável à dinamização dos mercados, à formação e criação artísticas e à projecção do país no exterior. No entanto, mau grado o reconhecimento geral, as políticas de internacionalização no campo cultural e artístico têm, em regra, vindo a traduzir-se em acções esporádicas, raramente correspondendo a uma linha de orientação com planos de investimento concertados e duradouros.

As intervenções neste domínio têm sido consubstanciadas segundo dois eixos principais. Um deles refere-se à promoção da língua portuguesa, patente na defesa da lusofonia e das relações com comunidades e países de língua oficial portuguesa. O segundo eixo dirige-se à internacionalização das artes, através da difusão, criação e produção portuguesas no estrangeiro, assim como à circulação em Portugal de obras e criadores estrangeiros. Refira-se, a este propósito, que algumas dinâmicas foram criadas nos últimos anos com a realização de grandes e médios eventos culturais, (destaque para o Porto 2001 Capital Europeia da Cultura, a Exposição Mundial de Lisboa – Expo’98, Lisboa 94 Capital Europeia da Cultura, a 49ª Feira de Frankfurt tendo Portugal como país tema e a Europália 91 – Festival Bienal de Arte e Cultura realizado na Bélgica, dedicado nesse ano a Portugal). Estes eventos, para além da ampla e diversificada oferta que proporcionam e, nalguns casos, dos importantes projectos de reabilitação urbana que promovem, são um relevante instrumento político, de carácter estratégico, para a promoção de um país ou de uma cidade. Constituem, uma importante via de abertura do espaço social português à circulação internacional de produções artísticas estrangeiras e, paralelamente, uma oportunidade para os agentes nacionais estabelecerem contactos para a realização de co-produções e integração de obras e artistas em circuitos internacionais.

> da Educação e da Cultura. Este Programa visa promover a deslocação dos alunos das escolas envolvidas a espaços da cultura (museus, sítios arqueológicos, monumentos, entre outros), pelo menos uma vez por ano.

9 Refira-se, a propósito da articulação entre educação e cultura, a recente realização em Portugal da Conferência Mundial de Educação Artística promovida pela UNESCO e pelo Governo de Portugal (6-9 de Março de 2006). Centrando-se em temas como a ‘Defesa da educação artística’; ‘Efeitos da educação artística’; ‘Estratégias para a promoção das políticas de educação artística’ e ‘Formação de docentes’, esta Conferência, que reuniu representantes de um leque alargado de países, procurou “enfatizar a importância da criatividade no ensino das artes como mecanismo fundamental na melhoria das capacidades de aprendizagem das crianças e dos adolescentes”.



Têm sido implementadas outras actividades promovidas por organismos como o Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do Instituto Camões, e o Ministério da Cultura, no âmbito das competências do Gabinete de Relações Culturais Internacionais (GRCI). A rede de docência da língua portuguesa no estrangeiro, o apoio à investigação e intercâmbio de professores universitários e investigadores portugueses e estrangeiros, a concessão de bolsas de estudo, a realização de eventos culturais em instituições portuguesas no estrangeiro, contam-se entre as atribuições do Instituto Camões. O GRCI, por sua vez, tem como principais incumbências a coordenação, apoio ou financiamento de projectos de iniciativa pública ou privada que se destinem a promover a cultura portuguesa no estrangeiro ou a receber os valores culturais exteriores em Portugal. Entre outras iniciativas este organismo apoia, através da concessão de subsídios ou bolsas, a formação no estrangeiro em diversas áreas artísticas.

É também sensível o esforço de alguns equipamentos – quer tutelados pela Administração Central, quer por organismos privados – na dinamização de equipamentos e espaços culturais através da programação de festivais e outros eventos de carácter internacional. Estas iniciativas tendem a suscitar a realização de intercâmbios e co-produções, podendo vir a abrir espaço para relações de trabalho regulares.

Mas, apesar das diferentes acções empreendidas com vista à promoção de relações com o exterior, a experiência internacional está longe de integrar o currículo de muitas organizações culturais portuguesas. A realização de parcerias e a participação em redes rareia quando visa parceiros internacionais. Os resultados do Inquérito vão ao encontro deste cenário ao apresentarem um reduzido contingente de entidades que assinalam estabelecer parcerias internacionais.

Na Administração Local, além de nem todas as autarquias afirmarem realizar parcerias, as que o referem, desenvolvem maioritariamente relações com pares nacionais. Note-se, porém, que as experiências internacionais de muitos municípios se devem aos acordos de geminação entre cidades e vilas portuguesas com congéneres de outros países. O número de geminações com Espanha e França é especialmente frequente, explicado provavelmente, no caso do primeiro país, pela sua proximidade geográfica e, no segundo, pela importância da comunidade portuguesa aí imigrada. Aliás, os fenómenos ligados à emigração portuguesa explicam as geminações criadas com outros países, sobretudo os Estados Unidos, a Alemanha e o Luxemburgo (Santos e outros, 1998).

A partir das relações geradas com as geminações ou dos contactos privilegiados que as administrações locais estabelecem com determinados organismos internacionais, surgem parcerias relevantes para a realização de eventos regulares. Veja-se o caso do Festival Sete Sóis, Sete Luas que resulta dos intercâmbios culturais estabelecidos desde 1991 entre a autarquia de Montemor-o-Novo e o grupo italiano de Teatrale Immagini. Este Festival tem como objectivo a criação de uma rede cultural de cidades de pequena e média dimensão na Europa Meridional e decorre em dezenas de cidades de vários países. A relação regular que o município de Montemor-o-Novo estabelece com aquele grupo de teatro levou-a a assinar um acordo de geminação com Pontedera, em Itália, e a partir deste têm trabalhado conjuntamente na programação regular de vários eventos culturais.



Apesar da quase generalização das parcerias em contexto nacional, o Inquérito assinala também um conjunto de entidades que não recorre a este expediente. As razões evocadas são várias destacando-se as que apontam para as fragilidades financeiras de algumas entidades – sobretudo no Terceiro Sector –, e as de natureza técnico/administrativas focalizadas na ausência de esclarecimento e acompanhamento institucional. Os motivos avançados no Inquérito são, em parte, coincidentes com os assinalados num outro estudo relativo aos impactos do *Programa Cultura 2000* em Portugal – Programa onde o estabelecimento de parcerias entre agentes de diferentes países é um requisito para a participação e acesso a financiamentos comunitários¹⁰.

De acordo com aquele estudo, a motivação principal dos agentes culturais aí recensados para participar no *Cultura 2000* é, em primeiro lugar, a possibilidade de estabelecer contactos e integrar redes internacionais. Porém, aquela que é considerada a mais-valia do Programa é também a que causa maior dificuldade de acesso. Com efeito, entre as razões mais assinaladas para nunca terem participado estão as dificuldades em encontrar parceiros internacionais, a par das dificuldades administrativas na instrução dos processos de candidatura. Refira-se que a participação portuguesa no *Cultura 2000* é diminuta – em 2003, das 233 candidaturas seleccionadas no Programa apenas quatro foram da iniciativa de agentes portugueses (participando estes na modalidade de Organizadores). A frágil ou mesmo inexistente experiência internacional de grande parte das entidades culturais traduz-se igualmente nas modalidades de participação mais frequentes. A maioria resulta de convites para integrarem projectos de iniciativa de entidades estrangeiras – participando os agentes nacionais como Co-organizadores ou Parceiros.

As dificuldades de internacionalização das entidades culturais portuguesas reveladas quer pelo estudo dos impactos do *Programa Cultura 2000*, quer pelas observadas no âmbito do presente estudo, remetem para a importância estratégica de se constituírem estruturas ou agências de mediação. A promoção de intercâmbios entre agentes culturais nacionais e internacionais – através da organização e divulgação de contactos –, a difusão de informação, a integração de obras e artistas em redes ou circuitos internacionais, assim como o esclarecimento e acompanhamento institucional de candidaturas para acesso a programas com uma forte dimensão internacional, são funções imprescindíveis à dinamização de contactos com o exterior.

Neste âmbito, torna-se indispensável uma maior articulação entre as instâncias governamentais, designadamente entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Cultura, e entre estes e os agentes privados. O aumento da internacionalização da produção cultural e artística implica também o estímulo e apoio à intervenção de organismos não governamentais de modo a garantir estratégias e acções concertadas.

10 O Programa tem como objectivo principal a co-realização de projectos culturais e artísticos entre entidades de diferentes países da União Europeia.



A reduzida dimensão do mercado português e a débil experiência internacional dos agentes nacionais requerem políticas específicas que intensifiquem a projecção da cultura portuguesa e os intercâmbios internacionais. Designadamente políticas que visem a exportação de produtos culturais e artísticos para mercados mais abrangentes; que intensifiquem a participação de produtores, programadores, artistas e obras em eventos internacionais; que promovam o acolhimento de artistas e obras estrangeiras quer em residências artísticas, quer na programação de eventos; que dinamizem a co-produção de obras artísticas entre criadores nacionais e estrangeiros; que consolidem programas de itinerância, permitindo economias de escala por parte de quem acolhe e de quem produz (Santos, Gomes e outros, 2005).

ARTICULAÇÃO INTERSECTORIAL

Na continuidade do crescente incentivo do Sector Público à descentralização de actividades e responsabilidades, novos modelos de intervenção e financiamento do sector cultural têm vindo a ser praticados como forma de assegurar a dinamização da área cultural e a sustentabilidade das iniciativas aí inscritas. Tais modelos, implicando frequentemente o estabelecimento de parcerias, são detectáveis tanto no que se refere ao funcionamento de redes de equipamentos e de programação como no que se relaciona com modos de gestão praticados em organizações das Administrações Central e Local ou ainda com a realização de determinados eventos. Em causa estão intervenções articuladas quer entre agentes do mesmo sector quer entre entidades situadas nos três sectores económicos: Público, Privado e Terceiro Sector.

Repare-se, desde logo, no trabalho em parceria desenvolvido por entidades do Sector Público. A conjugação de recursos das Administrações Central e Local tem sido traduzida fundamentalmente na implementação de redes de equipamentos, contribuindo, assim, para a ampla dotação de concelhos com bibliotecas e museus de acordo com objectivos e requisitos bem definidos em termos de qualificação desses espaços. Tal dotação decorre principalmente da criação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), lançada em 1999, e da Rede Portuguesa de Museus (RPM), iniciada em 2000. Bibliotecas e museus constituem, como mostrou o Inquérito, os principais espaços que as autarquias têm na sua dependência. Quanto às redes de teatros e cine teatros, lançadas pela tutela em 1999, é de notar que carecem do grau de formalização que caracteriza as outras duas redes.

A partilha de atribuições subjacentes ao funcionamento das redes de equipamentos deve ser vista à luz de duas tendências demonstrativas da progressiva inclusão da cultura nas agendas e intervenções dos municípios. Uma refere-se ao crescente investimento financeiro da Administração Local no domínio cultural e ao progressivo reconhecimento e autonomização do sector da cultura nas orgânicas camarárias. Outra diz respeito ao ainda insuficiente investimento nas equipas de cultura e à regularidade de actividade cultural. As duas são sintoma da promoção das políticas culturais, nas últimas décadas, na acção das câmaras. Com efeito, “a focalização da acção cultural como uma área de investimento importante [foi] um processo relativamente demorado” (Silva, 1994:25) na intervenção dos municípios, cujas



prioridades iniciais consistiram em obras de infra-estruturação em serviços ‘básicos’ (água, luz, saneamento e comunicação viária).

O uso cada vez mais frequente do termo ‘rede’ para designar iniciativas no plano da programação cultural indicia, por um lado, a intensificação de projectos que configuram sistemas de relação em rede, ou seja, que apresentam no modo como se desenvolvem os atributos de abertura, múltipla centralidade e reciprocidade e biunivocidade entre as entidades que delas são membros (Silva, 2004:249). Por outro lado, convém assinalar que a utilização recorrente da expressão ‘rede’ refere-se a uma diversidade de iniciativas denotando dinâmicas diferenciadas, umas ilustrando de forma mais efectiva do que outras os traços acima apontados. Uma primeira linha de separação distinguirá redes que possuem um objectivo comum e estruturante de uma acção com carácter regular, e redes com existência mais ao nível das intenções do que da prática, desenvolvendo uma actividade irregular/episódica.

O desenvolvimento de redes de programação é mais recente e ténue, comparativamente com as redes de equipamentos. Têm como principal referente os equipamentos vocacionados para as artes performativas e são predominantemente de abrangência regional – uma vez que está também em causa um objectivo de articulação entre espaços culturais em locais geograficamente próximos¹¹. Umas e outras pressupõem a preocupação de garantir a continuidade entre a fase de desenvolvimento das infra-estruturas e o momento do seu efectivo funcionamento, procurando assegurar planos de programação estruturados, bem como contribuir para a formação e qualificação de equipas que tal actividade requer¹².

Um dos aspectos que ressaltam nas configurações das redes de programação é a sua feição de instrumento de cooperação, sendo que na criação e desenvolvimento deste tipo de iniciativas as parcerias entre entidades do Sector Público (níveis Central e Local) e do Terceiro Sector desempenham um factor relevante para o arranque e sustentação dos projectos. Aí se observa – como no caso das entidades respondentes ao Inquérito – o aproveitamento de competências artísticas e de gestão das associações (por exemplo, na Comum-Rede Cultural, Acert-Associação Cultural e Recreativa de Viseu e Cineclube de Viseu) que podem mesmo constituir-se como promotores das redes, procurando envolver diversas instâncias públicas (no caso apontado, os parceiros das duas associações são sete autarquias). A propósito da adesão das autarquias a parcerias que configuram redes,

11 A mais valia de uma programação definida à escala regional e não meramente municipal era apontada por um dos técnicos autárquicos entrevistados no âmbito do estudo sobre o PDAAE: [Referindo um programa análogo desenvolvido na Alemanha]: essas cidades têm que programar não só para as pessoas do concelho mas também para as da região (...) [Entre nós não foram criadas] sinergias entre os municípios que estavam no projecto (...) Dever-se-ia fazer a articulação da programação” (in Santos e outros, 2004:341).

O risco eventual de uma programação em rede é o de gerar um efeito de redundância na oferta dos equipamentos, sobretudo se aquela se reduzir às iniciativas programadas em rede.

12 É frequentemente apontado pelos promotores de redes de programação o desfasamento temporal entre os planos de desenvolvimento dos equipamentos, desde a sua concepção até à fase de operacionalização, e os planos de programação destinados a assegurar o seu funcionamento.



refira-se que a criação de programas de difusão, por iniciativa da tutela da cultura e em articulação com outras instâncias pode ter favorecido uma maior proximidade entre diferentes agentes e, logo, um melhor conhecimento das respectivas potencialidades e até uma mais provável antevisão de eventuais modalidades de concertação com vista a potenciar recursos.

A articulação de diferentes entidades visando a circulação de um conjunto de produções culturais – configurando um funcionamento em ‘rede’ – é variada no que respeita a formalização. A Artemrede (2005) e a Comum–Rede Cultural correspondem a redes cuja instituição se encontra formalizada, por escritura pública ou protocolo. A sua abrangência geográfica é regional – Lisboa e Centro, respectivamente – e têm por finalidade dinamizar a circulação de espectáculos e outras iniciativas culturais, potenciando a utilização de equipamentos como teatros e cineteatros.

A necessária ligação entre redes de recintos e redes de programação é igualmente detectável no desenho de medidas contempladas em programas públicos. Deste modo, há que notar, no Programa Operacional da Cultura (POC), a integração da acção ‘Descentralização das Artes e Programação em Rede’, visando a promoção do funcionamento em rede dos espaços culturais, através da constituição de circuitos de programação, co-produção e divulgação – uma orientação para a qual se tem vindo gradualmente a abrir espaço, na segunda fase de execução do Programa.

No domínio do cinema, a intervenção da tutela da cultura enquanto promotora de redes sinaliza, novamente, uma parceria com entidades do Terceiro Sector – cerca de 20 cineclubes e associações com actividade em múltiplos domínios culturais e artísticos. No caso específico da Rede Alternativa de Exibição Cinematográfica (RAEC), lançada pelo ICAM em 2003, o projecto tem objectivos de diversificação da oferta de filmes. Trata-se, concretamente, de promover maior acesso a obras de circulação menos massificada, contemplando a exibição exclusiva de filmes de países da União Europeia, em especial obras nacionais, privilegiando os que tradicionalmente não circulam nas redes de distribuição comercial.

A múltipla pertença de algumas entidades culturais e artísticas a redes de programação é um aspecto que se detecta no leque de participantes nestes circuitos, indiciando a vontade de potenciarem recursos disponíveis para a concretização e circulação da sua produção/programação artística. Vejam-se alguns casos: a Acert promoveu e integra a Comum-Rede Cultural, é membro da Sem Rede–Rede Nacional de Programação de Novo Circo e da rede portuguesa da Fundação Euro-Mediterrânica Anna Lindh; o Teatro Aveirense e o Teatro Viriato integram simultaneamente a Sem Rede e a Rede Iris – Associação Sul Europeia para a Criação Contemporânea. No que respeita à Iris, corresponde a um esforço conjunto para alcançar um maior espaço de visibilidade e circulação da criação contemporânea na programação cultural, para o que contribuirão as co-produções realizadas entre as instituições dos quatro países membros da rede (Portugal, Itália, Espanha e França), que assume o formato de associação, de modo a facilitar a apresentação de candidaturas junto das instâncias comunitárias.

Para os mentores das entidades que aderem a redes, tal pertença apresenta notórias vantagens em termos de trajectórias individuais e da afirmação das entidades que



lideram/representam. A este propósito, refiram-se alguns resultados de um estudo sobre efeitos da pertença a redes, centrado na IETM – Informal European Theatre Meeting¹³. Entre os efeitos mais valorizados, destacam-se o alargamento de novos conhecimentos e o melhoramento de competências individuais ligado à actividade em rede, mesmo que esta tenha estatuto informal. Por outro lado, a participação nestes circuitos solidifica a própria posição dos participantes e das entidades que representam num campo de acção específico, sendo que a possibilidade de concretizar um projecto de abrangência alargada constitui um elemento de força, legitimador, nas negociações com as autoridades locais e eventuais parceiros.

Retomando a questão do estabelecimento de parcerias, agora noutros âmbitos que não os de redes de equipamentos e programação, ele é visível em termos de soluções gestionárias delineadas pelas câmaras e que o Inquérito também foca ao abordar o caso particular das empresas municipais. Maioritariamente criadas nos últimos anos, constituem estruturas autonomizadas relativamente às orgânicas das câmaras, viabilizando uma gestão dos espaços menos burocratizada e permitindo o recurso, dado o seu enquadramento jurídico, a profissionais especializados na esfera da intermediação cultural.

Outros figurinos organizacionais são também cada vez mais recorrentemente criados pelas autarquias como instrumentos de uma “gestão delegada” (Baron, 2004), destacando-se as fundações de génese municipal, com a particularidade de poderem angariar o apoio regular de financiadores com estatuto público (câmara) e privado (empresas mecenas). Apresentando igualmente vantagens em termos de agilização administrativa, têm sido instituídas com a finalidade de funcionarem enquanto estruturas coadjuvantes da acção dos serviços culturais dos municípios. Para alguns observadores, o facto de a iniciativa de formação destas organizações caber a entidades do Sector Público vem comprometer a suposta autonomia das instituições do Terceiro Sector, aproximando-as de instituições paraestatais (Jordan, ano). Efectivamente, nem sempre a autonomia de fundações e empresas municipais perante a autarquia se apresenta clara ou isenta de tensões, podendo ocorrer sobreposições de atribuições e competências.

Revestindo múltiplas formas, implicando entidades de diferentes sectores e sendo accionadas em diversos contextos de gestão e programação de actividades culturais e artísticas, as articulações intersectoriais, concretizadas em parcerias, revelam-se como uma estratégia de dinamização e sustentabilidade do sector cultural, potenciando capitais, experiências e recursos de origem diferenciada.

13 Fundação Fitzcarraldo (2001), *Les Reseaux Raisonnees*, Conselho das Artes da Finlândia. A IETM reúne 450 organizações, de mais de 45 países, ligadas ao campo das artes performativas (em regime profissional). Trata-se de um projecto criado em 1981, com o objectivo de facilitar entre os seus membros o intercâmbio de informações relacionadas com a produção e a apresentação das artes cénicas contemporâneas. O Teatro Nacional S. João é uma das organizações que aderiu ao IETM.

O estudo *Les Reseaux Raisonnees* assenta na aplicação de questionários e também na realização de entrevistas aprofundadas a indivíduos escolhidos em função das suas actividades, do seu percurso, da dimensão da estrutura a que pertencem e da duração da sua ligação à IETM.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (1997), *Le Spectacle Vivant*, Paris, La Documentation française.
- AAVV (2002), *Obras da Arte – Construção/Demolição*, Porto, Campo das Letras.
- BANHA, Rui (org.) e outros (1994), *Diagnóstico Sociocultural de Loures – 1. Carta Cultural*, Loures, Câmara Municipal de Loures/Departamento Sociocultural.
- BAPTISTA, Cristina Paula (2003), “Fundações portuguesas: Quantas são? Como são?”, *Memória*, n.º 0, Centro Português de Fundações.
- BARON, Eric (2004), “Variété des modes de gestion des services culturels locaux”, in SAEZ, Guy (dir.), *Institutions et vie culturelles*, Paris, La documentation Française.
- BERNARD, Eme, LAVILLE, Jean-Louis e MARECHAL, Jean-Paul (2001), “Economia solidária: ilusão ou caminho de futuro?”, Mesa redonda *Economia Solidária* realizada na Universidade de Verão, Arles. www.france.attac.org (9 Jan 2006).
- BORGES, Vera (2005), “Actores e contratos de trabalho nos grupos de teatro portugueses: notas para a sociologia de um mercado artístico”, *OBS* n.º 14, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- CAMACHO, Clara Frayão, FREIRE-PIGNATELLI, Cláudia e MONTEIRO, Joana Sousa (2001), *Rede Portuguesa de Museus – Linhas Programáticas*, Lisboa, MC/IPM.
- CONDE, Idalina (2000), “Profissões artísticas e emprego no sector cultural”, *OBS* n.º 7, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- CONDE, Idalina (coord.) e PINHEIRO, João (2000), “Portugal: Feminisation Trends: Profiling the Future”, in AAVV, *Pyramid or Pillars – unveiling status of women in arts and media professions in Europe*, Bona, ARcult Media.
- CONDE, Idalina (coord.), PINHEIRO, João e MARTINHO, Teresa Duarte (2003), “Making Distinctions: Conditions for Women Working in Serious Music and in (New) Media Arts in Portugal”, in AAVV, *Exposing Professional ‘Gate-Keeping Processes in Music and New media Arts*, Bona, ARcult Media.
- CUELLAR, Javier Pérez de (org.) e outros (1996), *Our Creative Diversity*, Paris, UNESCO.

- Estatísticas do Instituto António Sérgio-Sector Cooperativo (2000-2004).*
- Eurostat. *Working Papers. Les statistiques culturelles dans l'UE. Rapport Final du LEG* (Leadership group) Comissão Europeia, 2000.
- FERREIRA, Claudino (2002), "Intermediação cultural e grandes eventos. Notas para um programa de investigação sobre a difusão das culturas urbanas", in *Oficina do CES*, nº 167.
- FISHER, Rod (coord.) e outros (1998), *In From the Margins*, Estrasburgo, Edições do Conselho da Europa.
- FORTUNA, Carlos (org.) (1997), *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta.
- FRANCO, Raquel Campos, SOKOLOWSKI, S. Wojciech, HAIREL, Eileen M.H., SALAMON, Lester M. (2005), *The Portuguese NonProfit Sector in Comparative Perspective*, Universidade Católica Portuguesa/Johns Hopkins University.
- Fundação Fitzcarraldo (2001), *Les Reseaux Raisonnées*, Conselho das Artes da Finlândia.
- GOMES, Rui Telmo, LOURENÇO, Vanda e MARTINHO, Teresa Duarte (2005), "A feminized labour market: professional opportunities and constraints in book publishing in Portugal", in AAVV, *Culture – Biz : Locating Women as Film and Book Publishing Professionals in Europe*, Bona, ARCultMedia.
- GOMES, Rui, MARTINHO, Teresa Duarte e LOURENÇO, Vanda (2005), "Professional Careers in Cinema Production in Portugal: Different Contexts, Generations and Gender", in AAVV, *Culture Biz: Locating Women as Film and Book Publishing Professionals in Europe*, Bona, ARCult Media.
- GREFFE, Xavier (1999), *L'Emploi Culturel à l'Age du Numérique*, Anthropos.
- GUERRA, Isabel (ano), "O território como espaço de acção colectiva: paradoxos e virtualidades do 'jogo estratégico de actores' no planeamento do território em Portugal" (texto não editado) <http://www.ces.fe.uc.pt> (10 Jan 06).
- INE (1998), Resultados do Inquérito a *Associações Culturais e Recreativas 1995*.
- JORDAN, David Alberto Becker, "A carreira do administrador em organizações do terceiro sector", *Cadernos do Terceiro Sector*, nº 3.
- KOVÁCS, Ilona (org.) (2005), *Flexibilidade de Emprego – Riscos e Oportunidades*, Oeiras, Celta Editora.
- "L'emploi culturel dans l'Union Européenne en 2002", *Les Notes de l'Observatoire de l'Emploi Culturel*, nº 39 – Juin 2005.
- LOPES, João Teixeira (2000), "Em busca de um lugar no mapa: reflexões sobre políticas culturais em cidades de pequena dimensão", *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 34, CIES, Celta.
- LOPES, João Teixeira (2004), "Experiência estética e formação de públicos" *Públicos da Cultura – Actas do Encontro organizado pelo Observatório das Actividades Culturais*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- LOURENÇO, Vanda (2002), *Impacto e Receptividade do Programa Cultura 2000 em Portugal*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais (policopiado).
- MADEIRA, Cláudia (2002), *Novos Notáveis. Os Programadores Culturais*, Oeiras, Celta.

- MAYOL, Pierre (2001), "Associations et vie culturelle: une exploration des études et travaux du DEP", in MOULINIER, Pierre (dir), *Les Associations dans la Vie et la Politique Culturelles*, DEP.
- MENGER, Pierre-Michel (2005), *Retrato do Artista enquanto Trabalhador*, Lisboa, Roma Editora.
- MONJARDINO, Carlos (2003), "Fundações portuguesas: que fundações? Que futuro?", *Memoria*, nº 0, Centro Português de Fundações.
- MOULINIER, Pierre (2001), "Les associations, bras séculier ou infanterie de l'action culturelle publique?", in MOULINIER, Pierre (dir), *Les Associations dans la Vie et la Politique Culturelles*, DEP.
- NEVES, José Soares (2005), *Despesas dos Municípios com Cultura [1986-2003]*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais (em formato pdf em www.oac.pt).
- PAIS, José Machado (coord.), FERREIRA, Paulo e FERREIRA, Vítor Sérgio (1995), *Inquérito aos Artistas Jovens Portugueses*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- PINHEIRO, João e GOMES, Rui Telmo (2005), *Associativismo Cultural em Cascais*, Documentos de Trabalho, nº 2, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- PORTO, Carlos e MENEZES, Salvato Telles (1985), *10 Anos de Teatro e Cinema em Portugal 1974-1984*, Lisboa, Edições Caminho.
- RIBEIRO, António Pinto (03.01.2004), "Lisboa 94, dez anos depois", *Público*.
- SALAMON, Lester e ANHEIR, Helmut (1992), "In search of the nonprofit sector: the question of definitions", *Voluntas*, nº3.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) e outros (1998), *Políticas Culturais em Portugal*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), FERREIRA, Vítor Sérgio, MARTINHO, Teresa Duarte e NUNES, João Sedas (2003), *O Mundo da Arte Jovem: Protagonistas, Lugares e Lógicas de Acção*, Celta Editora e Instituto Português da Juventude.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) e outros (2004), *Políticas Culturais e Descentralização: Impactos do Programa Difusão das Artes do Espectáculo*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord) e GOMES, Rui Telmo (coord. exec.) e outros (2005), Relatório "Contribuições para a formulação de políticas públicas no Horizonte 2013 relativas ao tema 'Cultura, Identidades e Património'", Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), LIMA, Maria João e NEVES, José Soares (2005), *Cartografia Cultural do Concelho de Cascais*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) e NEVES, José Soares (2005), *O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais e Instituto Português de Museus/Rede Portuguesa de Museus.
- Secretaria de Estado da Administração Local (2000), *Foral. Programa de Formação Para As Autarquias Locais*, Lisboa.

- SILVA, Carlos Alberto da (coord.) (2005), *As Instituições Culturais do Distrito de Évora*, Observatório Social do Alentejo – Fundação Eugénio de Almeida.
- SILVA, Augusto Santos (1994), “Políticas culturais municipais e animação do espaço urbano. Uma análise de seis cidades portuguesas”, in SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), *Cultura & Economia*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- SILVA, Augusto Santos (2002), “A dinâmica cultural das cidades médias: uma sondagem do lado da oferta”, in FORTUNA, Carlos e SILVA, Augusto Santos (orgs.), *Projecto e Circunstância, Culturas Urbanas em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- SILVA, Augusto Santos (2004), “As redes culturais: balanço e perspectivas da experiência portuguesa, 1987-2003”, in *Públicos da Cultura*, Actas do Encontro organizado pelo Observatório das Entidades Culturais no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- TCERNONOG, Viviane (2001), “Les associations culturelles dans le secteur associatif français”, in MOULINIER, Pierre (dir), *Les Associations dans la Vie et la Politique Culturelles*, DEP.
- Observatório europeu sobre as PME. Sexto Relatório – Sumário executivo*, Comissão Europeia.



ANEXO A

FONTES CONSULTADAS



Quadro nº 1

Fontes consideradas na constituição das listagens de expedição de questionários

Fontes Consultadas	Fontes consideradas na 1ª expedição (Junho 2005)	Novas fontes recensadas para a 2ª expedição (Setembro 2005)
OBSERVATÓRIO DAS ACTIVIDADES CULTURAIS		
IPM – BD_Museus (OAC) ¹	X	
IA – Dep. Difusão- BDs_PDAE (OAC) ¹	X	
PCC – BD_Cultura2000 (OAC) ¹	X	
Outras fontes Dispersas (OAC) ¹	X	
MINISTÉRIO DA CULTURA		
Instituto das Artes	X	
Gabinete das Relações Culturais Internacionais	X	
Centro Português de Fotografia	X	
Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia	X	
Delegações da Cultura (Norte, Centro, Alentejo e Algarve)	X	
Instituto Português do Livro e das Bibliotecas	X	
Instituto Português de Arqueologia	X	
Programa Operacional de Lisboa e Vale do Tejo		X
Programa Operacional do Algarve		X
Programa Operacional do Norte		X
Programa Operacional do Centro		X
Programa Operacional da Cultura		X
Instituto das Artes (2ª listagem)		X
PRIVADOS E 3º SECTOR		
Guia das Artes do Espectáculo: Teatro, Dança & Música 1999	X	
Pédexumbo – Associação para a Promoção de Música e Dança	X	
Associação Danças na Cidade	X	
Artistas & Espectáculos 2005)	X	
OUTROS DISPERSOS		
Hand Book da UNESCO	X	
www.e-cultura.pt	X	
www.anmp.pt	X	

Notas: 1) Estas Bases de Dados foram trabalhadas no OAC em articulação com organismos do Ministério da Cultura.

Quadro nº 2
Entidades Culturais e Artísticas (serviços)
n= 228

Serviços	Número	%
Terceiro sector		
Serviços das Associações	8	3,5
Serviços das Fundações	2	0,9
Serviços das Cooperativas	1	0,4
Serviços das Entidades Colectivas Religiosas	10	4,4
Sector público		
Serviços da Administração central	20	8,8
Serviços da Administração regional	8	3,5
Serviços da Administração local	174	76,3
Serviços das Empresas municipais	2	0,9
Sector privado		
Serviços das Empresas	3	1,3
<i>Total geral</i>	228	100,0



ANEXO B

ENTIDADES DO SECTOR PRIVADO
POR REGIME JURÍDICO

Quadro nº 1
Entidades do Sector Privado por regime jurídico
n = 133

Regime jurídico	Número	%
Sociedade comercial	97	72,9
Sociedade unipessoal	19	14,3
Sociedade por quotas	11	8,3
Empresário em nome individual	6	4,5
<i>Total</i>	<i>133</i>	<i>100,0</i>



ANEXO C

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
DAS ENTIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS

Figura nº 1
Concelhos de Autarquias respondentes

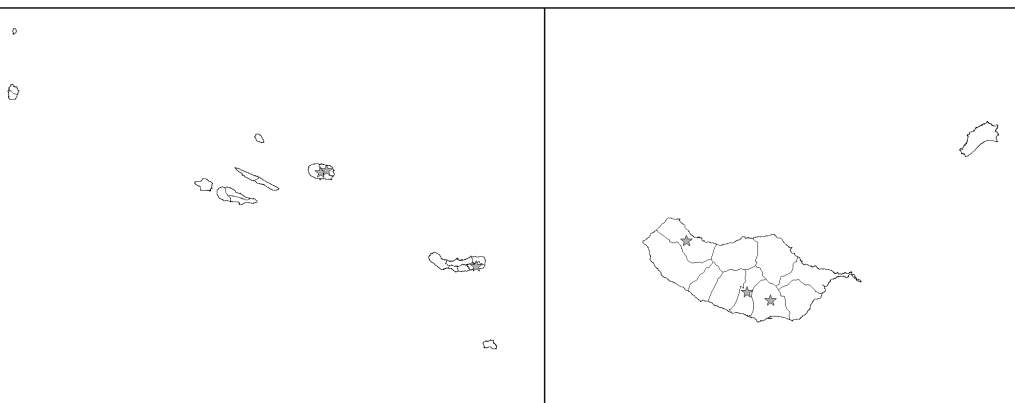
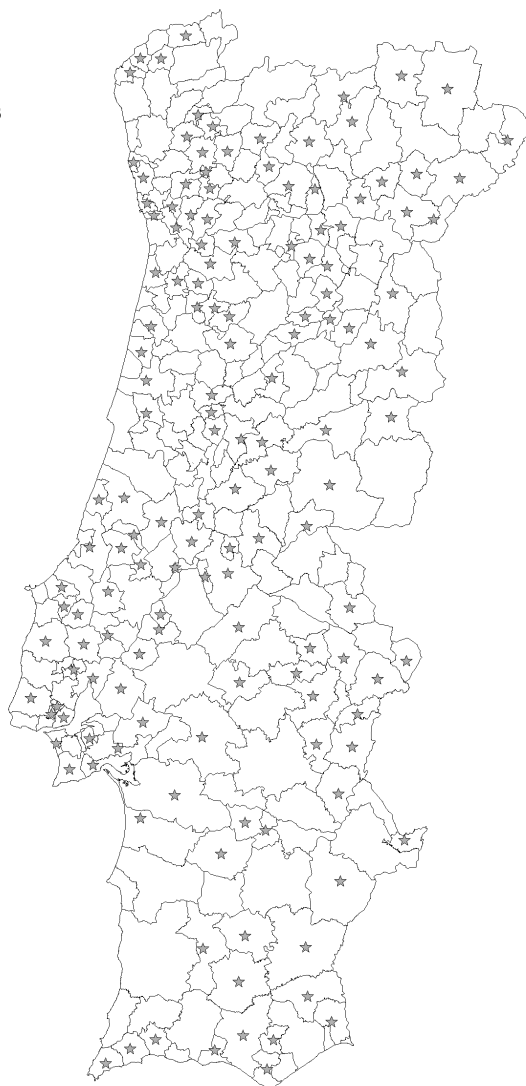


Figura nº 2
Empresas culturais respondentes
por concelho

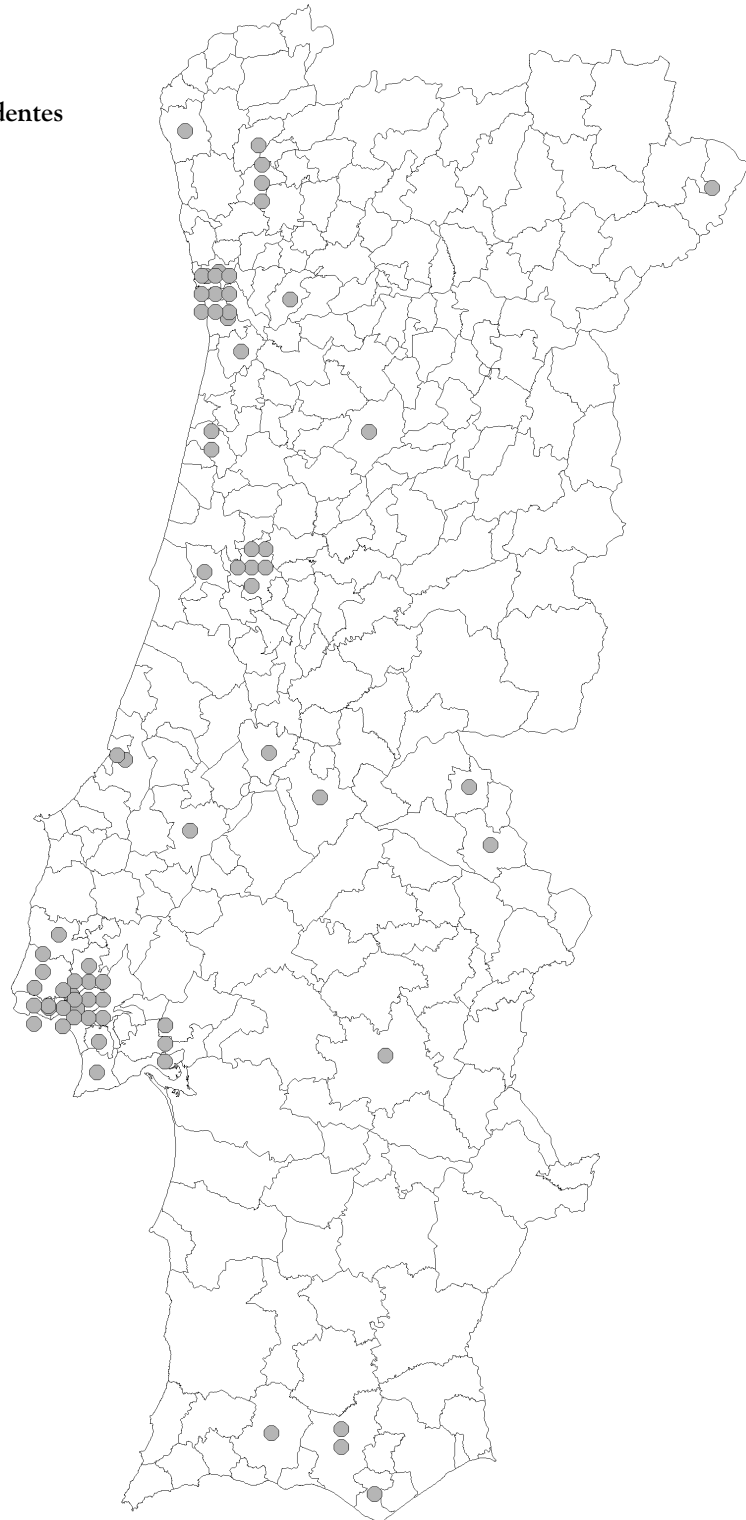
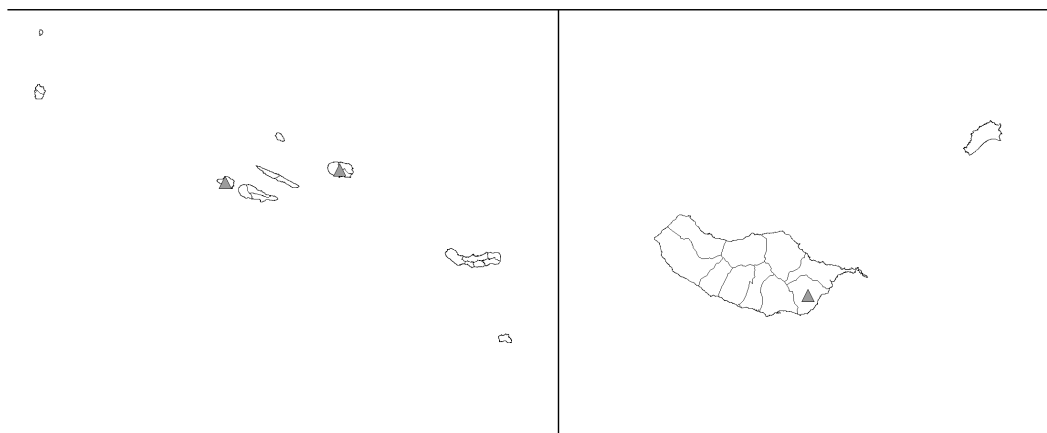
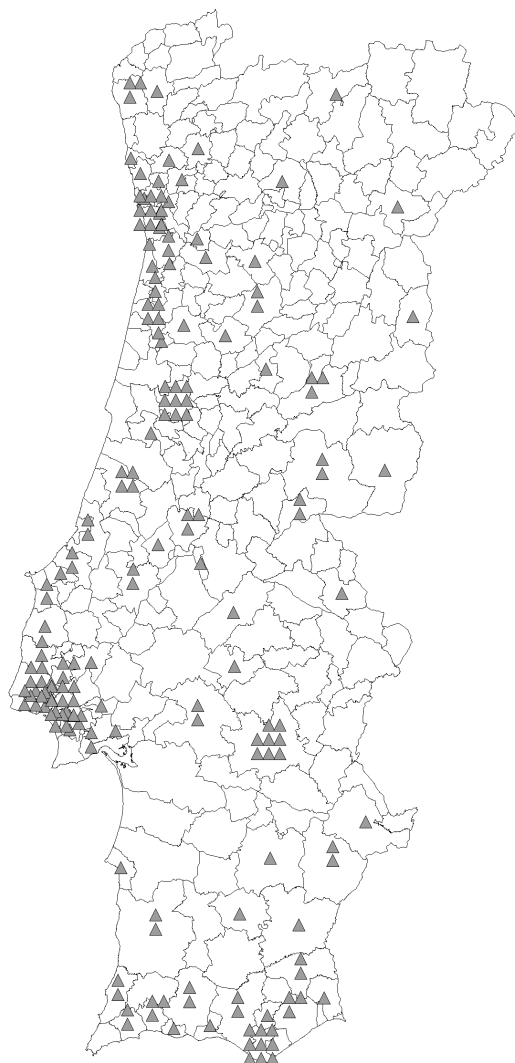


Figura nº 3
Associações respondentes
por concelho





ANEXO D

CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES CULTURAIS
(DOMÍNIOS E FUNÇÕES)



Classificação das Actividades Culturais (Domínios e Funções)

Domínios	Funções					
	Conservação	Criação	Produção	Difusão	Comércio	Formação
Património Monumentos históricos Museus Sítios arqueológicos Outras formas de património	Actividades de protecção de monumentos; Actividades de museus; Actividades arqueológicas; Actividades ligadas ao património			Actividades de animação e sensibilização		Actividades de ensino
Arquivos	Arquivos gerais e especializados			Actividades de animação e sensibilização		Actividades de ensino
Bibliotecas	Bibliotecas			Actividades de animação e sensibilização		Actividades de ensino
Arquitectura		Criação de obras de arquitectura (actividades de gabinetes de arquitectura)				Actividades de ensino
Artes Visuais Artes visuais Fotografia Design Outras formas de artes visuais	Restauração	Criação de obras de arte	Edição de obras de arte (reproduções em papel, inclui serigrafia)	Exposição de obras de arte; Organização de festivais (tipo bienais, Encontros de Fotografia)	Comércio de obras de arte; comércio de reprodução e molduras	Actividades de ensino

[continua]

Domínios	Funções					
	Conservação	Criação	Produção	Difusão	Comércio	Formação
Artes performativas						
Música		Criação de obras musicais, coreográficas, líricas, dramáticas	Produção de espectáculos; Actividades de orquestras; Companhias de teatro, dança; Serviços ligados à produção de espectáculos (inclui agenciamento de artistas)	Actividades de difusão das salas de concertos, de dança, teatro, ópera; Festivais de Música, de dança, teatro		Actividades de ensino
Dança						
Teatro						
Outras formas de artes performativas						
Livro e Imprensa						
Livro		Criação de obras literárias; redacção de artigos para jornais e revistas	Produção de livros; Produção de jornais; Actividades de agências de notícias	Organização de feiras do livro e da leitura	Comércio do livro; Comércio de imprensa	Actividades de ensino
Imprensa						
Audiovisual e multimédia						
Cinema			Produção de obras cinematográficas e audiovisual;	Produção de filmes; Exploração de salas de cinema;	Comércio de registos sonoros e audiovisuais;	Actividades de ensino
Rádio			Produção de emissões de rádio, televisão;	Organização de festivais;	Comércio de obras multimédia	
Televisão			Edição de registos sonoros e audiovisuais; Edição de obras multimédia	Difusão pela rádio; difusão pela televisão		
Vídeo						
Registos sonoros						
Multimédia						
Outras formas de audiovisual						

Fonte: Eurostat. *Working Papers. Les statistiques culturelles dans l'UE. Rapport Final du LEG (Leadership group)* Comissão Europeia, 2000, p.27.

ANEXO E

QUESTIONÁRIO

2. ESTATUTO E REGIME JURÍDICO

P_12. - Qual o regime jurídico da entidade?

	[14]
Organismo da Administração Pública Central.....	1
Organismo da Administração Pública Local.....	2
Organismo da Administração Pública Regional.....	3
Sociedade Comercial.....	4
Fundação.....	5
Cooperativa.....	6
Associação.....	7
Sociedade unipessoal.....	8
Empresário em nome individual.....	9
Outro.....	10
[15] Qual? _____	
Ns/Nr.....	99

[16] P_13. - Data de fundação da entidade __ - __ - ____ [DD - MM - AAAA]**[17]** P_14. - Data da constituição legal da entidade __ - __ - ____ [DD - MM - AAAA]

P_15. - A entidade tem estatutos aprovados?

	[18]
Sim.....	1
Não.....	2 <i>Passar à P_18</i>
Ns/Nr.....	99

P_16. - Os estatutos encontram-se publicados em *Diário da República*?

	[19] [20]
Sim.....	1 Data publicação __ - __ - ____ [DD - MM - AAAA]
Não.....	2
Ns/Nr.....	99

P_17. - A entidade tem estatuto de Utilidade Pública?

	[21]
Sim.....	1
Não.....	2
Ns/Nr.....	99

P_18. - A entidade tem um número de registo nacional de pessoa colectiva?

	[22]
Sim.....	1
Não.....	2
Ns/Nr.....	99

P_19. - Em que nome está registado esse número?

[23] _____

P_20. - A entidade é autónoma ou encontra-se organicamente dependente de outra?

	[24]
É autónoma.....	1
É organicamente dependente de outra.....	2
[25] Qual? _____	
Ns/Nr.....	99

P_21. - A entidade tem estruturas que dela dependem organicamente

	[26]
Sim.....	1
Não.....	2 <i>Passar à P_23</i>
Ns/Nr.....	99

P_22. - Indique as estruturas que dependem organicamente da entidade

[27] _____

3. DOMÍNIOS DE ACTIVIDADE

P_23. – Qual(is) o(s) principal(ais) domínio(s) cultural(is) e artístico(s) em que a entidade exerce actividade ?

	Actividade	
	Regular	Esporádica
[28] Monumentos históricos.....	1	2
[29] Museus.....	1	2
[30] Sítios arqueológicos.....	1	2
[31] Outras formas de património artístico e monumental	1	2
[32] Arquivos.....	1	2
[33] Bibliotecas.....	1	2
[34] Arquitectura.....	1	2
[35] Artes visuais	1	2
[36] Fotografia.....	1	2
[37] Design.....	1	2
[38] Outras formas de artes visuais.....	1	2
[39] Música.....	1	2
[40] Dança.....	1	2
[41] Teatro.....	1	2
[42] Outras formas de artes performativas.....	1	2
[43] Livro.....	1	2
[44] Imprensa.....	1	2
[45] Cinema.....	1	2
[46] Rádio.....	1	2
[47] Televisão.....	1	2
[48] Vídeo.....	1	2
[49] Registos sonoros.....	1	2
[50] Multimédia.....	1	2
[51] Outras formas de audiovisual e multimédia.....	1	
[52] Educação.....	1	2
[53] Centros de estudos (universitários e outros).....	1	2
[54] Outro(o) domínio(s).....	1	2
[55] Qual(ais)?		
[56] Ns/Nr.....		

P_24. – Assinale o(s) (s) âmbito(s) de outras actividades desenvolvidas pela entidade

[57]	Desporto.....	1
[58]	Acção social.....	2
[59]	Ambiente.....	3
[60]	Comunicação e novas tecnologias.....	4
[61]	Ensino.....	5
[62]	Outro(s) âmbito(s).....	6
[63]	Qual(is)? _____	
[64]	Não desenvolve actividades que não culturais.....	7
[65]	Ns/Nr.....	99

4. RECURSOS HUMANOS (referente ao ano de 2004)

[66] P_25. - Indique o número de pessoas ao serviço da entidade, ao longo do ano 2004

[67] P_26. - Indique o número de pessoas ao serviço da entidade, por mês (número médio)

P_27. - Como se reparte o número de pessoas segundo o sexo?

	n.º
[68] Homens.....	___
[69] Mulheres.....	___
[70] Ns/Nr.....	99

P_28. - E segundo a idade?

	n.º
[71] Até 24	___
[72] 25-34.....	___
[73] 35-44.....	___
[74] 45-54.....	___
[75] 55-64.....	___
[76] Mais que 65.....	___
[77] Ns/Nr.....	99

P_29. - Indique o número de pessoas por tipo de funções desempenhadas.

	n.º
[78] Administração e Gestão.....	___
[79] Programação.....	___
[80] Artistas (criação/interpretação).....	___
[81] Produção.....	___
[82] Divulgação.....	___
[83] Serviços educativos.....	___
[84] Serviços técnicos.....	___
[85] Serviços administrativos.....	___
[86] Cafeteria/restaurante.....	___
[87] Limpezas.....	___
[88] Outra(s).....	___
[89] Qual(is)?.....	___
[90] Ns/Nr.....	99

P_30. – Indique o número de pessoas ao serviço da entidade segundo o vínculo.

	n.º
[91] Contrato individual de trabalho.....	—
[92] Funcionário público.....	—
[93] Contrato a prazo.....	—
[94] Aquisição de serviços/avença.....	—
[95] Voluntariado.....	—
[96] Outro(s).....	—
[97] Qual(is)? _____	—
[98] Ns/Nr.....	99

P_31. – Considera existirem necessidades de formação?

	[99]	
Sim.....	1	
Não.....	2	Passar à pergunta 33
Ns/Nr.....	99	

P_32. – Em que área(s) se faz(em) sentir essas necessidades de formação?

[100] Administração e Gestão.....	1
[101] Programação.....	2
[102] Produção.....	3
[103] Divulgação.....	4
[104] Serviços educativos.....	5
[105] Serviços técnico.....	6
[106] Outra(s).....	7
[107] Qual(is)? _____	—
[108] Ns/Nr.....	99

5. ESPAÇO E VALÊNCIAS

P_33. – A entidade dispõe de um espaço onde desenvolve regularmente actividade?

	[109]	
Sim.....	1	
Não.....	2	Passar à P_39
Ns/Nr.....	99	

P_34. – A entidade é proprietária desse espaço?

	[110]
Sim.....	1
Não.....	2
Ns/Nr.....	99

P_35. – A entidade tem encargos financeiros com o uso desse espaço?

	[111]
Sim.....	1
Não.....	2
Ns/Nr.....	99

P_36. – O uso desse espaço encontra-se formalizado de algum modo?

	[112]
Sim.....	1
Não.....	2
Ns/Nr.....	99

P_37. – Trata-se de um espaço usado exclusivamente pela entidade ou partilhado com outras estruturas?

	[113]
Espaço de uso exclusivo.....	1
Espaço partilhado.....	2
Ns/Nr.....	99

P_38. – Assinale as valências disponíveis no espaço da entidade

[114]	Auditório.....	1
[115]	Espaço de exposições.....	2
[116]	Biblioteca/centro de documentação.....	3
[117]	Espaço multimédia.....	4
[118]	Áreas técnicas.....	5
[119]	Cafetaria.....	6
[120]	Restaurante.....	7
[121]	Loja.....	8
[122]	Outra(s) valência(s)	9
[123]	Qual(is)?	
[124]	Ns/Nr.....	99

6. FINANCIAMENTO (referente ao ano de 2004)

P_39. – Indique o(s) modo(s) de financiamento da estrutura e actividades, relativamente ao orçamento do ano 2004

	Sim	Não	Ns/Nr
[125] Receitas próprias – quotas.....	1	2	99
[126] Receitas próprias – venda de bens e prestação de serviços.....	1	2	99
[127] Subsídios públicos (nacionais).....	1	2	99
[128] Subsídios públicos (comunitários).....	1	2	99
[129] Subsídios de entidades privadas.....	1	2	99
[130] Subsídios ao abrigo da Lei do Mecenato.....	1	2	99
[131] Subsídios particulares.....	1	2	99
[132] Outro(s)	1	2	99
[133] Qual(is) ?			

P_40. – No caso de a entidade ter contado com **subsídios públicos**, indique de onde foram provenientes

[134] Organismo(s) da Administração Pública Central.....	1
[135] Organismo(s) da Administração Pública Local.....	2
[136] Organismo(s) da Administração Pública Regional.....	3
[137] Programa Cultura 2000.....	4
[138] Programa Operacional da Cultura (POC)	5
[139] Outros programas comunitários.....	6
[140] Outro(s)	7
[141] Qual(is)?	
[142] Ns/Nr.....	99

P_41. – No caso de a entidade ter contado com **subsídios de entidades privadas**, indique de onde foram provenientes

[143] Fundações.....	1
[144] Empresas.....	2
[145] Associações.....	3
[146] Outra(s).....	4
[147] Qual(is)?	
[148] Ns/Nr.....	99

P_42. – Indique em que níveis se fizeram sentir os impactos dos apoios recebidos em 2004, bem como o grau de importância que assumiram

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Sem importância	Ns/Nr
[149] Recursos humanos.....	4	3	2	1	99
[150] Actividade desenvolvida.....	4	3	2	1	99
[151] Investimentos/Equipamento.....	4	3	2	1	99

7. PARCERIAS

P_43. – A entidade realizou parcerias com outras entidades entre 01 de Janeiro de 2002 e 31 de Dezembro de 2004?

	[152]	
Sim.....	1	
Não.....	2	Passar à P_51
Ns/Nr.....	99	

P_44. – Qual a abrangência geográfica das parcerias realizadas?

[153]	Entidades a nível nacional.....	1
[154]	Entidades a nível internacional.....	2
[155]	Ns/Nr.....	99

P_45. – Nomeie até 5 entidades, nacionais e internacionais, com as quais desenvolvem as parcerias mais importantes

[156] _____

[157] _____

[158] _____

[159] _____

[160] _____

P_46. – É nomeie até 5 projectos de parceria entre os mais importantes que desenvolveu

[161] _____

[162] _____

[163] _____

[164] _____

[165] _____

P_47. – A realização de parcerias visou a concretização de que tipo de iniciativas?

(pode assinalar mais do que uma opção)

[166]	Realização de eventos culturais (festivais, etc.).....	1
[167]	Redes de programação.....	2
[168]	Encontros/seminários.....	3
[169]	Edição.....	4
[170]	Formação.....	5
[171]	Outras(s)	6
[172]	Qual(is)? _____	
[173]	Ns/Nr.....	99

P_48. – Nessas parcerias, contou com o apoio de que entidades?

(pode assinalar mais do que uma opção)

[174]	Entidades do sector público.....	1	
[175]	Entidades do sector privado.....	2	
[176]	Fundos comunitários.....	3	
[177]	Não contou com apoios.....	4	Passar à P_52
[178]	Ns/Nr.....	99	

P_49. – No caso de ter recebido apoios de entidades do **sector público**, como se manifestou?

(pode assinalar mais do que uma opção)

[179]	Apoio financeiro.....	1
[180]	Cedência de espaço.....	2
[181]	Contribuições em espécie.....	3
[182]	Cedência de meios técnicos.....	4
[183]	Cedência de recursos humanos.....	5
[184]	Outro(s).....	6
[185]	Qual(is)?.....	
[186]	Ns/Nr.....	99

P_50. – No caso de ter recebido apoios de entidades do **sector privado**, como se manifestou?

(pode assinalar mais do que uma opção)

[187]	Apoio financeiro.....	1
[188]	Cedência de espaço.....	2
[189]	Contribuições em espécie.....	3
[190]	Cedência de meios técnicos.....	4
[191]	Cedência de recursos humanos.....	5
[192]	Outro(s).....	6
[193]	Qual(is)?.....	
[194]	Ns/Nr.....	99

P_51. – Se não realizou parcerias, qual o motivo principal?

[195]	Falta de interesse.....	1
[196]	Desconhecimento da possibilidade.....	2
[197]	Falta de incentivos económicos.....	3
[198]	Falta de capacidade técnica/administrativa.....	4
[199]	Falta de capacidade orçamental.....	5
[200]	Falta de esclarecimento/accompanhamento institucional.....	6
[201]	Outro(s).....	7
[202]	Qual(is)?.....	
[203]	Ns/Nr.....	99

P_52. – A entidade tem interesse em fazer (ou continuar) parcerias nos próximos anos?

[204]		
Sim.....	1	
Não.....	2	
Ns/Nr.....	99	

8. EXPECTATIVAS

P_53. – Indique quais as áreas de desenvolvimento mais importantes nos próximos 3 anos

	2006	2007	2008	Ns/Nr
[205] Recursos humanos.....	1	2	3	99
[206] Equipamento/Instalações.....	1	2	3	99
[207] Actividade desenvolvida.....	1	2	3	99
[208] Outra(s).....	1	2	3	99
[209] Qual(is)? _____				

P_54. – Especifique quais os principais projectos culturais que esperam vir a desenvolver nos próximos anos

[210] _____

[211] _____

[212] _____

[213] _____

[214] _____

Data: ____ - ____ - ____ [DD - MM - AAAA]

Declaro que autorizo o Programa Operacional da Cultura a tratar os dados constantes no presente questionário, introduzindo-o em base de dados criada para o efeito.

Assinatura do responsável pelo preenchimento do questionário e carimbo da instituição
